

OFÍCIO Nº 178/2025/CMSCL

Conselheiro Lafaiete, 01 de outubro de 2025.

A Vossa Excelência  
**Erivelton Martins Jayme da Silva**  
Presidente da Câmara Municipal  
Rua Assis Andrade, 540 – Centro  
NESTA

**REF.:** Encaminhamento de Relatório aprovado em plenário do CMSCL.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

O **Conselho Municipal de Saúde – CMSCL**, no uso de suas atribuições legais, vem, por meio deste, dar ciência a esta Casa Legislativa do Relatório elaborado pela Câmara Técnica deste Conselho e aprovado pelo plenário, referente à análise do contrato celebrado entre o Município de Conselheiro Lafaiete e o Consórcio Intermunicipal ICISMEP, destinado à gestão e execução das ações e serviços de saúde da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24h.

O Relatório, aprovado na 403ª Sessão Plenária Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2025, expõe pontos críticos e preocupantes, tais como:

- divergência entre os valores inicialmente aprovados e o contrato efetivamente assinado;
- alterações contratuais em serviços de SADT sem prévia submissão ao CMSCL;
- ausência de constituição e funcionamento da Comissão de Acompanhamento prevista em contrato;
- falta de transparência quanto aos relatórios de execução e monitoramento;
- projeção orçamentária crescente para manutenção da UPA em 2026, em contraste com a redução proporcional dos investimentos em Atenção Básica.

Considerando o papel fiscalizador do Poder Legislativo na gestão pública municipal, entendemos ser fundamental que a Câmara Municipal acompanhe, analise e promova os devidos debates e diligências sobre a matéria, de modo a assegurar a observância dos princípios constitucionais da legalidade, eficiência, economicidade e transparência na execução do contrato em questão.

Sem mais, renovamos votos de estima e consideração.

Atenciosamente,



Documento assinado digitalmente  
**ROBERTO SANT'ANA LISBOA BATISTA**  
Data: 01/10/2025 15:10:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**Roberto Sant'Ana Lisboa Batista**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE – MG**

## **RELATÓRIO**

**Assunto:** Gestão da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h) – Contrato de Programa entre Município de Conselheiro Lafaiete/MG e ICISMEP.

### **1. HISTÓRICO**

1. Foi celebrado **Contrato de Programa** entre a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e a **Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP**, visando ao gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde na **UPA 24 horas de Conselheiro Lafaiete**.
2. A tramitação do processo ocorreu com registros de deliberações do **Conselho Municipal de Saúde (CMSCL)**, que, desde a 390ª Reunião Extraordinária (19/12/2024), manifestou preocupação quanto à regularidade do procedimento, demandando esclarecimentos formais antes da aprovação.
3. Em 23/12/2024, a minuta do contrato foi submetida ao Conselho. Após revisão pela Procuradoria Municipal e análise em sessões subsequentes, ajustes foram determinados e ratificados pelo colegiado.
4. A celebração do contrato foi autorizada pela **Lei Municipal nº 6.327/2024** (participação no ICISMEP) e pela **Lei Municipal nº 6.395/2024** (autorização para contratação de programas consorciados).
5. As manifestações do Conselho Municipal de Saúde foram registradas por meio do **Parecer n.º 001/2025 e RESOLUÇÃO CMSCL Nº 303, de 14 de janeiro de 2025**.
6. Constam nas referidas recomendações e resoluções (a exemplo da **Resolução CMSCL nº 303/2025**), a fixação de obrigações de acompanhamento e fiscalização pela Secretaria de Saúde e pelo Conselho Municipal de Saúde. Contudo, parte significativa dessas determinações não vem sendo observada, conforme detalhado adiante.

### **2. MÉRITO**

#### **2.1 DADOS OBSERVADOS:**

Da análise documental e das manifestações ocorridas no âmbito do CMSCL, identificam-se pontos críticos que comprometem a transparência, a eficiência administrativa e a legalidade da execução contratual:

---



## 1. Divergência de Valores Contratuais

- Valor aprovado pelo Conselho: **R\$ 23.348.865,72.**
- Valor do contrato assinado: **R\$ 24.388.148,81.**
- **Diferença:** R\$ 1.039.283,09.  
Questiona-se a justificativa para o acréscimo e a ausência de comunicação formal ao Conselho antes da assinatura.

## 2. Serviços de SADT (Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico)

- Na minuta aprovada: abrangência plena dos serviços.
- No contrato assinado: restrição apenas a exames laboratoriais.

Tal alteração impacta a execução orçamentária e pode gerar necessidade de aditivos, em descumprimento ao que foi pactuado.

## 3. Quadro de Pessoal da UPA 24h

- Recomendações do Conselho para estudo de economicidade e eficiência não foram atendidas.
- Persistem dúvidas sobre a coexistência de servidores efetivos e contratados via consórcio.

## 4. Contratação de Biomédicos

- Comunicação oficial (Ofício nº 077/2025) ampliou o quadro de biomédicos além do pactuado no contrato inicial.  
Ausência de justificativa técnica formal.

## 5. Comissão de Acompanhamento e Fiscalização

- Apesar de prevista no contrato, não foi devidamente instalada ou comunicada.
- Representantes indicados pelo CMSCL não foram chamados.
- O gestor do contrato foi exonerado e não há notícia de nova designação.

## 6. Publicidade e Transparência

- Ausência de publicação dos relatórios conclusivos, em descumprimento à Cláusula Décima Primeira do contrato assinado.

## 7. Planejamento Orçamentário e Impacto na Atenção Básica

- Previsão orçamentária para manutenção da UPA:
    - **2025:** R\$ 36.727.378,90
    - **2026:** R\$ 45.643.756,20 (aumento expressivo)
-



- Paralelamente, houve **redução na previsão da Atenção Básica**:
  - **2025**: R\$ 42.911.508,10
  - **2026**: R\$ 38.734.827,74

Tal cenário contraria os princípios de prioridade da atenção primária, gerando risco de desequilíbrio na política de saúde.

## **2.2 ANÁLISE DO CENÁRIO:**

A análise do contrato de programa celebrado entre o Município de Conselheiro Lafaiete/MG e o ICISMEP, para gestão da Unidade de Pronto Atendimento (UPA 24h), suscita relevantes preocupações sob a ótica da Administração Pública, especialmente em relação aos princípios da eficiência, economicidade, legalidade e transparência, insculpidos no art. 37 da Constituição Federal e reiterados pela Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos), bem como pela Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

### **1. Finalidade da Gestão Compartilhada**

A adesão ao consórcio público foi justificada pelo Executivo Municipal como medida para racionalizar custos, otimizar recursos humanos e materiais e ampliar a qualidade assistencial, conforme previsto nas Leis Municipais nº 6.327/2024 e nº 6.395/2024. Em termos teóricos, a gestão consorciada constitui instrumento de cooperação federativa apto a garantir maior eficiência administrativa.

Entretanto, o que se verifica na prática é a inexistência de acompanhamento sistemático, ausência de monitoramento de indicadores e descumprimento das cláusulas de fiscalização contratual. A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização não foi regularmente instalada, tampouco foram publicados relatórios conclusivos da execução, em afronta direta à Cláusula Décima Primeira do contrato.

### **2. Ausência de Monitoramento e Impactos Orçamentários**

A ausência de instrumentos de aferição de resultados contraria as diretrizes da eficiência e da economicidade, na medida em que inviabiliza a avaliação de custo-benefício da gestão compartilhada.

Esse quadro se torna ainda mais preocupante diante da projeção orçamentária para 2026:

- Manutenção da UPA: de R\$ 36.727.378,90 (2025) para R\$ 45.643.756,20 (2026) – aumento de aproximadamente 24,28%.





- Em contrapartida, a Atenção Básica, eixo prioritário do SUS, apresenta redução de R\$ 42.911.508,10 (2025) para R\$ 38.734.827,74 (2026) – queda de aproximadamente 9,73%.

Esse movimento indica que, ao contrário da racionalização prometida, a gestão compartilhada tem resultado em maior onerosidade ao erário municipal.

### **3. Risco de Desvio de Finalidade**

Ao deslocar recursos crescentes para a manutenção da UPA em detrimento da Atenção Básica, o Município pode estar comprometendo a hierarquização do sistema de saúde, contrariando o disposto na Lei nº 8.080/1990 e nas diretrizes do SUS.

A falta de clareza quanto ao valor final do contrato (diferença superior a R\$ 1 milhão em relação ao aprovado), as alterações unilaterais nos serviços de SADT e a contratação adicional de biomédicos reforçam a necessidade de auditoria externa independente para verificar a conformidade dos atos administrativos com os princípios da legalidade e da eficiência.

### **4. Conclusão Parcial de Mérito**

Diante do exposto, conclui-se que:

- A gestão compartilhada não está cumprindo seu papel de instrumento de economicidade, pois os custos projetados aumentaram de forma desproporcional;
- A ausência de acompanhamento técnico e publicização dos dados configura grave falha de governança e transparência;
- Há risco fiscal relevante, uma vez que a expansão da despesa com a UPA impacta diretamente a sustentabilidade das políticas de Atenção Básica, núcleo essencial da rede de saúde.

## **III – ENCAMINHAMENTO**

Diante das irregularidades e omissões expostas, e após reiteradas tentativas de tratativas junto ao Poder Executivo Municipal, sem que houvesse retorno efetivo ou resolução satisfatória das questões levantadas, a Câmara Técnica deste Conselho entendeu necessário submeter o tema à apreciação da plenária.

Assim, o plenário do Conselho Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, no exercício de suas atribuições legais, deliberou pelo encaminhamento do presente relatório aos órgãos de controle interno e externo, solicitando a adoção das providências cabíveis, nos seguintes termos:

#### **1. Ministério Público do Estado de Minas Gerais – MPMG**

- Apuração de eventuais ilegalidades ou improbidades administrativas relacionadas ao contrato.
-



**2. Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais – TCE/MG**

- Auditoria sobre a execução financeira do contrato e a compatibilidade com os princípios da economicidade.

**3. Controladoria Interna do Município**

- Verificação do cumprimento da Cláusula Décima Primeira do contrato e das determinações do CMSCL.

**4. Secretaria Municipal de Saúde**

Esclarecimento imediato sobre:

- a) Divergência de valores contratuais;
- b) Alterações unilaterais em relação aos serviços de SADT;
- c) Justificativas para contratação adicional de biomédicos;
- d) Instalação efetiva da Comissão de Acompanhamento;
- e) Planejamento orçamentário frente ao desequilíbrio entre UPA e Atenção Básica.

**5. Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete**

- Adoção das medidas administrativas e de transparência necessárias, com **publicação integral dos relatórios de execução e acompanhamento** no portal institucional.

**6. Câmara Municipal**

- Ciência formal do relatório para fins de acompanhamento, fiscalização e debate no âmbito legislativo;
- Adoção de providências cabíveis em relação ao impacto orçamentário da UPA e à observância dos princípios da economicidade e da eficiência;

**Relatório aprovado pelo plenário do Conselho Municipal de Saúde, na sua 403ª Sessão Plenária Extraordinária, realizada em 29 de setembro de 2025.**

---

# **1. ANÁLISES INICIAIS**

## **DISCUSSÕES ACERCA DA PROPOSTA**



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

---

**ANÁLISE SOBRE A PROPOSTA DE CONTRATO DE GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE.**

**1. CONTEXTO:**

O presente documento tem como objetivo analisar a proposta de prestação de serviço do gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde da Unidade de Pronto Atendimento – UPA- 24 HORAS, no município de Conselheiro Lafaiete, por meio de consórcio público ICISMEP, com vigência de 01/11/2024 a 31/10/2025.

De acordo com os termos do contrato, a empresa contratada será responsável pelo gerenciamento administrativo e operacional da unidade, incluindo o desenvolvimento e a capacitação de pessoal, a elaboração de regimento interno, protocolos de funcionamento, organograma e a reposição da mão de obra necessária no município.

Além disso, o contrato prevê a gestão administrativa da unidade, assegurando sua organização e funcionamento pleno.

Entretanto, na avaliação do processo em referência, questiona-se sobre a manutenção dos servidores efetivos e contratados na unidade de saúde e sobre a possível manutenção de servidores comissionados vinculados ao Município na estrutura hierárquica da unidade terceirizada.

Essas questões suscitam preocupações quanto à eficiência e à coerência administrativa, dada a autonomia conferida à contratada segundo o contrato, além da correta observância ao princípio da economicidade na gestão pública.

**2. ANÁLISE TÉCNICA**

**2.1 Gestão prevista no contrato:**

O contrato estabelece que a contratada será responsável pelo gerenciamento e operacionalização da unidade.

Essa autonomia implica que a empresa terá o controle direto sobre a administração da unidade, incluindo a definição de estruturas organizacionais, protocolos de funcionamento e desenvolvimento de pessoal.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

---

- **Impactos da manutenção de servidores efetivos**

A permanência de servidores efetivos na unidade gerida pela contratada impõe a necessidade de definir claramente os mecanismos de comando e subordinação. Embora o contrato atribua à contratada a responsabilidade pelo gerenciamento administrativo e operacional, a coexistência de servidores efetivos do Município requer:

a) **Delimitação das funções e responsabilidades:** É importante que os servidores efetivos estejam subordinados diretamente à contratada durante o exercício de suas funções na unidade, evitando conflitos hierárquicos e garantindo a coesão na execução das diretrizes administrativas;

b) **Treinamento e integração funcional:** Os servidores devem ser capacitados e integrados ao modelo de gestão estabelecido pela contratada, alinhando práticas e protocolos de trabalho.

A ausência de clareza na subordinação dos servidores efetivos pode prejudicar a implementação do organograma e das diretrizes estratégicas previstas contratualmente, comprometendo os resultados esperados.

- **Impactos da possível manutenção de cargos comissionados:**

A possibilidade de manter cargos em comissão na unidade administrada pela contratada apresenta os seguintes desafios:

a) **Sobreposição de funções e responsabilidades:** Decisões administrativas podem ser prejudicadas por conflitos de autoridade entre gestores nomeados pelo Município e aqueles designados pela contratada;

b) **Incompatibilidade com o organograma proposto:** A contratada será responsável por implementar uma estrutura organizacional própria, conforme previsto contratualmente. A manutenção de cargos comissionados na unidade pode inviabilizar a execução plena dessa prerrogativa;

c) **Risco de enfraquecimento da gestão terceirizada:** A presença de cargos vinculados ao Município pode criar ambiguidades no comando e interferir na autonomia necessária para a contratada cumprir as metas e diretrizes estabelecidas.

- **Princípio da Eficiência e Riscos Jurídicos:**

A manutenção de cargos comissionados no âmbito de uma unidade sob gestão terceirizada vai de encontro ao princípio constitucional da eficiência (art. 37 da CF), podendo gerar:



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

- 
- a) Questionamentos quanto à legalidade e à economicidade de manter uma estrutura paralela à gestão contratada;
  - b) Prejuízo ao pleno cumprimento das obrigações contratuais, especialmente no que tange à autonomia da contratada;
  - c) Possíveis litígios ou dificuldades administrativas relacionados à delimitação de competências e ao fluxo de decisões.

## 2.2 Considerações sobre a Gestão Associada por Consórcio Público:

O modelo de consórcio público visa à eficiência e à otimização de recursos, especialmente em áreas estratégicas como a saúde.

Nesse contexto, a delegação de responsabilidades à contratada busca justamente garantir que a unidade seja gerida com autonomia, eficiência e foco em resultados.

A duplicidade de estruturas administrativas contradiz esse objetivo e fragiliza o modelo de gestão associada.

## 2.3 Princípio da economicidade e reavaliação do modelo:

Com base nas informações contratuais e na folha de pagamento da Unidade de Pronto Atendimento do município, relativamente ao mês de novembro de 2024, temos os seguintes dados:

### ○ Cenário Atual – Gestão pelo Município:

A UPA atualmente conta com **256 funcionários**, distribuídos conforme a seguir:

- 103 contratados temporários;
- 107 servidores efetivos;
- 46 enfermeiros em carga horária estendida (prevista em legislação específica).

Os custos totais com proventos em novembro de 2024 foram:

- Total de proventos brutos: R\$ 1.749.130,87;
- Descontos (encargos e retenções): R\$ 400.379,64;
- Valor líquido pago aos servidores: R\$ 1.348.751,23.

### ○ Cenário Proposto – Gestão ICISMEP

O contrato com o consórcio ICISMEP prevê a alocação de **150 funcionários** na UPA, com um custo estimado de **R\$ 792.267,99** mensais.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

---

○ **Comparativo de Custos**

Ao comparar os dois cenários, verifica-se uma diferença expressiva entre os valores atuais (município) e o custo projetado com a terceirização (ICISMEP):

- **Custo atual mensal com a folha:** R\$ 1.348.751,23 (líquido).
- **Custo estimado com o ICISMEP:** R\$ 792.267,99.
- **Diferença mensal estimada:** R\$ 556.483,24 a menos com o ICISMEP, representando uma economia de aproximadamente **41,3%**.

○ **Exemplo Comparativo – Salários:**

Um exemplo fornecido destaca as diferenças na remuneração praticada para o cargo de auxiliar administrativo:

- **Município:** R\$ 2.454,97 para 30 horas semanais;
- **ICISMEP:** R\$ 2.454,97 para 40 horas semanais.

É importante ressaltar que os cálculos apresentados levam em conta que a estrutura proposta pelo ICISMEP, com 150 funcionários, está prevista para atuar em conjunto com os servidores efetivos e contratados atualmente mantidos pelo município.

No entanto, a análise permite apontar que é pertinente reavaliar o desenho adotado atualmente.

Essa avaliação deveria considerar:

- **Contratação integral de profissionais pela terceirizada:** O ICISMEP, por meio da contratação de mão de obra no modelo estabelecido em contrato, proporcionaria uma gestão mais econômica e alinhada ao princípio da economicidade.
- **Realocação do quadro efetivo para outras áreas do município:** Os servidores efetivos poderiam ser redistribuídos para setores onde há maior demanda, como unidades básicas de saúde e programas estratégicos, onde atualmente existem contratos temporários vigentes.
- **Eliminação de redundâncias funcionais:** A entrega total da gestão evitaria a sobreposição de estruturas administrativas e hierárquicas, garantindo maior eficiência operacional e financeira.

## **2.5 Necessidade de regras claras e previsão de reajustes:**

A ausência de regras claras sobre a fiscalização e prestação de contas pode comprometer a transparência e a accountability do contrato. Dessa forma, recomenda-se:

- **Definição de mecanismos de fiscalização:** Deve-se estabelecer que a contratada forneça dados regulares demonstrados por meio dos instrumentos de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

acompanhamento da gestão, como, por exemplo, nos relatórios trimestrais, permitindo o acompanhamento e a avaliação dos resultados;

- **Previsão de penalidades:** O contrato deve prever penalidades claras para o descumprimento das obrigações, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas;
- **Reajustes anuais:** A previsão de reajustes anuais deve ser detalhada, assegurando a sustentabilidade financeira do contrato e a qualidade dos serviços

#### 4. CONCLUSÃO:

O Conselho manifesta suas preocupações quanto à execução do contrato, especialmente neste momento de incerteza sobre a aplicabilidade e a eficiência do modelo proposto. Ressaltamos que o assunto não foi debatido junto ao órgão de controle social, o que é de extrema relevância, conforme as disposições da Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, que define as competências do Conselho, entre elas a de avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, em consonância com as diretrizes dos Planos de Saúde. Diante disso, é imprescindível destacar a urgente necessidade de discussão e alinhamento com a gestão para mitigar eventuais riscos e garantir a transparência e eficácia no processo.

A permanência de servidores efetivos na unidade terceirizada, embora prevista, exige a implementação de mecanismos claros de integração e subordinação à empresa contratada, a fim de evitar conflitos e assegurar o cumprimento adequado dos objetivos contratuais. Por outro lado, a manutenção de cargos comissionados pode prejudicar a clareza administrativa e a eficiência do modelo contratual, o que comprometeria o funcionamento do serviço de saúde.

Adicionalmente, a questão da permanência dos servidores contratados não foi suficientemente esclarecida, especialmente no que diz respeito à responsabilidade pela sua manutenção — se será do município ou coberta pela empresa contratada via consórcio. A falta de clareza sobre este ponto gera insegurança jurídica e operacional.

Portanto, sugerimos uma **reavaliação do modelo do contrato e do planejamento** adotado, com foco na reorganização do quadro de pessoal, de modo a otimizar a eficiência da gestão e assegurar tanto o cumprimento das metas contratuais quanto a economicidade do modelo.



**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|    | <b>NOME DO SERVIDOR</b>       | <b>CARGO</b>            | <b>VENCIMENTOS</b> |
|----|-------------------------------|-------------------------|--------------------|
| 1  | ADEILSON CIRO MILIONE         | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.447,52           |
| 2  | ALAN PEREIRA DA SILVA         | ASSIST. SOCIAL          | 6.430,67           |
| 3  | ALESSANDRA APARECIDA SALLES   | AUX. LABORATÓRIO        | 4.534,94           |
| 4  | ALESSANDRO BAETA DUTRA DE     | MOTORISTA               | 2.450,24           |
| 5  | ALEXANDRE DE ALMEIDA SOARES   | MEDICO PLANTONISTA      | 15.745,37          |
| 6  | ALEXSANDRA PATRÍCIA APARECIDA | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.137,79           |
| 7  | ALINE APARECIDA SOUZA MESSIAS | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.909,12           |
| 8  | ANA CAROLINA SANTANA E SILVA  | MEDICO PLANTONISTA      | 6.368,08           |
| 9  | ANA CLAUDIA BARBOSA           | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 7.856,87           |
| 10 | ANA ERCILIA VIEIRA PACHECO    | MEDICO PLANTONISTA      | 18.346,17          |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|    |                              |                         |          |
|----|------------------------------|-------------------------|----------|
| 11 | ANA LUCIA DE OLIVEIRA        | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.693,67 |
| 12 | ANA MARCIA DOS REIS CONDE    | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.366,91 |
| 13 | ÂNGELA MARIA FLORÊNCIO       | AUXILIAR DE OBRAS       | 2.577,31 |
| 14 | APARECIDA DE JESUS SILVA     | AUXILIAR DE OBRAS       | 2.577,31 |
| 15 | BEATRIZ DE FATIMA QUEIROZ DA | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.126,20 |
| 16 | CARINA SILVA PEREIRA         | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.476,59 |
| 17 | CARLA CRISTINA FERREIRA DE   | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.595,04 |
| 18 | CRISLAINE APARECIDA CARDOSO  | AUX. ADMINISTRATIVO     | 3.270,50 |
| 19 | CRISTIANE DE MELO FERREIRA   | AUXILIAR DE OBRAS       | 2.972,67 |
| 20 | CRISTIANO HENRIQUE DA COSTA  | MOTORISTA               | 2.726,49 |
| 21 | DANIEL NEVES PEREIRA         | VIGIA - II              | 2.196,07 |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|    |                               |                         |          |
|----|-------------------------------|-------------------------|----------|
| 22 | DEISE LANE                    | AUXILIAR DE OBRAS       | 2.654,97 |
| 23 | DENISE CRISTINA DE MATOS      | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.300,00 |
| 24 | DILENE GINEROZA DE OLIVEIRA   | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.480,86 |
| 25 | DULCINEA PEREIRA              | AUXILIAR DE OBRAS       | 2.647,91 |
| 26 | DYANA FERREIRA GOMES          | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.664,50 |
| 27 | EDINA SANTANA LOPES           | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.998,94 |
| 28 | EDLEIA MARIA SOTERIO GRACINDO | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.510,75 |
| 29 | EDNA DE FATIMA SOTERIO        | AUXILIAR DE OBRAS       | 4.183,46 |
| 30 | EDUARDO AUGUSTO SILVA         | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 6.001,51 |
| 31 | ELAINE CRISTINA DE FARIA      | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.270,50 |
| 32 | ELIANE MARIA BIBIANO INÁCIO   | AUX. ENFERMAGEM         | 5.033,47 |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|    |                                  |                         |           |
|----|----------------------------------|-------------------------|-----------|
| 33 | ELIDA SANDRA RIBEIRO             | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.207,47  |
| 34 | ELISANGELA LEONEL DA SILVA       | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.400,38  |
| 35 | ELIZABETH APARECIDA APOLINARIA   | AUXILIAR DE OBRAS       | 0,00      |
| 36 | ELIZABETH BARROS                 | AUX. ADMINISTRATIVO     | 10.127,51 |
| 37 | ENIR SOARES                      | AUX. ADMINISTRATIVO     | 6.120,31  |
| 38 | EVA MARCIA EUGENIO               | AUXILIAR DE OBRAS       | 4.375,19  |
| 39 | FATIMA MARIA ILDEFONSO           | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.823,12  |
| 40 | FERNANDA DAS DORES SOUZA ROSA    | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.431,66  |
| 41 | FERNANDA MARIA LOBO LEITE        | MEDICO PLANTONISTA      | 15.745,37 |
| 42 | FLAVIA APARECIDA OLIVEIRA SANTOS | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.069,37  |
| 43 | GISLAYNE MARIA CAMPOS PEREIRA    | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.689,30  |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|    |                                 |                         |           |
|----|---------------------------------|-------------------------|-----------|
| 44 | GIULLIANO RUBATINO NOGUEIRA     | MEDICO PLANTONISTA      | 21.371,74 |
| 45 | HOSANA VITA DA SILVA TITO       | AUX. ENFERMAGEM         | 2.678,64  |
| 46 | IONE APARECIDA DE SOUSA RIBEIRO | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 6.982,71  |
| 47 | JACQUELINE MIRANDA PIRES        | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.130,47  |
| 48 | JANAINA APARECIDA COELHO VIEIRA | AUX. ADMINISTRATIVO     | 5.270,35  |
| 49 | JAQUELINE LUCIA CANUTO DOS      | AUX. ENFERMAGEM         | 2.752,75  |
| 50 | JOAO DE OLIVEIRA AMARANTE       | MOTORISTA               | 3.047,41  |
| 51 | JOSE CARLOS DO CARMO            | TEC. LABORATÓRIO        | 4.279,92  |
| 52 | JOSE LUIZ BARBOSA               | MOTORISTA               | 5.323,23  |
| 53 | JOSE LUIZ DE SOUZA              | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.760,04  |
| 54 | JULIANA FIDELIS DA SILVA        | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.418,01  |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|    |                              |                         |           |
|----|------------------------------|-------------------------|-----------|
| 54 | JUREMA APARECIDA FAUSTINO DE | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.689,30  |
| 55 | KATIA CRISTINA DIAS          | AUX. ADMINISTRATIVO     | 5.352,64  |
| 56 | KELY ADRIENE DA SILVA        | AUXILIAR DE OBRAS       | 2.577,31  |
| 57 | LILIANE MARIA DE FREITAS DOS | TEC. LABORATÓRIO        | 6.876,34  |
| 58 | LILIANE PAULA FERNANDES      | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 7.530,02  |
| 59 | LUCIANA DOS SANTOS PIMENTA   | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.787,60  |
| 60 | LUCIMAR DE ASSIS GONCALVES   | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.536,02  |
| 61 | LUCINEIA PAIVA DA SILVA      | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.105,54  |
| 62 | LUCIO MAURO RAMALHO          | MOTORISTA               | 2.836,65  |
| 63 | LUCRECIA CHRISTIAN RIBEIRO   | MEDICO PLANTONISTA      | 23.309,72 |
| 64 | LUIZ SOARES DE MEDEIROS      | MOTORISTA               | 3.042,52  |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|    |                                 |                         |           |
|----|---------------------------------|-------------------------|-----------|
| 65 | MARCELO BARBOSA                 | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 9.098,11  |
| 66 | MARCELO COIMBRA FEIJO           | MEDICO PLANTONISTA      | 15.745,37 |
| 67 | MARCELO DA FONSECA PORTES       | MEDICO PLANTONISTA      | 8.600,77  |
| 68 | MARCIO DE JESUS NUNES           | VIGIA - II              | 3.350,38  |
| 69 | MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS       | MOTORISTA               | 2.972,17  |
| 70 | MARIA APARECIDA DE FARIA TINOCO | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.211,52  |
| 71 | MARIA DA PAIXÃO VIEIRA LIMA     | AUXILIAR DE OBRAS       | 2.647,91  |
| 72 | MARIA DA PIEDADE SOUSA          | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.462,96  |
| 73 | MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA       | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.550,82  |
| 74 | MARIA IRENE ASSIS SANTOS        | AUXILIAR DE OBRAS       | 3.832,22  |
| 75 | MARILZA APARECIDA COELHO        | TÉCNICO ENFERMAGEM      | 4.523,56  |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|    |                                 |                         |          |
|----|---------------------------------|-------------------------|----------|
| 76 | MARTA TEIXEIRA COELHO           | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.270,50 |
| 77 | MAXSILENE GRACIANE FAUSTELINO   | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.114,75 |
| 78 | MEIRE CRISTINA VIEIRA FERNANDES | TEC. LABORATÓRIO        | 5.400,38 |
| 79 | MONICA CRISTINA CHAGAS          | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.713,43 |
| 80 | MONICA LUCIA DA SILVA           | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.675,68 |
| 81 | NILSA INES DE ALMEIDA TEIXEIRA  | AUXILIAR DE OBRAS       | 2.577,31 |
| 82 | NIZIA CRISTIANA TORRES RAMOS    | ASSIST. SOCIAL          | 5.018,79 |
| 83 | ODELIA MARIA DE PAULA PAIVA     | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.722,31 |
| 84 | OTAVIA MIRIA DO PATROCINIO      | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 6.216,98 |
| 85 | OTAWIA REZENDE RODRIGUES        | MEDICO PLANTONISTA      | 8.243,54 |
| 86 | PATRÍCIA LUCIANA DE SOUZA       | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.303,83 |



**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|    |                                 |                         |          |
|----|---------------------------------|-------------------------|----------|
| 87 | PATRÍCIA SILVA DE SOUZA ANDRADE | AUX. ENFERMAGEM         | 3.409,19 |
| 88 | RAFAEL FRANCISCO NAVAIS         | AUX. ADMINISTRATIVO     | 5.377,34 |
| 89 | RAFAELA APARECIDA DOS SANTOS    | AUXILIAR DE OBRAS       | 3.604,54 |
| 90 | RICHARD GUSTAVO LEROY MACHADO   | AUX. ADMINISTRATIVO     | 4.016,84 |
| 91 | RITA DE CASSIA DA COSTA         | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.071,25 |
| 92 | ROSEANE BRAGA DA SILVA          | VIGIA - II              | 2.917,92 |
| 93 | ROSEANE CRISTINA CARDOSO        | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.879,75 |
| 94 | SARA ETHEL DE REZENDE           | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.962,03 |
| 95 | SERGIO FERNANDO MONTEIRO        | MOTORISTA               | 3.235,03 |
| 96 | SHEILA BEATRIZ DA S RAIMUNDO    | AUX. ADMINISTRATIVO     | 5.889,70 |
| 97 | SONIA MARIA COSTA DO ESPIRITO   | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.995,42 |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|     |                                |                         |                |
|-----|--------------------------------|-------------------------|----------------|
| 98  | STEPHANNY ALINE NEVES PINTO    | MEDICO PLANTONISTA      | 28.873,57      |
| 99  | TARCILIANE MARISA DA SILVA     | AUXILIAR DE OBRAS       | 3.447,42       |
| 100 | TATIANA APARECIDA DA COSTA     | ASSIST. SOCIAL          | 7.232,09       |
| 101 | TEREZINHA DE JESUS GONCALVES   | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.049,27       |
| 102 | VANESSA MARTINS BRAVOS         | TEC. LABORATÓRIO        | 5.833,80       |
| 103 | VANIMARIA DA SILVA FERNANDES   | técnico ENFERMAGEM - II | 5.039,38       |
| 104 | WAGNER LUIZ FERREIRA DE ARAUJO | MEDICO PLANTONISTA      | 24.318,89      |
| 105 | WAGNER REZENDE PIRES           | MOTORISTA               | 3.036,11       |
| 106 | WALQUIRIA DA CONCEIÇÃO DE      | AUX. ENFERMAGEM         | 0,00           |
|     |                                |                         | R\$ 606.643,84 |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

**ESPECIFICAÇÕES POR CARGO**

|                              |                |               |
|------------------------------|----------------|---------------|
| ALAN PEREIRA DA SILVA        | ASSIST. SOCIAL | 6.430,67      |
| NIZIA CRISTIANA TORRES RAMOS | ASSIST. SOCIAL | 5.018,79      |
| TATIANA APARECIDA DA COSTA   | ASSIST. SOCIAL | 7.232,09      |
|                              |                | R\$ 18.681,55 |

|                                 |                     |               |
|---------------------------------|---------------------|---------------|
| CRISLAINE APARECIDA CARDOSO     | AUX. ADMINISTRATIVO | 3.270,50      |
| ELIZABETH BARROS                | AUX. ADMINISTRATIVO | 10.127,51     |
| ENIR SOARES                     | AUX. ADMINISTRATIVO | 6.120,31      |
| JANAINA APARECIDA COELHO VIEIRA | AUX. ADMINISTRATIVO | 5.270,35      |
| KATIA CRISTINA DIAS             | AUX. ADMINISTRATIVO | 5.352,64      |
| RAFAEL FRANCISCO NAVAIS         | AUX. ADMINISTRATIVO | 5.377,34      |
| RICHARD GUSTAVO LEROY MACHADO   | AUX. ADMINISTRATIVO | 4.016,84      |
| SHEILA BEATRIZ DA S RAIMUNDO    | AUX. ADMINISTRATIVO | 5.889,70      |
|                                 |                     | R\$ 45.425,19 |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|                                 |                 |               |
|---------------------------------|-----------------|---------------|
| ELIANE MARIA BIBIANO INÁCIO     | AUX. ENFERMAGEM | 5.033,47      |
| HOSANA VITA DA SILVA TITO       | AUX. ENFERMAGEM | 2.678,64      |
| JAQUELINE LUCIA CANUTO DOS      | AUX. ENFERMAGEM | 2.752,75      |
| PATRÍCIA SILVA DE SOUZA ANDRADE | AUX. ENFERMAGEM | 3.409,19      |
| WALQUIRIA DA CONCEIÇÃO DE       | AUX. ENFERMAGEM | 0             |
|                                 |                 | R\$ 13.874,05 |

|                             |                  |              |
|-----------------------------|------------------|--------------|
| ALESSANDRA APARECIDA SALLES | AUX. LABORATÓRIO | 4.534,94     |
|                             |                  | R\$ 4.534,94 |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|                                |                   |               |
|--------------------------------|-------------------|---------------|
| ÂNGELA MARIA FLORÊNCIO         | AUXILIAR DE OBRAS | 2.577,31      |
| APARECIDA DE JESUS SILVA       | AUXILIAR DE OBRAS | 2.577,31      |
| CRISTIANE DE MELO FERREIRA     | AUXILIAR DE OBRAS | 2.972,67      |
| DEISE LANE                     | AUXILIAR DE OBRAS | 2.654,97      |
| DULCINEA PEREIRA               | AUXILIAR DE OBRAS | 2.647,91      |
| EDNA DE FATIMA SOTERIO         | AUXILIAR DE OBRAS | 4.183,46      |
| ELIZABETH APARECIDA APOLINARIA | AUXILIAR DE OBRAS | 0             |
| EVA MARCIA EUGENIO             | AUXILIAR DE OBRAS | 4.375,19      |
| KELY ADRIENE DA SILVA          | AUXILIAR DE OBRAS | 2.577,31      |
| MARIA DA PAIXÃO VIEIRA LIMA    | AUXILIAR DE OBRAS | 2.647,91      |
| MARIA IRENE ASSIS SANTOS       | AUXILIAR DE OBRAS | 3.832,22      |
| NILSA INES DE ALMEIDA TEIXEIRA | AUXILIAR DE OBRAS | 2.577,31      |
| RAFAELA APARECIDA DOS SANTOS   | AUXILIAR DE OBRAS | 3.604,54      |
| TARCILIANE MARISA DA SILVA     | AUXILIAR DE OBRAS | 3.447,42      |
|                                |                   | R\$ 40.675,53 |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|                                |                    |                |
|--------------------------------|--------------------|----------------|
| ALEXANDRE DE ALMEIDA SOARES    | MEDICO PLANTONISTA | 15.745,37      |
| ANA CAROLINA SANTANA E SILVA   | MEDICO PLANTONISTA | 6.368,08       |
| ANA ERCILIA VIEIRA PACHECO     | MEDICO PLANTONISTA | 18.346,17      |
| FERNANDA MARIA LOBO LEITE      | MEDICO PLANTONISTA | 15.745,37      |
| GIULLIANO RUBATINO NOGUEIRA    | MEDICO PLANTONISTA | 21.371,74      |
| LUCRECIA CHRISTIAN RIBEIRO     | MEDICO PLANTONISTA | 23.309,72      |
| MARCELO COIMBRA FEIJO          | MEDICO PLANTONISTA | 15.745,37      |
| MARCELO DA FONSECA PORTES      | MEDICO PLANTONISTA | 8.600,77       |
| OTAWIA REZENDE RODRIGUES       | MEDICO PLANTONISTA | 8.243,54       |
| STEPHANNY ALINE NEVES PINTO    | MEDICO PLANTONISTA | 28.873,57      |
| WAGNER LUIZ FERREIRA DE ARAUJO | MEDICO PLANTONISTA | 24.318,89      |
|                                |                    | R\$ 186.668,59 |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|                             |           |              |
|-----------------------------|-----------|--------------|
| ALESSANDRO BAETA DUTRA DE   | MOTORISTA | 2.450,24     |
| CRISTIANO HENRIQUE DA COSTA | MOTORISTA | 2.726,49     |
| JOAO DE OLIVEIRA AMARANTE   | MOTORISTA | 3.047,41     |
| JOSE LUIZ BARBOSA           | MOTORISTA | 5.323,23     |
| LUCIO MAURO RAMALHO         | MOTORISTA | 2.836,65     |
| LUIZ SOARES DE MEDEIROS     | MOTORISTA | 3.042,52     |
| MARCOS ANTÔNIO DOS SANTOS   | MOTORISTA | 2.972,17     |
| SERGIO FERNANDO MONTEIRO    | MOTORISTA | 3.235,03     |
| WAGNER REZENDE PIRES        | MOTORISTA | 3.036,11     |
|                             |           | R\$ 28669,85 |

|                                 |                  |               |
|---------------------------------|------------------|---------------|
| JOSE CARLOS DO CARMO            | TEC. LABORATÓRIO | 4.279,92      |
| LILIANE MARIA DE FREITAS DOS    | TEC. LABORATÓRIO | 6.876,34      |
| MEIRE CRISTINA VIEIRA FERNANDES | TEC. LABORATÓRIO | 5.400,38      |
| VANESSA MARTINS BRAVOS          | TEC. LABORATÓRIO | 5.833,80      |
|                                 |                  | R\$ 22.390,44 |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|                          |                    |              |
|--------------------------|--------------------|--------------|
| MARILZA APARECIDA COELHO | TÉCNICO ENFERMAGEM | 4.523,56     |
|                          |                    | R\$ 4.523,56 |

|                               |                         |          |
|-------------------------------|-------------------------|----------|
| ADEILSON CIRO MILIONE         | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.447,52 |
| ALEXSANDRA PATRÍCIA APARECIDA | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.137,79 |
| ALINE APARECIDA SOUZA MESSIAS | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.909,12 |
| ANA CLAUDIA BARBOSA           | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 7.856,87 |
| ANA LUCIA DE OLIVEIRA         | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.693,67 |
| ANA MARCIA DOS REIS CONDE     | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.366,91 |
| BEATRIZ DE FATIMA QUEIROZ DA  | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.126,20 |
| CARINA SILVA PEREIRA          | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.476,59 |
| CARLA CRISTINA FERREIRA DE    | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.595,04 |
| DENISE CRISTINA DE MATOS      | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.300,00 |
| DILENE GINEROZA DE OLIVEIRA   | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.480,86 |
| DYANA FERREIRA GOMES          | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.664,50 |



**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|                                  |                         |          |
|----------------------------------|-------------------------|----------|
| EDINA SANTANA LOPES              | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.998,94 |
| EDLEIA MARIA SOTERIO GRACINDO    | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.510,75 |
| EDUARDO AUGUSTO SILVA            | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 6.001,51 |
| ELAINE CRISTINA DE FARIA         | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.270,50 |
| ELIDA SANDRA RIBEIRO             | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.207,47 |
| ELISANGELA LEONEL DA SILVA       | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.400,38 |
| FATIMA MARIA ILDEFONSO           | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.823,12 |
| FERNANDA DAS DORES SOUZA ROSA    | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.431,66 |
| FLAVIA APARECIDA OLIVEIRA SANTOS | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.069,37 |
| GISLAYNE MARIA CAMPOS PEREIRA    | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.689,30 |
| IONE APARECIDA DE SOUSA RIBEIRO  | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 6.982,71 |
| JACQUELINE MIRANDA PIRES         | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.130,47 |
| JOSE LUIZ DE SOUZA               | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.760,04 |
| JULIANA FIDELIS DA SILVA         | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.418,01 |
| JUREMA APARECIDA FAUSTINO DE     | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.689,30 |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|                                 |                         |          |
|---------------------------------|-------------------------|----------|
| LILIANE PAULA FERNANDES         | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 7.530,02 |
| LUCIANA DOS SANTOS PIMENTA      | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.787,60 |
| LUCIMAR DE ASSIS GONCALVES      | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.536,02 |
| LUCINEIA PAIVA DA SILVA         | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.105,54 |
| MARCELO BARBOSA                 | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 9.098,11 |
| MARIA APARECIDA DE FARIA TINOCO | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.211,52 |
| MARIA DA PIEDADE SOUSA          | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.462,96 |
| MARIA DAS GRAÇAS OLIVEIRA       | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.550,82 |
| MARTA TEIXEIRA COELHO           | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.270,50 |
| MAXSILENE GRACIANE FAUSTELINO   | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.114,75 |
| MONICA CRISTINA CHAGAS          | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.713,43 |
| MONICA LUCIA DA SILVA           | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.675,68 |
| ODELIA MARIA DE PAULA PAIVA     | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 4.722,31 |
| OTAVIA MIRIA DO PATROCINIO      | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 6.216,98 |
| PATRÍCIA LUCIANA DE SOUZA       | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.303,83 |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

|                               |                         |                |
|-------------------------------|-------------------------|----------------|
| RITA DE CASSIA DA COSTA       | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.071,25       |
| ROSEANE CRISTINA CARDOSO      | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.879,75       |
| SARA ETHEL DE REZENDE         | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.962,03       |
| SONIA MARIA COSTA DO ESPIRITO | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 3.995,42       |
| TEREZINHA DE JESUS GONCALVES  | TÉCNICO ENFERMAGEM - II | 5.049,27       |
| VANIMARIA DA SILVA FERNANDES  | técnico ENFERMAGEM - II | 5.039,38       |
|                               |                         | R\$ 232.735,77 |

|                        |            |              |
|------------------------|------------|--------------|
| DANIEL NEVES PEREIRA   | VIGIA - II | 2.196,07     |
| MARCIO DE JESUS NUNES  | VIGIA - II | 3.350,38     |
| ROSEANE BRAGA DA SILVA | VIGIA - II | 2.917,92     |
|                        |            | R\$ 8.464,37 |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

**COMPARATIVO DE SALÁRIOS ICISMEP**

**Tabela de Salários e Carga Horária**

| <b>Cargo</b>                       | <b>Carga Horária</b>          | <b>Salário (R\$)</b> |
|------------------------------------|-------------------------------|----------------------|
| <b>Auxiliar de Laboratório</b>     | <b>12x36 (diurno/noturno)</b> | <b>1.799,00</b>      |
| <b>Auxiliar de Serviços Gerais</b> | <b>12x36 (diurno/noturno)</b> | <b>1.415,00</b>      |
| <b>Auxiliar Administrativo</b>     | <b>40 horas semanais</b>      | <b>2.454,97</b>      |
| <b>Técnico de Enfermagem</b>       | <b>30 horas semanais</b>      | <b>2.267,05</b>      |
| <b>Técnico de Laboratório</b>      | <b>12x36 (diurno)</b>         | <b>2.454,99</b>      |

---

**Hipóteses de Realocação:**

**1. Auxiliares Administrativos (8 servidores efetivos)**

- Custo Atual Mensal: R\$ 45.425,19
- Custo Mensal Contratados ICISMEP: R\$ 19.639,76
- Economia Estimada: R\$ 25.785,43/mês (R\$ 309.425,16/ano)

**Observação:** Servidores efetivos possuem custo superior e carga horária menor que contratados. Realocação pode substituir contratos em outras áreas da saúde, promovendo eficiência e economicidade.

**2. Auxiliares de Obras e Serviços (14 servidores efetivos)**

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

- Custo Atual Mensal: R\$ 40.675,53
- Custo Mensal Contratados ICISMEP: R\$ 19.810,00
- Economia Estimada: R\$ 20.865,53/mês (R\$ 250.386,36/ano)

**Observação:** Realocação poderia atender demandas em outras áreas, gerando eficiência administrativa.

**3. Técnicos de Enfermagem (50 servidores efetivos)**

- Custo Atual Mensal: R\$ 232.735,77
- Custo Mensal Contratados ICISMEP: R\$ 113.352,50
- Economia Estimada: R\$ 119.383,27/mês (R\$ 1.432.599,24/ano)

**Observação:** Substituições e realocações podem otimizar o uso de recursos, aumentando a economicidade.

**4. Técnicos de Laboratório (4 servidores efetivos)**

- Custo Atual Mensal: R\$ 22.390,44
- Custo Mensal Contratados ICISMEP: R\$ 9.819,96
- Economia Estimada: R\$ 12.570,48/mês (R\$ 150.845,76/ano)

**Observação:** A realocação potencialmente permitiria atender contratos em outras áreas da saúde.

---

**Recapitulação Geral**

| Cargo                       | Qtd. Efetivos | Custo Atual (R\$) | Custo ICISMEP (R\$) | Economia Mensal (R\$) |
|-----------------------------|---------------|-------------------|---------------------|-----------------------|
| Auxiliar de Laboratório     | 4             | 22.390,44         | 9.819,96            | 12.570,48             |
| Auxiliar de Serviços Gerais | 14            | 40.675,53         | 19.810,00           | 20.865,53             |
| Auxiliar Administrativo     | 8             | 45.425,19         | 19.639,76           | 25.785,43             |
| Técnico de Enfermagem       | 50            | 232.735,77        | 113.352,50          | 119.383,27            |

**SERVIDORES EFETIVOS – POLICLÍNICA – UPA 24 HORAS**  
**REFERÊNCIA – NOVEMBRO 2024**

- **Economia Total Mensal: R\$ 178.604,71**
- **Economia Total Anual: R\$ 2.143.256,52**

---

**Observações**

- 1. Os cálculos consideram salários brutos dos servidores efetivos com base no mês de novembro de 2024.**
- 2. Encargos trabalhistas não foram considerados no custo dos contratos ICISMEP.**
- 3. Estes valores são estimativas iniciais.**
- 4. Recomenda-se uma análise aprofundada dos impactos orçamentários e administrativos para garantir a eficiência, economicidade e legalidade das mudanças, conforme os princípios da administração pública.**



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

---

**OFÍCIO Nº 190/2024/CMSC**

Conselheiro Lafaiete, 26 de dezembro de 2024.

A Vossa Senhoria  
**Janice Batista de Oliveira**  
Secretária Municipal de Saúde  
Praça Barão de Queluz, s/n, Centro  
NESTA

**REF.: Encaminhamento de análise e solicitação de esclarecimentos.**

Prezada Secretária,

Cumprimentando-os cordialmente, encaminhamos, anexo a este, a "**análise sobre a proposta de contrato de gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços desenvolvidos na Unidade de Pronto Atendimento no Município de Conselheiro Lafaiete**", elaborada por este Conselho.

O documento analisa a proposta de prestação de serviços do consórcio público ICISMEP para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 HORAS.

Com o intuito de entender melhor o contrato e a proposta apresentada por essa Secretaria, identificamos aspectos que necessitam de esclarecimentos, conforme segue:

1. A manutenção dos servidores efetivos e contratados na unidade de saúde;
2. A possível manutenção de servidores comissionados vinculados ao Município na estrutura hierárquica da unidade terceirizada.
3. O impacto orçamentário previsto para a contratação da empresa, detalhando os gastos estimados com servidores efetivos, contratados, custeio de manutenção e outros custos relacionados ao contrato e manutenção da unidade.

As questões levantadas demandam esclarecimentos quanto à eficiência e coerência administrativa da proposta.

Solicitamos, portanto, que essa Secretaria preste os devidos esclarecimentos acerca dos pontos mencionados, no prazo de 15 (quinze) dias, a fim de subsidiar a análise e deliberação deste Conselho.

Atenciosamente,

**ROBERTO SANT'ANA LISBOA BATISTA**  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

---

**ANÁLISE SOBRE A PROPOSTA DE CONTRATO DE GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E  
EXECUÇÃO DE AÇÕES E SERVIÇOS DESENVOLVIDOS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO  
NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE.**

**1. CONTEXTO:**

O presente documento tem como objetivo analisar a proposta de prestação de serviço do gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde da Unidade de Pronto Atendimento – UPA- 24 HORAS, no município de Conselheiro Lafaiete, por meio de consórcio público ICISMEP, com vigência de 01/11/2024 a 31/10/2025.

De acordo com os termos do contrato, a empresa contratada será responsável pelo gerenciamento administrativo e operacional da unidade, incluindo o desenvolvimento e a capacitação de pessoal, a elaboração de regimento interno, protocolos de funcionamento, organograma e a reposição da mão de obra necessária no município.

Além disso, o contrato prevê a gestão administrativa da unidade, assegurando sua organização e funcionamento pleno.

Entretanto, na avaliação do processo em referência, questiona-se sobre a manutenção dos servidores efetivos e contratados na unidade de saúde e sobre a possível manutenção de servidores comissionados vinculados ao Município na estrutura hierárquica da unidade terceirizada.

Essas questões suscitam preocupações quanto à eficiência e à coerência administrativa, dada a autonomia conferida à contratada segundo o contrato, além da correta observância ao princípio da economicidade na gestão pública.

**2. ANÁLISE TÉCNICA**

**2.1 Gestão prevista no contrato:**

O contrato estabelece que a contratada será responsável pelo gerenciamento e operacionalização da unidade.

Essa autonomia implica que a empresa terá o controle direto sobre a administração da unidade, incluindo a definição de estruturas organizacionais, protocolos de funcionamento e desenvolvimento de pessoal.





CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

---

- **Impactos da manutenção de servidores efetivos**

A permanência de servidores efetivos na unidade gerida pela contratada impõe a necessidade de definir claramente os mecanismos de comando e subordinação. Embora o contrato atribua à contratada a responsabilidade pelo gerenciamento administrativo e operacional, a coexistência de servidores efetivos do Município requer:

a) **Delimitação das funções e responsabilidades:** É importante que os servidores efetivos estejam subordinados diretamente à contratada durante o exercício de suas funções na unidade, evitando conflitos hierárquicos e garantindo a coesão na execução das diretrizes administrativas;

b) **Treinamento e integração funcional:** Os servidores devem ser capacitados e integrados ao modelo de gestão estabelecido pela contratada, alinhando práticas e protocolos de trabalho.

A ausência de clareza na subordinação dos servidores efetivos pode prejudicar a implementação do organograma e das diretrizes estratégicas previstas contratualmente, comprometendo os resultados esperados.

- **Impactos da possível manutenção de cargos comissionados:**

A possibilidade de manter cargos em comissão na unidade administrada pela contratada apresenta os seguintes desafios:

a) **Sobreposição de funções e responsabilidades:** Decisões administrativas podem ser prejudicadas por conflitos de autoridade entre gestores nomeados pelo Município e aqueles designados pela contratada;

b) **Incompatibilidade com o organograma proposto:** A contratada será responsável por implementar uma estrutura organizacional própria, conforme previsto contratualmente. A manutenção de cargos comissionados na unidade pode inviabilizar a execução plena dessa prerrogativa;

c) **Risco de enfraquecimento da gestão terceirizada:** A presença de cargos vinculados ao Município pode criar ambiguidades no comando e interferir na autonomia necessária para a contratada cumprir as metas e diretrizes estabelecidas.

- **Princípio da Eficiência e Riscos Jurídicos:**

A manutenção de cargos comissionados no âmbito de uma unidade sob gestão terceirizada vai de encontro ao princípio constitucional da eficiência (art. 37 da CF), podendo gerar:



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

- 
- a) Questionamentos quanto à legalidade e à economicidade de manter uma estrutura paralela à gestão contratada;
  - b) Prejuízo ao pleno cumprimento das obrigações contratuais, especialmente no que tange à autonomia da contratada;
  - c) Possíveis litígios ou dificuldades administrativas relacionados à delimitação de competências e ao fluxo de decisões.

## 2.2 Considerações sobre a Gestão Associada por Consórcio Público:

O modelo de consórcio público visa à eficiência e à otimização de recursos, especialmente em áreas estratégicas como a saúde.

Nesse contexto, a delegação de responsabilidades à contratada busca justamente garantir que a unidade seja gerida com autonomia, eficiência e foco em resultados.

A duplicidade de estruturas administrativas contradiz esse objetivo e fragiliza o modelo de gestão associada.

## 2.3 Princípio da economicidade e reavaliação do modelo:

Com base nas informações contratuais e na folha de pagamento da Unidade de Pronto Atendimento do município, relativamente ao mês de novembro de 2024, temos os seguintes dados:

### ○ Cenário Atual – Gestão pelo Município:

A UPA atualmente conta com **256 funcionários**, distribuídos conforme a seguir:

- 103 contratados temporários;
- 107 servidores efetivos;
- 46 enfermeiros em carga horária estendida (prevista em legislação específica).

Os custos totais com proventos em novembro de 2024 foram:

- Total de proventos brutos: R\$ 1.749.130,87;
- Descontos (encargos e retenções): R\$ 400.379,64;
- Valor líquido pago aos servidores: R\$ 1.348.751,23.

### ○ Cenário Proposto – Gestão ICISMEP

O contrato com o consórcio ICISMEP prevê a alocação de **150 funcionários** na UPA, com um custo estimado de **R\$ 792.267,99** mensais.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

---

○ **Comparativo de Custos**

Ao comparar os dois cenários, verifica-se uma diferença expressiva entre os valores atuais (município) e o custo projetado com a terceirização (ICISMEP):

- **Custo atual mensal com a folha:** R\$ 1.348.751,23 (líquido).
- **Custo estimado com o ICISMEP:** R\$ 792.267,99.
- **Diferença mensal estimada:** R\$ 556.483,24 a menos com o ICISMEP, representando uma economia de aproximadamente **41,3%**.

○ **Exemplo Comparativo – Salários:**

Um exemplo fornecido destaca as diferenças na remuneração praticada para o cargo de auxiliar administrativo:

- **Município:** R\$ 2.454,97 para 30 horas semanais;
- **ICISMEP:** R\$ 2.454,97 para 40 horas semanais.

É importante ressaltar que os cálculos apresentados levam em conta que a estrutura proposta pelo ICISMEP, com 150 funcionários, está prevista para atuar em conjunto com os servidores efetivos e contratados atualmente mantidos pelo município.

No entanto, a análise permite apontar que é pertinente reavaliar o desenho adotado atualmente.

Essa avaliação deveria considerar:

- **Contratação integral de profissionais pela terceirizada:** O ICISMEP, por meio da contratação de mão de obra no modelo estabelecido em contrato, proporcionaria uma gestão mais econômica e alinhada ao princípio da economicidade.
- **Realocação do quadro efetivo para outras áreas do município:** Os servidores efetivos poderiam ser redistribuídos para setores onde há maior demanda, como unidades básicas de saúde e programas estratégicos, onde atualmente existem contratos temporários vigentes.
- **Eliminação de redundâncias funcionais:** A entrega total da gestão evitaria a sobreposição de estruturas administrativas e hierárquicas, garantindo maior eficiência operacional e financeira.

## **2.5 Necessidade de regras claras e previsão de reajustes:**

A ausência de regras claras sobre a fiscalização e prestação de contas pode comprometer a transparência e a accountability do contrato. Dessa forma, recomenda-se:

- **Definição de mecanismos de fiscalização:** Deve-se estabelecer que a contratada forneça dados regulares demonstrados por meio dos instrumentos de



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

acompanhamento da gestão, como, por exemplo, nos relatórios trimestrais, permitindo o acompanhamento e a avaliação dos resultados;

- **Previsão de penalidades:** O contrato deve prever penalidades claras para o descumprimento das obrigações, garantindo o cumprimento das metas estabelecidas;
- **Reajustes anuais:** A previsão de reajustes anuais deve ser detalhada, assegurando a sustentabilidade financeira do contrato e a qualidade dos serviços

#### 4. CONCLUSÃO:

O Conselho manifesta suas preocupações quanto à execução do contrato, especialmente neste momento de incerteza sobre a aplicabilidade e a eficiência do modelo proposto. Ressaltamos que o assunto não foi debatido junto ao órgão de controle social, o que é de extrema relevância, conforme as disposições da Resolução nº 453, de 10 de maio de 2012, que define as competências do Conselho, entre elas a de avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, em consonância com as diretrizes dos Planos de Saúde. Diante disso, é imprescindível destacar a urgente necessidade de discussão e alinhamento com a gestão para mitigar eventuais riscos e garantir a transparência e eficácia no processo.

A permanência de servidores efetivos na unidade terceirizada, embora prevista, exige a implementação de mecanismos claros de integração e subordinação à empresa contratada, a fim de evitar conflitos e assegurar o cumprimento adequado dos objetivos contratuais. Por outro lado, a manutenção de cargos comissionados pode prejudicar a clareza administrativa e a eficiência do modelo contratual, o que comprometeria o funcionamento do serviço de saúde.

Adicionalmente, a questão da permanência dos servidores contratados não foi suficientemente esclarecida, especialmente no que diz respeito à responsabilidade pela sua manutenção — se será do município ou coberta pela empresa contratada via consórcio. A falta de clareza sobre este ponto gera insegurança jurídica e operacional.

Portanto, sugerimos uma **reavaliação do modelo do contrato e do planejamento** adotado, com foco na reorganização do quadro de pessoal, de modo a otimizar a eficiência da gestão e assegurar tanto o cumprimento das metas contratuais quanto a economicidade do modelo.



**DIRETORIA DE URGÊNCIA E EMERGÊNCIA  
OFÍCIO Nº158 /2024/UPA24h – Dr. Luiz de Souza Dias/SMS/PMCL**

Conselheiro Lafaiete, 27 de dezembro de 2024.

**REF.: resposta ao ofício Nº  
190/2024/CMSCL**

**A Sr<sup>a</sup> Janice Batista Oliveira**

**Secretária Municipal de Saúde**

**Ao Sr. Roberto Santana Lisboa**

**Presidente do Conselho Municipal de Saúde/Conselheiro Lafaiete – MG**

Cumprimentando-o cordialmente, encaminhamos resposta ao ofício Nº 190/2024/CMSCL. No modelo de gestão compartilhada adotado para a UPA, informamos que o organograma da Diretoria de Urgência e Emergência continuará sob a responsabilidade da Secretaria Municipal de Saúde. Essa estrutura garantirá a manutenção das diretrizes estratégicas e operacionais alinhadas às políticas públicas de saúde do município, mesmo com a parceria na gestão.

Reforçamos que todas as decisões relacionadas à gestão e operação da UPA, no âmbito da gestão compartilhada, deverão ser submetidas à Diretoria da UPA. Isso assegura o acompanhamento técnico e administrativo necessário, respeitando a hierarquia estabelecida e promovendo uma governança transparente e eficiente.

Essa organização foi planejada para fortalecer a integração entre os setores, aprimorar os processos administrativos e garantir a qualidade no atendimento prestado à população, com base nas metas e indicadores do modelo compartilhado.

**1. Economia de escala**

**Redução de custos:** O consórcio permite a compra conjunta de medicamentos, equipamentos e insumos, obtendo melhores preços devido ao volume adquirido.

**Compartilhamento de recursos:** Recursos humanos e tecnológicos podem ser compartilhados entre municípios, otimizando os custos.

**2. Gestão profissionalizada**

**Especialização na saúde:** O ICISMEP tem expertise em gestão de saúde, o que garante processos bem estruturados e maior eficiência na administração da UPA.

**Gestão técnica:** Decisões baseadas em dados e indicadores de saúde, promovendo melhorias contínuas.





### **3. Flexibilidade e desburocratização**

**Maior autonomia administrativa:** O consórcio não está sujeito à mesma burocracia do poder público, permitindo contratações, aquisições e decisões operacionais mais ágeis.

**Agilidade nos serviços:** Redução no tempo de resposta para resolver problemas, como falta de insumos ou necessidade de manutenção.

### **4. Compartilhamento de responsabilidades**

**Divisão de custos:** Municípios participantes compartilham os custos operacionais, tornando a gestão mais sustentável financeiramente.

**Apoio técnico e financeiro:** O ICISMEP oferece suporte técnico e administrativo, aliviando a carga sobre as prefeituras individuais.

### **5. Qualidade no atendimento**

**Padrões unificados:** O consórcio estabelece protocolos de atendimento e indicadores de desempenho para garantir qualidade e eficiência.

**Capacitação contínua:** Profissionais são treinados para atuar de forma mais eficaz, com acesso a atualizações e boas práticas.

### **6. Transparência e fiscalização**

**Controle social:** O modelo do consórcio favorece a transparência, pois exige relatórios de gestão e prestação de contas regulares.

**Metas claras:** Contratos de gestão incluem metas específicas e indicadores de desempenho, que são monitorados pelos municípios consorciados.

Desde já, agradecemos pela atenção e reiteramos nossa disposição para quaisquer esclarecimentos necessários.



---

**Marcelo Barbosa**

Diretor Urgência e Emergência  
UPA24h – Dr. Luiz de Souza Dias  
Secretaria Municipal de Saúde - CL



**Janice Batista Oliveira**  
Secretaria Municipal de  
Saúde de Conselheiro Lafaete

---

## **2. DELIBERAÇÕES**

### **ATAS DE REUNIÕES, OFÍCIOS E RESOLUÇÃO.**

## ATA DA 392ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Às 09h00min (nove horas), do dia 10 de janeiro de 2025, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Roberto Sant'Ana Lisboa Batista, abriu a 392ª Sessão Plenária deste Conselho utilizando a plataforma Google Meet). **PRESENTES:** Cláudio Souza, Giovanna Seabra, José Cesar de Paula, Marcelo Lima Prado, Marianna Soares, Nizia Torres, Roberto Sant'Ana, Kátia Severiano, Samuel Chagas, Tatiana Borges, Wagner Coelho e Vânia Rocha. **PAUTA:** Minuta do Contrato de Programa para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvida na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas. Na abertura da sessão, o Presidente saudou todos os presentes e, em seguida, informou o rito da reunião. Propôs à plenária a leitura integral do documento e orientou que, durante a leitura, caso algum Conselheiro tivesse manifestação sobre um item, solicitasse a fala para que os apontamentos fossem devidamente registrados. Roberto explicou que alguns itens destacados na minuta do contrato em análise foram inseridos pela Procuradoria Municipal. Além disso, esclareceu que, após a leitura e o registro das dúvidas levantadas nesta sessão, uma nova reunião será realizada com a Procuradoria, na próxima segunda-feira, para discutir os pontos apontados. Fazendo uso da palavra, o Conselheiro Samuel Chagas explicou que participou das discussões relativas à proposta de contratação e, por esse motivo, manifestou-se para esclarecer previamente algumas questões sobre o contrato em análise. Ele afirmou que o contrato deve, necessariamente, ser revisado anualmente, o que permitirá um acompanhamento mais próximo, tanto pelo Conselho quanto pela gestão. Outro ponto destacado por ele foi a dificuldade envolvida na celebração de contratos para a Prefeitura, especialmente na área da saúde, onde há o risco de envolvimento com empresas que já possuem um histórico problemático. Por essa razão, foi realizada uma ampla articulação para identificar a melhor opção. Ele explicou sobre a verificação das questões relacionadas ao serviço de radiologia no município, destacando que, ao transferir a administração da UPA para uma organização por meio de uma ordem de serviço, todos os adicionais que eventualmente precisassem ser realizados posteriormente seriam, obrigatoriamente, de responsabilidade da contratada. Por exemplo, explicou que qualquer necessidade identificada deverá ser atendida sem aumento de custos contratuais, uma vez que o objetivo desse tipo de contrato é garantir economia. Ele também abordou a necessidade de o consórcio devolver ao município eventuais valores não utilizados. Explicou que, por exemplo, caso o contrato preveja um repasse mensal de um milhão de reais, mas o consórcio utilize apenas 980 mil reais, o valor restante deveria ser devolvido. Por isso, destacou a importância do acompanhamento do Conselho nessas questões, garantindo tanto a economia quanto a efetividade da execução contratual. Ele destacou a atual incapacidade do município de gerir sozinho uma unidade de saúde do porte da UPA, ressaltando, assim, a necessidade de uma ordem de serviço para sua administração. Em contrapartida, enfatizou que a entidade contratada deve garantir ao município todas as condições necessárias para o regular funcionamento da unidade. O Conselheiro Cláudio questionou que, segundo sua leitura do contrato, havia o entendimento de que qualquer acréscimo de serviço resultaria em um custo adicional. Diante disso, Roberto interveio, ressaltando a importância da leitura integral do documento. Ele destacou, por exemplo, a informação fornecida pela Secretaria de que se trataria de uma gestão compartilhada, enquanto o contrato, por outro lado, indicaria uma gestão integral pela



44 contratada. Samuel exemplificou a partir do modelo adotado no município de Nova Lima para  
45 ilustrar como funcionaria a gestão compartilhada. Explicou que a gestão ficaria a cargo da  
46 contratada, tendo esta o poder de decisão, caracterizando, em termos genéricos, uma espécie  
47 de semiprivatização. No entanto, ressaltou que, simultaneamente, haveria um Conselho  
48 Administrativo responsável por fiscalizar a administração realizada pela empresa contratada.  
49 Esse grupo de acompanhamento seria composto por representantes do Conselho, da  
50 Secretaria e da Gestão, escolhidos para cobrar efetividade na execução do contrato. Diante  
51 disso, ponderou que talvez fosse realmente necessário revisar esses termos no documento.  
52 Ele mencionou a iminência de uma possível crise epidemiológica nos casos de dengue no  
53 município, destacando que, caso essa situação extraordinária se concretizasse, seria  
54 necessário revisar a necessidade de algum adicional. Wagner corroborou esse ponto com a  
55 fala anterior do Conselheiro Cláudio, ressaltando que, conforme o contrato, poderia haver um  
56 adicional de 25% caso ocorra um aumento nos serviços. Também enfatizou a importância de  
57 ler o documento na íntegra e realizar os apontamentos necessários. Assim, em análise ao  
58 documento, foram destacados os seguintes pontos: **I)** Na Cláusula Primeira, § 2, foi destacado  
59 que a execução material do objeto poderá ser realizada por meio da contratação de terceiros,  
60 com a observação de que, para a contratação desses terceiros, devem ser observados os  
61 critérios de credibilidade e idoneidade. **II)** Também, na Cláusula Primeira, § 3º, foi sugerida a  
62 adequação ao modelo da Advocacia Geral da União. **III)** Na Cláusula Segunda, referente à  
63 contratação de pessoal, foi discutida a necessidade de reajuste do valor contratual para  
64 situações excepcionais, como a iminência de uma epidemia de dengue, a fim de garantir que  
65 essas situações fossem devidamente justificadas. Também foi abordada a reorganização do  
66 quadro de pessoal da unidade, destacando a carga horária, que, a princípio, estava  
67 especificada em 40 horas semanais no contrato, sendo diferente da carga horária dos  
68 servidores efetivos, como, por exemplo, o auxiliar administrativo efetivo, que teria uma carga  
69 de 30 horas semanais. **IV)** No dispositivo que tratou das providências para solução rápida e  
70 efetiva de problemas gerados na realização dos procedimentos ou atrasos junto aos pacientes,  
71 servidores e à Secretaria Municipal de Conselheiro Lafaiete, foi solicitada a inserção de  
72 esclarecimentos sobre como será tratada a questão do Serviço de Apoio à Diagnose e Terapia  
73 (SADT). **V)** No dispositivo que trata da possibilidade, por parte do município, de manifestar  
74 interesse para que o consórcio contratado realize a reforma e/ou ampliação da unidade objeto  
75 deste contrato, foi inserida a observação sobre a necessidade de definir a planilha de custos  
76 que será observada. Também foi destacada a importância de um planejamento detalhado,  
77 com um plano de trabalho para a expansão a ser realizada, que deverá ser avaliado pelo  
78 Conselho de Saúde, priorizando sempre o princípio da economicidade. **VI)** No ponto que  
79 tratou da manutenção atualizada dos prontuários dos pacientes e dos procedimentos  
80 realizados, os Conselheiros destacaram a importância de esclarecer quem será responsável  
81 por lançar e enviar a produção da UPA. Também foi discutida a relevância desses registros  
82 serem feitos de forma correta, inclusive para garantir a adequada prestação de contas e a  
83 liberação de repasses de recursos pelo Governo Federal. **VII)** Sobre o disposto acerca da  
84 questão da informação oportuna dos usuários atendidos ou referenciados para atendimento,  
85 foi salientada a importância de estabelecer um fluxo claro de atendimento com os hospitais.  
86 **VIII)** No que diz respeito ao envio à Secretaria Municipal de Saúde (SMS) de todas as  
87 informações sobre as atividades desenvolvidas nas unidades, bem como o envio de relatório

---

assistencial demonstrando o cumprimento de metas e indicadores, foi colocada a observação de que essas informações devem constar tanto no RDQA quanto no RAG. **IX)** No dispositivo que tratou do anexo, juntamente com a Demonstração de Execução e os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários, foi discutido e definido que deveria haver a previsão que, em caso de atraso nos pagamentos, a empresa será notificada e terá 15 dias para regularizar a situação. Caso não haja resolução ou justificativa devidamente fundamentada e comprovada, haverá o bloqueio do repasse. **X)** Quanto ao ponto que trata da disponibilização ao Consórcio da estrutura física existente para o funcionamento da unidade de saúde objeto deste contrato, foi destacada a necessidade de uma apreciação mais detalhada sobre o transporte de usuários para outras unidades, garantindo que todas as questões logísticas sejam devidamente planejadas e estruturadas. **XI)** Na Cláusula Quarta, referente ao prazo de vigência, foi solicitada a adequação ao modelo da Advocacia Geral da União (AGU). Além disso, foi destacada a importância de que o prazo de vigência seja contado a partir da data de assinatura do contrato, garantindo clareza e precisão nas condições contratuais. **XII)** Na Cláusula Quinta, que trata das questões relacionadas a eventuais alterações contratuais, foi pontuado que qualquer alteração nos itens deverá ser precedida de uma análise de impacto financeiro e de resultados. Além disso, foi destacada a necessidade de análise e deliberação pelo Conselho de Saúde, que terá um prazo máximo de 60 dias para se manifestar. **XIII)** Na Cláusula Sexta, foi sugerida a inclusão da dotação orçamentária, para garantir que os recursos necessários para o cumprimento do contrato estejam devidamente especificados e alocados. **XIV)** Na Cláusula Sétima, referente ao ponto em que o Consorciado e o Consórcio poderão acordar a execução de intervenções para aumento de capacidade ou melhorias, investimentos em tecnologias, bem como o reequilíbrio financeiro com as devidas justificativas, foi incluída a obrigatoriedade de aprovação pelo Conselho de Saúde. As intervenções, que serão objeto de termo aditivo e/ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, deverão ser previamente e devidamente justificadas, além de serem autorizadas pela Secretaria Municipal de Saúde e com a aprovação do Conselho de Saúde. **XV)** Também, no § 5º da Cláusula Sétima, foi registrada a obrigatoriedade de aprovação pelo Conselho de Saúde quanto à possibilidade de termo aditivo e/ou processo administrativo específico, conforme previsto para os casos mencionados no item anterior. **XVI)** Na Cláusula Oitava, que trata das condições de pagamento, onde consta que, a partir do primeiro mês de contrato, até o dia 30 de cada mês, deverá ser quitado 2/3 (dois terços) do valor correspondente à parte fixa de forma integral, foi registrada a importância de não esquecer de incluir a condição de pagamento das obrigações patronais. **XVII)** Sobre o disposto acerca das Metas e dos Indicadores, e a previsão de que possam ser revistos a qualquer tempo, foi manifestado que esses elementos devem estar detalhados no plano de trabalho, garantindo clareza e acompanhamento adequado dos resultados e objetivos estabelecidos. **XVIII)** Quanto ao item que dispõe que ficará a cargo do Consorciado o pagamento referente a vencimentos e encargos sociais dos servidores efetivos cedidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, e que foi sugerido pela Procuradoria a sua retirada, a plenária questionou o motivo dessa sugestão. **XIX)** Na Cláusula Nona, § 2º, onde consta que deverá haver reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, foi incluída a necessidade de deliberação do Conselho de Saúde, garantindo que o processo de reequilíbrio seja analisado e aprovado pelo

este órgão. **XX)** Na Cláusula Décima Primeira, § 1º, que trata da composição da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores, foi especificado que a comissão será composta por: I – 04 (quatro) membros indicados, sendo dois pela Secretaria Municipal da Saúde e dois indicados pelo Conselho de Saúde, com a exigência de que, no mínimo, um integrante seja profissional de saúde; II – 01 gestor de contrato nomeado pelo Secretário de Saúde. **XXI)** Na Cláusula Décima Sexta – Das Penalidades, foi definida a recomendação de que, como sanção, seja considerada a possibilidade de rescisão do contrato, caso haja descumprimento das obrigações estabelecidas. **XXII)** Na Cláusula Vigésima – Do Foro, foi apontado que o foro competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente contrato deverá ser o município de Conselheiro Lafaiete. Roberto mencionou correções que deveriam ser realizadas no plano de trabalho, como a informação que afirma que a contratada será integralmente responsável pelo gerenciamento do serviço, visto que foi falado sobre a gestão compartilhada. Ele ressaltou a necessidade de alinhar esse ponto ao modelo da AGU e sugeriu adequações aos moldes desse modelo para garantir maior clareza e conformidade. Discutidos todos os pontos, a Presidência ressaltou que as observações registradas nesta sessão serão levadas para a reunião com a Procuradoria na próxima segunda-feira (13/01/2025). Assim que os ajustes forem realizados a minuta revisada será apreciada pela plenária em uma nova sessão extraordinária a ser realizada para este fim. Roberto também solicitou a participação de mais conselheiros na próxima reunião com a Procuradoria, como forma de garantir a representatividade do Conselho. A Conselheira Giovanna e Nizia se disponibilizaram a participar da próxima reunião com a Procuradoria, oferecendo colaboração e contribuição para as discussões. Por oportuno, Roberto justificou a ausência do Conselheiro Amarílio Zebral nesta sessão, explicando que, por motivos pessoais, ele não pôde comparecer, mas que sua ausência foi devidamente comunicada. O Conselheiro José César, que durante a discussão havia mencionado sobre o aporte de recursos do Governo Federal para a UPA, dependendo do seu porte, solicitou à Secretaria Executiva o fornecimento dessas informações. A Secretaria respondeu que realizará um levantamento aprofundado e disponibilizará esses dados aos Conselheiros. Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a reunião. Para que tudo conste, foi realizado o registro desta reunião, que será submetido à apreciação da plenária. Conselheiro Lafaiete, 10 de janeiro de 2025.

## ATA DA 393ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA

Às 19h00min (dezenove horas), do dia 14 de janeiro de 2025, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde, Roberto Sant'Ana Lisboa Batista, abriu a 393ª Sessão Plenária deste Conselho utilizando a plataforma Google Meet. **PRESENTES:** Álvaro Faria, Andréia Chagas, Elaine Silva, Giovanna Seabra, José Cesar de Paula, Kátia Severiano, Margareth, Marco Antônio Henriques, Meire Oliveira, Nizia Torres, Roberto Sant'Ana, Samuel Chagas, Thiago Pinheiro e Wagner Coelho. **PAUTA:** Minuta do Contrato de Programa para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvida na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas. Na abertura da sessão, o Presidente saudou os presentes e, em seguida, informou sobre o rito da reunião. Roberto explicou que, conforme definido na 392ª Reunião Ordinária, realizada em 10 de janeiro de 2025, após os registros sobre a minuta de contrato apresentado foi realizada uma reunião na Procuradoria Municipal, na segunda-feira, dia 13/01/2025, com a participação da Secretaria de Saúde e da Controladoria, para tratar dos apontamentos efetuados pelo Conselho. Explicou que foi feita a releitura do contrato, incluindo todas as observações efetuadas. Roberto, oportunamente, agradeceu à Procuradoria, destacando sua disposição e compreensão em relação ao posicionamento do Conselho. Reconheceu-se que, embora algumas observações pudessem ser consideradas um zelo excessivo em determinadas situações, elas refletem a preocupação do Conselho com a regularidade e transparência do processo. Explicou que as colocações do Conselho foram atendidas, com exceção do ponto que tratou do percentual de 25% previsto na cláusula quinta, que trata das alterações contratuais. Foi explicado que esse dispositivo tem fundamento constitucional e, portanto, não pode ser modificado. No entanto, ressaltou-se que o Conselho poderá acompanhar a aplicação dessa cláusula, conforme já previsto no contrato. Esclareceu que a questão da constituição da Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores do Contrato de Programa também foi acolhida. Diante das discussões e alterações realizadas, foi elaborado um parecer nesta data, que será apresentado para apreciação, e, com base nesse documento, será solicitada a manifestação do plenário. Roberto esclareceu, oportunamente, que as reuniões do Conselho são gravadas e que a ata ficará à disposição mediante a formalização de requerimento. Em seguida, após a leitura da pauta da reunião, a Presidência procedeu à leitura do Parecer CMSCL n.º 001/2025. Em síntese, o documento destacou que, diante de informações sobre a iminência da celebração do contrato sem a prévia apresentação da proposta a este Conselho, o assunto foi incluído como ponto de pauta na 390ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2024. Na ocasião, foram levantadas dúvidas quanto à regularidade do processo e aos procedimentos a serem adotados. Posteriormente, em 23 de dezembro de 2024, a minuta do Contrato de Programa foi formalmente submetida a este Conselho. Foram realizadas reuniões de análise junto à Secretaria Municipal de Saúde e à Procuradoria Municipal para elucidar os pontos necessários. Em 10 de janeiro de 2025, a proposta revisada pela Procuradoria foi discutida em sessão plenária, ocasião em que se verificou a necessidade de ajustes em determinados pontos, resultando na devolução do documento à Procuradoria. Esse processo culminou na nova minuta apresentada nesta sessão. Na análise da proposta, destacou-se que o objeto do contrato está em conformidade com as disposições legais e regulamentares, especialmente aquelas previstas na Lei nº 11.107/2005 e no Decreto Federal

nº 6.017/2007. Esclareceu-se que a minuta apresentada foi devidamente analisada e ratificada pela Procuradoria Municipal, conforme registrado na tramitação descrita no relatório. De acordo com as disposições contratuais, o município declara a existência de recursos orçamentários para o pagamento das obrigações, nos termos das dotações especificadas. Diante disso, verifica-se o cumprimento dos requisitos legais. Oportunamente, no exercício de sua função de formulação e controle da execução da política de saúde, incluindo seus aspectos econômicos e financeiros, este Conselho reiterou a importância de que a formalização do contrato resulte efetivamente em melhorias no atendimento à população, especialmente nos serviços prestados pela UPA 24 horas. Recomendou-se, ademais, que a gestão municipal realize um estudo detalhado sobre o quadro de pessoal da UPA 24 horas, considerando os princípios da economicidade e da eficiência. Pontuado que esta manifestação restringia-se aos programas a serem contratados para a prestação de serviços de gerenciamento, operacionalização e execução dos serviços de saúde na UPA 24 horas e também que o acompanhamento da execução do contrato seria condição essencial para o seu sucesso. Assim, recomendou-se que os resultados fossem apresentados nos relatórios quadrimestrais (RDQA), permitindo ao controle social monitorar e se manifestar oportunamente. Foi salientado no parecer que quaisquer alterações no plano de trabalho ou em outros aspectos do contrato devem ser previamente submetidas ao Conselho de Saúde. Neste sentido, recomenda-se que as alterações, devidamente formalizadas e justificadas, sejam apresentadas ao Conselho com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência à sua vigência. Assim, o documento concluiu que, considerando que a proposta analisada estaria em consonância com as normas vigentes e com o objetivo de melhorar a oferta de serviços de saúde na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas no Município de Conselheiro Lafaiete/MG, a Câmara Técnica opinou pelo acolhimento da proposta da Secretaria Municipal de Saúde. Dessa forma, emitiu-se parecer favorável à formalização do contrato de programa para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidos na UPA 24 horas de Conselheiro Lafaiete/MG. Por fim, o parecer recomendou que o processo fosse encaminhado à SMS e à Procuradoria Municipal para conhecimento e as devidas providências quanto à celebração do referido contrato. Em discussão ao documento, o Conselheiro José Cesar sugeriu a leitura da nova minuta de contrato, retificada nesta reunião com a Procuradoria, para verificação dos ajustes realizados. O Conselheiro Wagner endossou esta solicitação, a título de certificação. A Conselheira Meire questionou sobre os servidores efetivos e os que serão contratados pela empresa. Roberto informou que a gestão desse quadro de pessoal é competência e prerrogativa da Secretaria Municipal de Saúde. Que o Conselho deverá acompanhar o desenvolvimento financeiro e os resultados. Foi informado que já existe um valor pré-definido para o contrato, e mencionou-se que o valor investido na Atenção Especializada supera o investimento municipal na Atenção Primária. Por isso, qualquer necessidade de eventual suplementação orçamentária deverá ser devidamente esclarecida. Foi esclarecido que a administração do quadro de pessoal não está na esfera de competência do Conselho. Em sua fala, o Conselheiro José Cesar declarou concordar em parte com as palavras do Presidente, explicando que o Conselho não tem ligação direta com essa questão, desde que não impacte nos resultados dos serviços prestados à população e em custos excessivos. O Conselheiro apontou que as questões relacionadas às despesas, eficiência e economicidade devem ser acompanhadas pelo Conselho. Roberto afirmou que a fala do



88 Conselheiro está alinhada à sua explicação, no sentido de que o Conselho acompanhará o  
89 processo, tanto que haverá dois representantes do Conselho na comissão a ser constituída.  
90 Inclusive, solicitou que os interessados se manifestassem, enviando suas manifestações para  
91 o seu WhatsApp pessoal. Destacou, ainda, que os membros da comissão devem ter  
92 disponibilidade para participação das reuniões a serem agendadas. O Presidente prosseguiu  
93 explicando que a informação dada à Conselheira diz respeito ao poder decisório da Secretaria  
94 de definir quais servidores continuarão ou não atuando na unidade, mas o acompanhamento  
95 dos aspectos levantados pelo Conselheiro é, de fato, pertinente. José Cesar esclareceu que  
96 não se referia apenas à questão do excesso, mas também ao abatimento dos valores. Disse  
97 que a partir do momento em que a Prefeitura e o Consórcio definirem essas questões, deverá  
98 ser elaborada uma planilha de custos a ser encaminhada ao Conselho, para que este tenha  
99 conhecimento sobre o quanto foi reduzido no que se refere ao empenho do pessoal efetivo.  
100 Roberto informou que isso será acompanhado pela Comissão, lembrando a composição da  
101 mesma. Foi discutida a paridade da Comissão. Wagner fez indagações à Procuradoria sobre a  
102 cessão dos servidores efetivos à empresa contratada, questionando se, para os servidores  
103 cedidos, será o município quem fará o pagamento, e se o valor a ser pago pelo município aos  
104 servidores efetivos será subtraído do valor mensal ou anual do contrato. Em sua fala, a  
105 Procuradora Andreia esclareceu que a remuneração dos servidores efetivos é feita pelo  
106 município, e geralmente, os servidores efetivos que atuarão estarão envolvidos na parte de  
107 fiscalização, gerenciamento compartilhado e acompanhamento da execução do contrato. Ela  
108 afirmou que isso não interferirá no valor do contrato e destacou que o município é  
109 responsável pela fiscalização desse contrato. Foi esclarecido que os servidores que atuarão na  
110 fiscalização e no acompanhamento do contrato não irão interferir no valor do mesmo. José  
111 Cesar pontuou que, conforme discutido na última reunião, o município poderia disponibilizar  
112 enfermeiros e outros profissionais que atuam na execução das atividades para o consórcio.  
113 Andreia declarou que essa seria uma hipótese que poderia ocorrer caso a Secretaria de Saúde  
114 entenda haver a necessidade, e sempre que houver interesse público, com o objetivo de  
115 aprimorar a execução do contrato. Contudo, ressaltou que a mão de obra disponível no  
116 município é escassa, portanto, essa terceirização seria uma forma de alcançar uma economia  
117 de escala. Ela destacou que o consórcio adquire insumos em uma quantidade muito maior do  
118 que o município, o que, obviamente, resulta em preços menores. A Procuradora explicou que  
119 a forma de contratação do servidor indireto, que é o prestador de serviços pelo ICISMEP, não  
120 gera encargos previdenciários para o município, pois esses encargos ficam a cargo do ICISMEP.  
121 Nesse caso, há uma economia considerável. Que a alocação de servidores do município para  
122 a execução deste contrato ficará a cargo da Secretaria, o que pode ocorrer eventualmente,  
123 além dos servidores que atuarão na fiscalização. Falou que essa análise seria feita pela  
124 Secretaria e, certamente, ocorrerá quando forem realizados ajustes para aprimorar a  
125 execução do contrato. Wagner indagou se, caso haja a disponibilização de servidores da  
126 Secretaria Municipal de Saúde para atuar na UPA de forma assistencial e não gerencial,  
127 haveria alguma cláusula prevista. Andreia informou que não haveria, pois essa é uma situação  
128 que precisaria ser analisada na prática pela Secretaria. Revelou seu entendimento de que seria  
129 fundamental o município manter os servidores na UPA, com o objetivo de acompanhar a  
130 execução do contrato. Porém, no que se refere à atuação de forma assistencial, caberia à  
131 Secretaria avaliar. Andreia pontuou que obviamente, em um local onde há um servidor

---

132 enfermeiro, por exemplo, que é servidor do município, a contratação de um enfermeiro pelo  
133 ICISMEP seria dispensada, o que impactaria no contrato. No entanto, ressaltou que essa é uma  
134 questão que a Secretaria de Saúde poderá responder com mais propriedade, acreditando que  
135 a Secretaria fará essa análise e mensuração ao longo da execução do contrato. Esclareceu que  
136 é uma situação nova, mas que tem sido muito bem aceita pelos municípios que já a  
137 implementaram. Já foi realizado um estudo de caso com visitas técnicas presenciais, e o  
138 resultado foi muito positivo, especialmente no que se refere à economia de escala e à  
139 eficiência na prestação de serviços ao usuário. Wagner disse que, se a Secretaria e o ICISMEP  
140 entenderem que precisam utilizar o servidor efetivo, seria necessário um aditivo para que haja  
141 um desconto no valor referente ao servidor que está atuando. Ele indagou, portanto, se não  
142 seria importante já constar essa possibilidade no contrato. Andreia explicou que não é  
143 necessário, uma vez que as alterações contratuais já estão previstas na Lei de Licitações.  
144 Portanto, qualquer alteração que eventualmente ocorrer durante a execução contratual já  
145 está prevista legalmente, não sendo necessário incluir uma cláusula específica, pois já estaria  
146 protegida pela Lei Geral de Licitações. Isso foi explicado para tranquilizar o Conselheiro nesse  
147 sentido. Roberto disse que, no parecer e na resolução do Conselho, está disposto que  
148 qualquer alteração que venha a ocorrer no contrato deverá ser devidamente acompanhada  
149 por este Conselho. Ressaltou que, por se tratar de uma situação nova no município, deve ser  
150 acompanhada de perto. O Presidente também ressaltou que esta análise se restringe à UPA.  
151 A Procuradora, ao pedir a palavra, explicou que o presente contrato é um contrato por escopo,  
152 no sentido de que o objeto já está definido. Que, se eventualmente o município entender que  
153 há uma forma vantajosa que atenda melhor ao interesse público, compartilhando essa  
154 experiência com os hospitais, isso será submetido ao Conselho, assim como à Secretaria.  
155 Esclareceu que, para essa possibilidade, seria necessário um novo contrato para uma nova  
156 situação. O Conselheiro Wagner, retomando a fala, pontuou que, ao pensar em  
157 economicidade, é preciso entender que não se pode comparar a estrutura da antiga policlínica  
158 com a da UPA atual. A melhoria para a população é perceptível, mas, se falar em  
159 economicidade, algo diferente não acontecerá, pois a UPA irá gastar um maior aporte de  
160 recursos do que se gastava anteriormente. Falou que a comparação poderá ser feita  
161 futuramente, caso outro consórcio venha a entrar no município. No entanto, no seu  
162 entendimento, no geral, não haverá economia significativa, embora seja possível reduzir  
163 custos em alguns aspectos, como na compra de medicamentos e insumos, conforme colocado  
164 anteriormente durante as discussões. Wagner disse que, apesar do objeto deste contrato ser  
165 a UPA, não seria salutar que a atuação do ICISMEP se restringisse apenas a isso, considerando  
166 que o consórcio poderia oferecer outros serviços dentro do município. Destacou a existência  
167 de outros consórcios no município e, caso este consórcio também tenha a oferta de serviços  
168 que sejam compatíveis ou melhores, não haveria motivo para essa restrição. O Conselheiro  
169 também apontou a relevância de haver um gestor do contrato, que não seria o Secretário de  
170 Saúde, destacando suas competências dentro do processo. Disse que, realmente, algumas  
171 questões, como as dos servidores, devem ser aguardadas ao longo do processo, como já foi  
172 mencionado. Por fim, o Conselheiro indagou se já existe a definição da empresa terceirizada,  
173 como uma ordem de serviço. A Procuradoria respondeu que não dispunha dessa informação  
174 e que seria necessário verificar junto à Secretaria. Quanto à questão do gestor do contrato,  
175 Andreia explicou que, em respeito ao princípio da segregação, que está muito presente na

---

176 nova lei de licitações, o ordenador de despesas é uma pessoa, o gestor do contrato é outra e  
177 o fiscal do contrato é ainda outra. Portanto, neste contrato, haverá três figuras distintas,  
178 conforme delineado na nova lei de licitações. A Conselheira Meire ressaltou a dificuldade  
179 enfrentada pelo Conselho na obtenção de informações junto à Secretaria e, por isso, indagou  
180 se, com a adesão ao consórcio, as informações seriam repassadas dentro do prazo e de forma  
181 adequada. Roberto respondeu que, conforme conversado com a nova gestão, haverá uma  
182 mudança no fluxo das informações entre o Conselho e a gestão. Ele ressaltou que esta análise  
183 só estava ocorrendo porque o Conselho tomou a iniciativa de ir até a Procuradoria e os demais  
184 órgãos para discutir o assunto, apontando que esse fato poderia ser endossado pelos  
185 Conselheiros que acompanharam o processo. Roberto mencionou que teve uma reunião com  
186 a Secretaria para tratar do tema, mas que não obteve uma solução. Ele afirmou que entende  
187 que o fluxo das informações não estava correto e espera que, a partir deste contrato, quando  
188 o processo chegar ao Conselho, ele já tenha passado pela Procuradoria e pelos demais  
189 responsáveis. Concluiu que esse processo em pauta é uma construção conjunta entre o  
190 Conselho e a Procuradoria. A Procuradora manifestou que a orientação do novo Prefeito  
191 empossado é manter uma relação de profundo respeito e parceria com todos os Conselhos.  
192 Ela expressou satisfação ao constatar que o Conselho de Saúde conta com pessoas tão  
193 qualificadas e tão interessadas no bem comum. A Procuradora, por meio dela e do Senhor  
194 Álvaro, comprometeu-se a continuar com essa relação de parceria na construção de decisões  
195 e atos administrativos, como é o caso da pauta de hoje, de forma mais sólida e segura para a  
196 população. Ela afirmou não conhecer os motivos das falhas de comunicação ocorridas em  
197 épocas anteriores, mas destacou que a intenção da nova gestão é estabelecer uma  
198 comunicação muito mais eficiente com o Conselho, colocando-se à disposição para isso. Em  
199 prosseguimento, a Presidência repassou todos os pontos destacados na última reunião,  
200 apontando as modificações realizadas. O Conselheiro Wagner destacou a questão do  
201 prontuário eletrônico, mencionando que, ao registrar toda a produção e encaminhá-la para o  
202 Ministério da Saúde, a economia com a manutenção será significativa. Ele ressaltou que o  
203 município somente receberá os recursos do Ministério após as devidas aprovações, mas pediu  
204 atenção à questão dos prontuários. Além disso, ele mencionou a necessidade de alinhar o  
205 fluxo de informações com os hospitais. O Conselheiro José Cesar também pontuou, durante  
206 a apresentação das alterações, a questão do pagamento dos servidores. Ele indagou  
207 novamente sobre o aproveitamento dos servidores do município e se, nesse caso, haveria um  
208 abatimento no valor do contrato. Andreia respondeu que isso impactaria no resultado final,  
209 mas que a resposta a essa situação deveria contar com a participação de um representante  
210 da Secretaria de Saúde. Ela esclareceu que, embora houvesse impacto, o valor do contrato  
211 não diminuiria, pois o saldo poderia ser utilizado para adquirir mais medicamentos e insumos,  
212 por exemplo. Ressaltou que, dentro do valor autorizado, a Secretaria poderia reaproveitar  
213 esse saldo de outras formas. Wagner afirmou ter compreendido a explicação e destacou que  
214 os representantes da comissão serão muito importantes para o acompanhamento, incluindo  
215 a questão da glosa, que será ressarcida ao município. Ele mencionou sua experiência e  
216 enfatizou a relevância dos representantes da comissão de acompanhamento para esse  
217 processo. A Conselheira Nizia expressou sua preocupação com o fato de que, na relação  
218 apresentada durante a discussão do contrato, não havia previsão para a atuação dos  
219 assistentes sociais. Ela indagou sobre a situação desses servidores, destacando a atuação atual

---



dos assistentes sociais efetivos na unidade. Roberto respondeu que essa decisão cabe à Secretaria, mas ressaltou a percepção de que o trabalho dos assistentes sociais na unidade é de extrema importância. José Cesar destacou a necessidade da equipe de assistentes sociais na unidade de saúde e discutiu as formas de alocação. Ele mencionou que o município poderia aproveitar os servidores efetivos ou realocá-los, enquanto o consórcio poderia contratar novos profissionais. Roberto esclareceu que o Conselho não pode garantir que a equipe atual será mantida. Wagner questionou se o concurso foi prestado exclusivamente para atuar em urgência e emergência. A respeito da paridade da comissão de acompanhamento, a Procuradoria explicou que a atuação do gestor do contrato é independente dessa comissão, não devendo ser considerado como membro para voto. A gestão do contrato, seus objetivos e atuações estão previstos em lei. Wagner exemplificou a respeito da contratualização junto aos hospitais, mencionando que, em casos de empates nas decisões, o Secretário de Saúde é quem teria a última palavra. Foi explicado então que, para este contrato, a estrutura foi feita à semelhança do POA. Após discutidas as questões, a Presidência indagou aos presentes se todas as dúvidas haviam sido sanadas. Havendo retorno favorável do plenário, colocou em regime de votação o parecer, o qual se manifesta favorável ao contrato. O parecer foi aprovado por unanimidade. Para finalizar, Roberto informou sobre conversa tida também com a Procuradoria acerca do POA. Mencionou que houve manifestação do Ministério Público para que a nova gestão solucionasse as questões relacionadas ao assunto de forma célere. Roberto solicitou a manifestação dos Conselheiros sobre a sugestão de indicação de dois conselheiros que iriam auxiliar nesta questão, participando das discussões para começar a pensar no novo contrato com os hospitais. Destacou que isso demandaria reuniões de diálogo, construídas para melhorar a saúde do município em parceria com os hospitais. Andreia concordou com a necessidade de cautela no processo. Wagner mencionou a existência de quatro hospitais no município e explicou especialmente os impactos do atendimento do Hospital Queluz para o SUS local. Detalhou os valores repassados e as dificuldades enfrentadas, destacando que o hospital está disposto a ajudar, mas ressaltou a necessidade de recursos. Colocou-se à disposição do Conselho para colaborar. Parabenizou o processo em pauta e enfatizou a importância de seguir os passos da construção do diálogo para o melhor para o SUS. José Cesar manifestou interesse em participar da comissão de acompanhamento do contrato, mencionando também ter se manifestado via WhatsApp. Roberto explicou que a decisão desta reunião, formalizada por meio de parecer e resolução, será encaminhada à Procuradoria. Finalizou destacando a importância da parceria. Andreia também expressou sua felicidade por essa construção. Por fim, Roberto informou que, a partir da emissão deste documento, entraria de férias, assim como a Secretaria Executiva, com retorno das atividades em fevereiro. Nada mais havendo a tratar, a Presidência agradeceu a participação de todos e reiterou a importância do diálogo constante para o aprimoramento das ações em prol da saúde do município. A reunião foi encerrada e o registro lavrado pela Secretaria Executiva do Conselho o qual será lida e aprovada pelos presentes. Conselheiro Lafaiete, 14 de janeiro de 2025.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

OFÍCIO Nº 002/2025/CMSCL

Conselheiro Lafaiete, 15 de janeiro de 2025.

Ao

Ilmo. Sr.

**Carlos Alexandre de Souza Bomtempo**

Secretário Municipal de Saúde

Município de Conselheiro Lafaiete/MG

**Assunto:** Encaminhamento de deliberação referente à celebração de Contrato de Programa com o ICISMEP.

Senhor Secretário,

O Conselho Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete (CMSCL), no uso de suas atribuições legais, informa a Vossa Senhoria a aprovação, por meio da Resolução nº 303/2025, da proposta de celebração do Contrato de Programa entre a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e a Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas deste município.

A deliberação favorável foi emitida após análise criteriosa da proposta, considerando sua conformidade com os requisitos legais e normativos aplicáveis, bem como a relevância da medida para o fortalecimento da rede de saúde local e melhoria no atendimento à população.

Adicionalmente, ressaltamos a importância de que a execução do contrato seja monitorada de forma contínua, com a incorporação dos resultados obtidos aos Relatórios Quadrimestrais (RDQA), conforme determinações do controle social, assegurando transparência e eficácia na gestão.

Atenciosamente,

**ROBERTO SANT'ANA LISBOA BATISTA**  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE - MG



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE**

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

**PARECER N.º 001/2025**

**Parecer nº 001/2025 – CMSCL**

**Processo nº 001/2025**

**Data 14/01/2025**

**Interessado:** Secretaria Municipal de Saúde do município de Conselheiro Lafaiete-MG.

**EMENTA:** Contrato de Programa para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas no Município de Conselheiro Lafaiete/MG.

**RELATÓRIO**

1. O presente Parecer emerge de solicitação formulada pela Secretaria Municipal de Saúde do Município de Conselheiro Lafaiete/MG a este Conselho, para análise e manifestação acerca da proposta para celebração de Contrato de Programa entre a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e a Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba - ICISMEP, no âmbito municipal, para gerenciamento operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas.
2. No que tange à tramitação do processo, cumpre destacar que, diante de informações sobre a iminência da celebração do contrato sem prévia apresentação da proposta a este Conselho, o assunto foi incluído como ponto de pauta na 390ª Reunião Extraordinária, realizada em 19 de dezembro de 2024, oportunidade em que foram suscitadas dúvidas sobre a regularidade e os procedimentos a serem adotados.
3. Posteriormente, em 23 de dezembro de 2024, a minuta do Contrato de Programa foi formalmente submetida a este Conselho.
4. Foram realizadas reuniões de análise junto à Secretaria Municipal de Saúde e à Procuradoria Municipal para elucidação dos pontos necessários. Em 10 de janeiro de 2025, a proposta revisada pela Procuradoria foi discutida em sessão plenária. Verificou-se a necessidade de ajustes em determinados pontos, o que resultou na devolução do documento à Procuradoria, culminando na nova minuta apresentada nesta sessão.



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE**

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

---

**ANÁLISE DA PROPOSTA:**

5. De início, importante aludir que a elaboração do presente Parecer considerou as normas que regem a atuação do Conselho de Saúde, notadamente:
- As prerrogativas definidas na Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
  - A Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
  - A Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, e o Decreto nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamentam a Lei Orgânica da Saúde;
  - A Resolução N.º 453, de 10 de maio de 2012, que aprova as diretrizes para a instituição, reformulação, reestruturação e funcionamento dos Conselhos de Saúde.
6. Destaca-se, especialmente, o inciso XII da Quarta Diretriz da Resolução nº 453/2012, que atribui aos Conselhos de Saúde a competência para *“avaliar e deliberar sobre contratos, consórcios e convênios, conforme as diretrizes dos Planos de Saúde”*.
7. Assim, passa-se à análise dos requisitos legais para a celebração do contrato, os quais entende-se estarem devidamente preenchidos, conforme segue:
8. A Lei Municipal nº 6.327, de 19 de junho de 2024 disciplina a participação do município de Conselheiro Lafaiete-MG no Consórcio Público ICISMEP.
9. A Lei Municipal nº 6.395 de 09 de dezembro de 2024, autoriza a Contratação dos Programas do Consórcio Público ICISMEP, especificando que estes abrangem o gerenciamento, operacionalização e execução de ações e serviços de saúde desenvolvidas na UPA 24 horas.
10. A justificativa apresentada pelo município de Conselheiro Lafaiete ao projeto de lei menciona que a adesão ao consórcio visa proporcionar à população atendimento mais eficaz e eficiente.
11. O objeto do Contrato está de acordo com as disposições legais e regulamentares, especialmente as dispostas na Lei 11.107/2005 e Decreto Federal 6.017/07.
12. A Lei Federal n.º 11.107/2005 prevê:



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE**

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

Art. 2º Os objetivos dos consórcios públicos serão determinados pelos entes da Federação que se consorciarem, observados os limites constitucionais.

§ 1º Para o cumprimento de seus objetivos, o consórcio público poderá:

I - firmar convênios, contratos, acordos de qualquer natureza, receber auxílios, contribuições e subvenções sociais ou econômicas de outras entidades e órgãos do governo;

II - nos termos do contrato de consórcio de direito público, promover desapropriações e instituir servidões nos termos de declaração de utilidade ou necessidade pública, ou interesse social, realizada pelo Poder Público; e

III - ser contratado pela administração direta ou indireta dos entes da Federação consorciados, dispensada a licitação.

13. Por sua vez, o Decreto Federal n.º 6017/2007, em seu artigo 32, estabelece a possibilidade de dispensa de licitação na celebração de contrato de Programa:

Art. 32. O contrato de programa poderá ser celebrado por dispensa de licitação nos termos do art. 24, inciso XXVI, da Lei nº 8.666, de 1993.

Parágrafo único. O termo de dispensa de licitação e a minuta de contrato de programa deverão ser previamente examinados e aprovados por assessoria jurídica da Administração.

14. A minuta apresentada foi devidamente analisada e ratificada pela Procuradoria Municipal, conforme registrado na tramitação descrita no relatório.
15. Conforme disposições contratuais, o município declara a existência de recursos orçamentários para o pagamento das obrigações nos termos das dotações especificadas.
16. Diante disso, observa-se o preenchimento dos requisitos legais.
17. Oportunamente, atuando na formulação e no controle da execução da política de saúde, incluindo os seus aspectos econômicos e financeiros, este Conselho reitera a importância de que a formalização do contrato efetivamente resulte em melhorias no atendimento à população, particularmente nos serviços prestados pela UPA 24 horas.
18. Recomenda-se, ademais, que a gestão municipal realize um estudo detalhado sobre o quadro de pessoal da UPA 24 horas, considerando os princípios da economicidade e da eficiência.
19. Esta manifestação restringe-se aos programas a serem contratados referentes à prestação de serviços de gerenciamento, operacionalização e execução dos serviços de saúde na UPA 24 horas.
20. O acompanhamento da execução do contrato é condição essencial para o seu sucesso. Assim, é recomendado que os resultados sejam apresentados nos relatórios trimestrais (RDQA), permitindo ao controle social monitorar e manifestar-se oportunamente.
21. Quaisquer alterações no plano de trabalho ou em outros aspectos do contrato devem ser previamente submetidas ao Conselho de Saúde.



**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE**

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

22. Neste sentido, é recomendada que as alterações devidamente formalizadas e justificadas sejam apresentadas ao Conselho em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de sua vigência.

**CONCLUSÃO**

23. Considerando que a proposta analisada está em consonância com as normas vigentes.

24. Considerando o objetivo de proporcionar à população a melhoria na oferta de serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas no Município de Conselheiro Lafaiete/MG.

25. Esta Câmara Técnica opina pelo acolhimento da proposta da Secretaria Municipal de Saúde do município de Conselheiro Lafaiete e emite **PARECER FAVORÁVEL** à formalização do contrato de Programa para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas no Município de Conselheiro Lafaiete/MG, onde encaminhamos o referido processo à SMS e Procuradoria Municipal para conhecimento e devidas providências à celebração do instrumento ora em apreço.

26. É o Parecer, salvo melhor entendimento.

Conselheiro Lafaiete, 14 de janeiro de 2025.

**DECISÃO DA PLENÁRIA:**

27. O Conselho Municipal de Saúde, em sessão extraordinária do dia 14 de janeiro de 2025, aprova o parecer dos relatores.

28. Em decorrência e nos termos deste Parecer, recomenda-se que se dê ciência desta conclusão aos interessados.

Conselheiro Lafaiete, 14 de janeiro de 2025.

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ROBERTO SANT'ANA LISBOA BATISTA  
Data: 15/01/2025 10:17:19-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ROBERTO SANT'ANA LISBOA BATISTA**  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE - MG



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

---

### RESOLUÇÃO CMSCL Nº 303, DE 14 DE JANEIRO DE 2025.

Dispõe sobre a celebração do Contrato de Programa entre a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e a Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas.

O Pleno do **CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE (CMSCL)**, na 393 Reunião Extraordinária, realizada em 14 de janeiro de 2025, no uso de suas atribuições legais e regimentais, e:

**CONSIDERANDO** as competências conferidas pela Lei Nº 8.080, de 19 de setembro de 1990; Lei Nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990; Lei Complementar Nº 141, de 13 de janeiro de 2012 e Resolução Nº 453, de 10 de maio de 2012;

**CONSIDERANDO** o parecer técnico nº 001/2025/CMSCL apresentado pela Câmara Técnica deste Conselho, que analisou a proposta de celebração do Contrato de Programa entre a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e a Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP;

**CONSIDERANDO** que a proposta apresentada cumpre os requisitos legais e regulamentares estabelecidos pelas Leis Municipais nº 6.327/2024 e nº 6.395/2024, pela Lei Federal nº 11.107/2005 e pelo Decreto Federal nº 6.017/2007;

**CONSIDERANDO** que a minuta do contrato foi previamente analisada e ratificada pela Procuradoria Municipal, atestando a conformidade técnica e jurídica do instrumento;

**CONSIDERANDO** o compromisso deste Conselho com a melhoria da qualidade dos serviços de saúde prestados à população, especialmente no âmbito da Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas;

#### **RESOLVE/DELIBERA:**

**Art. 1º** Aprovar a celebração do Contrato de Programa entre a Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde e a Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP, para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas do Município de Conselheiro Lafaiete/MG.



## CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

---

**Art. 2º** Recomendar que a execução do contrato seja acompanhada por comissão específica, cujos resultados deverão ser devidamente incorporados aos Relatórios Quadrimestrais – Relatório Detalhado do Quadrimestre Anterior (RDQA), a serem apresentados ao Conselho Municipal de Saúde, garantindo a transparência e o controle social.

**Art. 3º** Determinar que quaisquer alterações no plano de trabalho ou outros aspectos do contrato que impactem a execução da política de saúde, incluindo seus aspectos econômicos e financeiros, sejam previamente submetidas ao Conselho Municipal de Saúde, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias para análise e manifestação.

**Art. 4º** Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Conselheiro Lafaiete, 14 de janeiro de 2025.

**ROBERTO SANT'ANA LISBOA BATISTA**  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE - MG





CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

-----  
**OFÍCIO Nº 003/2025/CMSCL**

Conselheiro Lafaiete, 15 de janeiro de 2025.

Ao

Ilmo. Sr.

**Carlos Alexandre de Souza Bomtempo**

Secretário Municipal de Saúde

Município de Conselheiro Lafaiete/MG

C.c: Ilma. Sra.

**Dra. Andreia Chagas**

Procuradora Municipal

**Assunto:** Indicação de representantes para a Comissão de Acompanhamento e Fiscalização.

Prezado (a) Senhor (a),

O Conselho Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete (CMSCL), no uso de suas atribuições legais, informa que, em conformidade com a Cláusula Décima Primeira – Do Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação pela Contratante, do Contrato de Programa a ser celebrado entre este Município e a Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP, foram indicados os representantes deste Conselho para compor a **Comissão de Acompanhamento e Fiscalização**, conforme especificado abaixo:

**1. Cláudio Maurício dos Santos**

Telefone: (31) 98765-1271

**2. José César de Paula**

Telefone: (31) 99293-6673

Solicitamos que os trâmites para a formalização da Comissão sejam providenciados no prazo de até 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato, conforme disposto na cláusula mencionada.

Atenciosamente,

Documento assinado digitalmente



ROBERTO SANT'ANA LISBOA BATISTA

Data: 15/01/2025 10:17:19-0300

Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

**ROBERTO SANT'ANA LISBOA BATISTA**  
PRESIDENTE DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE - MG

-----  
Endereço: Rua: Oliveiros de Souza, 45 - Bairro: Centro - Conselheiro Lafaiete/MG - CEP 36400-025

Telefone: (31) 99239-3498 - E-mail: cmslafaiete@yahoo.com.br

---

**3. MINUTA APROVADA**

**X**

**CONTRATO ASSINADO**

## **CONTRATO DE PROGRAMA Nº**

### **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº**

#### **CONTRATO DE PROGRAMA PARA GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE /MG.**

Por este instrumento de contrato, **CONSELHEIRO LAFAIETE**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde**, CNPJ nº xxxx, com sede na Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, 10 – Centro, neste ato representado por **Leandro Tadeu Murta dos Reis Chagas, Prefeito Municipal**, portador do RG xxxxx e CPF xxxxx e **Carlos Alexandre de Souza Bomtempo**, Secretário Municipal de Saúde, portador do RG xxxxx e CPF nº xxxxxx, tendo em vista o que dispõe as Leis Municipais nº **6327 de 27 de Junho de 2024 e 6.395 de 09 de Dezembro de 2024** e , em consonância com a Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005 regulamentada pelo **Decreto nº 6.107, de 17 de janeiro de 2007** e legislação complementar, **RESOLVE** celebrar **CONTRATO DE PROGRAMA** nos termos do art. 75, XI, da **Lei 14.133/21** com a **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Das Orquídeas, nº 489, bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Institucional, **Sr. Eustáquio da Abadia Amaral**, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, no âmbito municipal, para o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG** para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, mediante as seguintes cláusulas e condições:

#### **CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** tem por objeto o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDOS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG** pela **CONTRATADA**, conforme cláusulas a seguir, as quais passam a integrar o presente contrato, independentemente de transcrição.

**§ 1º** – O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia, qualidade e resultados esperados, conforme definidos nos anexos deste instrumento.

**§ 2º** – A execução material do objeto poderá ser efetivada por contratação de terceiros, com credibilidade e idoneidade, mantidas as responsabilidades inerentes à Instituição de Cooperação.

**§ 3º** – Fazem parte integrante deste **CONTRATO**, os seguintes anexos:

- Anexo I – Plano de Trabalho;
- Anexo II – Indicadores e Metas;
- Anexo III - Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis;
- Anexo IV - Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel;
- Anexo V - Planilha de Estimativa de Custos.

## CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONSÓRCIO

### I – Na área de gestão:

- a) Assegurar a organização, administração e gerenciamento compartilhado da Unidade que é objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, por meio do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física da referida Unidade e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos necessários à garantia do seu pleno funcionamento, conforme previsto na planilha de custo;
- b) Manter através de gestão compartilhada com o Município de Conselheiro Lafaiete a Unidade de Pronto Atendimento, bem como todos os seus serviços, conforme definido no objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, atendendo às obrigações constantes das especificações técnicas previstas nos Anexos que integram este e daquelas estabelecidas na legislação referente ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como, nos demais diplomas federal e municipal que regem a presente contratação;
- c) Cumprir as condições estabelecidas neste projeto durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- d) Contratar pessoal nos casos de demanda comprovada, após o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, mediante processo seletivo simplificado, com critérios objetivos, sendo a ampliação de pessoal objeto de reajuste de valor contratual;
- e) Executar o objeto do contrato conforme especificado, responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal contratado utilizado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, e, inclusive de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada, sem nenhuma transferência de responsabilidade para o **CONSORCIADO**;
- f) Assumir os riscos inerentes a atividade, bem como todos e quaisquer ônus relativos a impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes a Seguridade Social;
- g) Manter a capacitação permanente dos profissionais que prestam os serviços relacionados ao presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- h) Implantar serviço de logística de suprimentos, a fim de garantir adequado fornecimento de materiais, equipamentos e medicamentos à unidade de saúde que compõem o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- i) Elaborar proposta de regimento interno, protocolo de funcionamento, ou instrumento do gênero, da Unidade de Pronto Atendimento, a qual deverá ser submetida ao crivo da Administração Municipal para aprovação. Após a aprovação o mesmo deverá ser implantado.
- j) Gerar e fornecer para os órgãos fiscalizadores e reguladores relatórios estatísticos e gerenciais de acordo com o interesse do gestor municipal;
- k) Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos procedimentos ou atrasos junto ao paciente, servidores e Secretaria Municipal de Conselheiro Lafaiete, sendo as deliberações tomadas em conjuntos com os Diretores/Servidores da UPA;
- l) As respostas do SADT (Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico) para população, serão de responsabilidade do Contratado;

m) Implementar o organograma previsto em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde para a unidade no prazo de 60 (sessenta) dias do início do Contrato, sendo que, qualquer alteração do mesmo deverá ser submetida e aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

## **II – Na área de Assistencial:**

a) Atender exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS na unidade objeto do contrato e garantir:

- A universalidade de acesso aos serviços de saúde prestados;
- A integralidade da assistência dentro da sua capacidade instalada;
- A implementação da Política Nacional de Humanização no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, contemplando o Acolhimento com Classificação de Risco;
- A resolubilidade e a qualidade do serviço ofertado aos usuários do SUS;
- Condições para manutenção e obtenção de novas habilitações para as unidades objeto deste contrato perante o Ministério da Saúde (MS);

b) Atuar de forma a atingir elevados índices de satisfação, conforme indicadores de qualidade dos serviços;

c) Implementar protocolos assistenciais, que visem melhorar a qualidade da assistência prestada ao paciente.

## **III – Na execução do serviço:**

a) Responsabilizar-se pelo gerenciamento dos resíduos de saúde oriundos da Unidade de Pronto Atendimento, nos termos da legislação vigente;

b) Responsabilizar-se pelo custeio da Unidade no que se refere a materiais de consumo, manutenção predial, , manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e demais despesas, conforme previsto na planilha de custos do contrato, que são inerentes a operacionalização e funcionalidade dos serviços, sendo de responsabilidade do contratado a aquisição dos referidos insumos;

c) Disponibilizar alimentação, compreendida em pão e marmitex, aos usuários e profissionais da unidade objeto deste Contrato de Programa;

d) Quando houver manifestação de interesse por parte do município, o consórcio Contratado poderá realizar a reforma e/ou ampliação da unidade objeto deste contrato. Para tanto será celebrado entre as partes termo aditivo ao contrato para a inclusão da respectiva rubrica com precificação deste serviço, com definição da planilha que será observada a necessidade de planejamento com o plano de trabalho da expansão a ser realizada avaliada pelo conselho de saúde, priorizando a economicidade, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012;

e) Responsabilizar-se por todas as ações e medidas necessárias a emissão e manutenção dos alvarás de funcionamento e sanitário junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços objeto do presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, exceto de adequação física e estrutural da unidade;

f) **Manter atualizado o prontuário dos pacientes,** assim como registro e arquivo dos procedimentos realizados, conforme determinação dos Conselhos Regionais ou Órgãos que fiscalizam o exercício profissional (data, avaliação ou impressão de procedimentos realizados, diagnóstico, conduta, carimbo e assinatura do profissional responsável), sendo que o lançamento da produção no sistema, ficará sob responsabilidade do Consórcio;

g) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na Unidade, no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, disponibilizando, a qualquer momento, ao **CONSORCIADO** e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, em meio físico ou eletrônico certificado, assim como os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;

h) Observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde, como:

- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- Justificar ao paciente ou responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste contrato, encaminhando cópia da correspondência à Secretaria Municipal de Saúde;
- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço;
- Garantir o fornecimento do serviço a qualquer pessoa, sem discriminar ou estabelecer diferenças de tratamento entre usuários, nos termos previstos na legislação aplicável e no **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- Formalizar a justificativa das razões técnicas da não realização de qualquer ato profissional quando requerido pelo paciente ou por seu responsável;
- Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, desde que firmado termo de responsabilidade, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
- Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;
- Assegurar a presença de um acompanhante às consultas de crianças, gestantes e idosos;
- Garantir atendimento igualitário aos usuários, exceto nos casos previstos em lei.

i) Assistir de forma abrangente aos usuários e alimentar, fidedignamente, o Sistema de Informações utilizado pelo município, segundo os critérios do **CONSORCIADO**, de acordo com as normas do Ministério de Saúde - MS;

j) Manter quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte da Unidade e com os serviços prestados, conforme estabelecido nas normas sanitárias, para funcionamento adequado e ininterrupto e outras normas detalhadas neste Instrumento;

k) Informar a Relação Nominal dos Profissionais em exercício, com número do registro junto aos Conselhos Regionais/Federal ou órgão que fiscaliza o exercício do profissional compatível com o objeto deste;

l) Incluir, na implantação da imagem corporativa dos uniformes dos trabalhadores **CONTRATADOS**, a programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS, disposta na Portaria n.º 2838/MS, de 01/12/2011, e disposto no Manual de Identidade Visual (Versão 1.0) de abril de 2012, além do logotipo da Unidade e ou da Gestão Municipal e da **CONSÓRCIO**, quando possível;

m) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados ao **CONSORCIADO**, usuários e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares e profissionais que estejam sob sua responsabilidade na execução dos serviços contratados;

n) Manter durante toda a execução do Contrato a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na época da contratação;

- o) Em nenhuma hipótese cobrar direta ou indiretamente do paciente por serviços médicos ou outros complementares referente à assistência a ele prestada pelo profissional médico;
- p) Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou a seu representante, por profissional que esteja sob sua responsabilidade ou preposto, em razão da execução deste Contrato, garantido ao **CONSORCIO** o direito de regresso em face do profissional que efetivou a cobrança;
- q) Dispor da informação oportuna dos usuários atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando seus dados contendo no mínimo: nome, documento de identificação com foto, cartão SUS e endereço completo de sua residência, por razões de planejamento das atividades assistenciais, sendo que o fluxo de atendimento estará vinculado ao POAS;
- r) Implantar em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde manuais de rotinas que busquem padronizar as atividades administrativas, tais como faturamento, gerência de almoxarifado e patrimônio, dentre outros;
- s) Enviar à SMS, até o dia 20 do mês subsequente ao das atividades desenvolvidas ou no dia útil que lhe for imediatamente posterior, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas nas Unidades, bem como sobre relatório assistencial demonstrando o cumprimento de metas e indicadores, informações que deverão constar no RDQA e no RAG;
- t) Anexar, juntamente a Demonstração de Execução, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos federais, municipais, estaduais, trabalhistas e de fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS. Em caso de atraso nos pagamentos, a empresa será notificada e terá 15 (quinze) dias para regularizar a situação. Em caso de não resolução ou justificativa devidamente fundamentada e comprovada, serão tomadas as providências legais;

### **III – Na melhoria do serviço:**

- a) Incentivar o uso seguro de medicamentos, procedendo-se a notificação de suspeita de reações adversas, por meio de formulários e sistemáticas do **CONSORCIADO**;
- b) Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no prazo máximo de 30 dias;
- c) Toda interpelação acerca do serviço público prestado pelo **CONSÓRCIO**, feita por autoridade ou por pessoa do povo, deve ser prontamente respondida, observada as disposições da Lei nº 12.527/11;
- d) Garantir que toda medida de mudanças de oferta de serviços, nos fluxos de atenção consolidados, na estrutura física da Unidade tenha a prévia ciência e aprovação do **CONTRATANTE**;
- e) Comunicar, ao **CONSORCIADO** e ao Serviço de Patrimônio, todas as aquisições e obsolescência de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 dias após sua ocorrência, quando estas estiverem diretamente relacionadas ao objeto deste ajuste ou tenham sido realizadas para auxiliar no cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- f) Permitir o livre acesso das Comissões instituídas pelo **CONSORCIADO**, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;

g) Permitir o livre acesso do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria e das Comissões instituídas pelo **CONSORCIAD**, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;

h) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas no **CONTRATO DE PROGRAMA** e de outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSORCIADO**

Para o cumprimento das atividades decorrentes deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, a Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar através do Controle, Avaliação e Auditoria ou outro a quem a Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete determinar, a prestação de serviços pelo **CONSÓRCIO**;
- 2) Fiscalizar periodicamente ou quando solicitado, através dos órgãos de Controle Sanitário, a conformidade do funcionamento do **CONSÓRCIO** nos termos da legislação em vigor;
- 3) Exercer o controle, avaliação e regulação dos serviços a serem prestados, autorizando todos os procedimentos a serem realizados que envolvam a assistência ambulatorial ao paciente. A existência de serviço de controle e avaliação municipal não eximirá o **CONSÓRCIO** de nenhuma responsabilidade técnica;
- 4) Rejeitar com a devida justificativa, qualquer serviço que tenha sido executado fora das especificações do Contrato;
- 5) Notificar o **CONSÓRCIO** por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do contrato;
- 6) Prestar esclarecimentos e informações ao **CONSÓRCIO** que visem orientá-lo na correta prestação dos serviços e metas pactuadas, dirimindo as questões omissas neste Instrumento;
- 7) Disponibilizar ao **CONSÓRCIO** estrutura física existente para funcionamento da unidade de saúde objeto desse contrato, recusos financeiros, materias permanentes, equipamentos e instrumentos para a organização, administração e gerenciamento das unidades, compreendendo energia elétrica, abastecimento de água, telefonia fixa e rede de dados. Em relação ao transporte de pacientes, a obrigação será vinculada no POAS;
- 8) Prover o **CONSÓRCIO** dos recursos financeiros necessários ao fiel cumprimento da execução deste Contrato, conforme valores previamente estipulados no orçamento anual e orçamentos dos exercícios subsequentes;
- 9) Realizar o acompanhamento e a fiscalização, mensalmente, por meio de Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do **CONTRATO DE PROGRAMA**, a qual observará, *IN-LOCO* e nos relatórios apresentados, o desenvolvimento e cumprimento das atividades de assistência prestada pelo **CONSÓRCIO** aos usuários da unidade;
- 10) A supervisão e avaliação da prestação de serviço estará a cargo do serviço de Controle, Avaliação e Auditoria ou outro a quem a Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete determinar, a qual poderá:

- determinar que sejam refeitos os serviços já executados que não tiverem sido satisfatórios, sem ônus para SMS;
- determinar o reforço de equipamento ou pessoal caso avalie que os



disponibilizados não sejam suficientes para execução dos exames no prazo e qualidade determinados;

- solicitar alteração nos fluxos de atendimento e agendamento visando melhoria do atendimento prestado;
- aplicar as sanções e penalidades previstas neste **CONTRATO DE PROGRAMA** e concomitantemente com as previstas no Regulamento Técnico do Controle, Avaliação e Auditoria do Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria de Conselheiro Lafaiete ou outro documento que vier a substituí-lo.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA**

O prazo de vigência do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** será por 12 meses , iniciando-se a partir de **01/11/2024 e encerrando-se em 31/10/2025**, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21, após demonstrada e justificada a necessidade do serviço prestado para a consecução dos objetivos estratégicos do SUS/Conselheiro Lafaiete.

**Parágrafo único:** Tendo em vista a possibilidade da utilização de assinatura digital nos instrumentos contratuais, caso a assinatura digital seja realizada em data posterior a data de assinatura estabelecida neste contrato ficam convalidados todos os atos administrativos e direitos a partir de 01/11/2024. Tal assinatura fundamenta-se na Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL**

1. O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** poderá ser alterado a qualquer momento, de comum acordo entre as partes, por meio de Termo Aditivo, precedido de justificativa escrita e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, após análise e deliberação do Conselho de Saúde que terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias para manifestar.

2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

3. O **CONSÓRCIO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

5. Qualquer alteração nos itens 03 e 04 deverá ser precedido de apresentação de impacto financeiro e de resultado.

#### **CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Contrato serão alocados para o **CONSÓRCIO** mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pelo **CONSÓRCIO**, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo.

**Parágrafo único** – Para a execução do objeto deste Instrumento, o **CONSÓRCIADO** repassará o recurso financeiro ao **CONSÓRCIO** mensalmente, no prazo e condições constantes deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, conforme Nota de empenho respectiva, e os recursos necessários à contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO DE PROGRAMA

O valor total estimado do contrato é de **R\$ 23.348.865,72** (vinte e três milhões e trezentos e quarenta e oito mil e oitocentos e sessenta e cinco reais e setenta e dois centavos) previstos inicialmente para a sua vigência. Com estimativa mensal de **R\$ 1.927.013,81** (um milhão e novecentos e vinte e sete mil e treze reais e oitenta e um centavos) sendo previstos uma parcela única no valor de **R\$ 224.700,00** (duzentos e vinte e quatro mil e setecentos reais) referente à identificação visual, sistemas de segurança, aquisição de camas hospitalares e aquisição de itens permanentes.

§ 1º – O valor mensal estimado será composto de 01 (uma) parcela fixa, correspondente a 2/3 (dois terços) do valor estabelecido, e de 03 (três) parcelas variáveis, uma correspondente a 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, estando o repasse desta condicionado ao cumprimento de metas em indicadores definidos no ANEXO I, outra parcela variável referente a prestação de serviços médicos mediante execução atestada pelo município, e outra parcela variável referente aos serviço de laboratório.

§ 2º – Quaisquer recursos financeiros oriundos do Sistema Único de Saúde - SUS, de custeio e/ou investimento, que exijam complementação pelo **CONSORCIADO** além do valor estabelecido no *caput* desta cláusula, deverão ser objeto de análise prévia pelo **CONSORCIADO** e aplicados pelo **CONSÓRCIO** respeitando as regras de financiamento, gestão e gerência do Sistema Único de Saúde – SUS.

§ 3º- Os elementos de precificação deste instrumento contratual foram estabelecidos considerando objetos comuns à composição de custos de cada rubrica. Quando da execução dos serviços, a **CONTRATANTE** deverá se ater ao que estiver delimitado financeiramente nas previsões de cada rubrica e à sua essência, ou seja, itens da mesma natureza, e não deverá considerar necessariamente cada item, objeto ou material de forma nominal, possibilitando a flexibilidade pertencente à essência do contrato ora pactuado, cujo cerne é o cumprimento de metas/indicadores.

§ 4º – O **CONSORCIADO** e o **CONSÓRCIO** poderão acordar a execução de intervenções de aumento de capacidade ou melhoria, investimentos em tecnologias, como instalação de software e mídias, entre outros bem como o reequilíbrio financeiro com as devidas justificativas, as quais incorporarão ao **CONTRATO DE PROGRAMA** e serão objeto de termo aditivo e/ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que prévia e devidamente justificada e precedida de autorização pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012.

§ 5º – Os repasses referentes aos investimentos previstos no parágrafo anterior serão efetuados pelo **CONSORCIADO** mediante termo aditivo e/ou processo administrativo específico, onde serão descritos as justificativas e o detalhamento do aporte financeiro a ser realizado, podendo o repasse ser de valor total ou complementar ao investimento que será realizado pela próprio **CONSÓRCIO** nos termos da Lei Complementar nº 141/2012.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento referente a esse contrato se divide em dois formatos, sendo compostos por um valor fixo mensal correspondente a 2/3 do valor mensal estimado e por um valor variável mensal correspondente a 1/3 do valor mensal, excetuando o valor dos serviços médicos e exames laboratoriais, que também serão faturados como parcela variável, de acordo com a produção.

1. A partir do primeiro mês de contrato, até o dia 30 (trinta) de cada mês, deverá ser quitado 2/3 (dois terços) do valor que corresponde à parte fixa, de forma integral, mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pelo **CONSÓRCIO**, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo;
2. No tocante à parte variável, esta será quitada em 03 (três) parcelas, devendo a primeira, referente aos serviços médicos, ser paga até o dia 10 (dez) mês subsequente, de acordo com o número de plantões médicos realizados no mês anterior. A segunda correspondente ao 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, excetuando o serviços médicos, que deverá ocorrer até o dia 20 (vinte) do mês subsequente. Já a terceira correspondente ao serviço de laboratório, que deverá pago 50% (cinquenta por cento) do valor estimado mensal junto a parcela fixa, e os outros 50%, deverá ser quitada até o dia 15 (quinze) do mês subsequente de acordo com a apuração da produção mensal;
3. O valor da primeira parcela variável, afetos à prestação de serviços médicos, será apurado de acordo com o relatório de plantões médicos realizados no mês anterior, e atestado pelo município, devendo todos os relatórios de execução dos serviços estar anexados aos documentos de cobranças/notas fiscais emitidas pelo **CONSÓRCIO**;
4. O valor da segunda parcela variável, 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, estará condicionada a cumprimento de metas em indicadores estabelecidos, passível de eventuais glosas apuradas no mês de referência, pela Comissão de Avaliação através do Relatório Assistencial com a demonstração de execução mensal;
5. O valor da terceira parcela variável, referente à produção laboratorial, será apurado através de relatório de produção mensal, atestado pelo município, devendo todos os relatórios de execução estar anexados aos documentos de cobranças/notas fiscais emitidas pelo **CONSÓRCIO**;
6. As Metas e os Indicadores poderão ser revistos a qualquer tempo, devendo constar no plano de trabalho, de comum acordo entre as partes, quando o interesse público e o equilíbrio contratual o exigir, ou havendo Portarias normatizadoras definindo novas metas e/ou indicadores;
7. O desconto previsto no item 4 será aplicado à partir do 3º mês do início do Contrato, em função da necessidade de assegurar ao **CONSÓRCIO** o período necessário para iniciar a prestação de serviços, bem como adequar as operações da entidade aos seus parâmetros funcionais, visando a sustentabilidade do serviço, bem como a continuidade da prestação de serviços pela contratada;

§ 1º. O **CONSORCIADO** deverá efetuar o pagamento da Nota Fiscal em até 10 (dez) dias úteis, casos não haja inconsistências, respeitado o mesmo período de pagamento no caso de ocorrerem correções nesta;

§ 2º - Ficará a cargo do **CONSORCIADO** o pagamento referente a vencimentos e encargos sociais dos servidores efetivos cedidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete;

§ 3º – O valor mensal para o Gerenciamento objeto desse Contrato, bem como seus detalhamentos e divisões por serviços, constará na **TABELA DE SERVIÇOS ESPECIALIZADOS E DE GERENCIAMENTO DE UNIDADES OU SERVIÇOS DE SAÚDE**, e referente às **UNIDADES E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**;

§ 4º – Do valor mensal indicado neste instrumento, destaca que o percentual de 5% do total referente à cobertura tributária (PASEP 1%) e aos custos operacionais afetos à gestão do **CONSÓRCIO**;

§ 5º – Os valores afetos à prestação de serviços médicos plantonistas, exames

laboratoriais serão pagos mediante a apresentação de relatórios comprobatório de plantões realizados e de relatório de produção de exames laboratoriais, atestados pelo município;

§ 6º – Os valores afetos a saldos e parcelas únicas serão faturados junto da parcela variável do mês de comprovação de aquisição dos itens.

8. A liberação de parcelas de repasse nas datas avençadas no presente contrato é a condição essencial para assegurar ao **CONSÓRCIO** as condições necessárias para a prestação do serviço assistencial de saúde aos usuários, atendendo às condições mínimas constantes no Quadro de Indicadores de Desempenho.

#### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

§ 1º - Deverá ser reajustado o valor deste contrato, ocorrendo alteração no valor dos serviços constantes nos Anexos, em decorrência de inclusão de novo serviço/atividade profissional, alteração de pisos ou majoração de valor devidamente justificada;

§ 2º - Deverá haver reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

- Considerando que o cerne da contratação é a prestação de serviços continuados prestados com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será devida a repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, sendo imprescindível, para tanto, a demonstração analítica de alteração dos custos por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços, bem como do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, devendo ser formalizado por mera apostila.
- Para tanto, serão observadas, por analogia, as disposições constantes na Instrução Normativa nº05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, desenvolvimento e gestão/Secretaria de Gestão, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação dos serviços sob regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, no que couber.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DA DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO**

A **CONTRATADA** ficará responsável pela apresentação da demonstração da execução mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente por meio de relatório pertinente a execução mensal deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, contendo demonstrativos de cumprimento de metas e indicadores, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos, federal, estadual e municipal, trabalhistas e de FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO PELA CONTRATANTE**

O **CONSORCIADO** instituirá mecanismos de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, envolvendo as áreas correlacionadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato.

Gestor do Contrato: xxxx

Fiscal: xxxxx

§ 1º – A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores deste **CONTRATO DE PROGRAMA** será executado pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo composta por:

I – 04 (quatro) membros indicados dois pela Secretaria Municipal da Saúde, e dois indicados pelo Conselho de Saúde, sendo no mínimo um integrante profissional de saúde.

II – 01 gestor de contrato nomeado pelo Secretário de Saúde.

§ 2º – A Secretaria Municipal de Saúde ou quem esta determinar, deverá analisar a documentação, com respectiva documentação comprobatória apresentadas pela Contratada e emitir Relatório de Conclusão informando o alcance das metas contratualizadas dentro do mês de referência em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento destes, relativos a:

- a) Grau de atingimento das metas acordadas;
- b) Padrão de qualidade na execução dos serviços;
- c) Satisfação do usuário e outros aspectos que entender necessários.

§ 3º – A execução do presente instrumento será acompanhada pelo gestor e fiscal acima especificados, por meio dos dispostos nesse contrato, seus anexos e instrumentos definidos pelo **CONSORCIADO**.

§ 4º – A análise da documentação comprobatória do cumprimento das metas dos indicadores contratualizados e a emissão de relatório de Conclusão após o envio da demonstração de execução ao **CONSORCIADO** pelo **CONSORCIO** será realizada pela Comissão instituída pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º – O relatório conclusivo deverá ser objeto de criteriosa análise pela Secretaria Municipal de Saúde, que determinará, ao **CONSÓRCIO**, as correções, que eventualmente se fizerem necessárias, para garantir a plena eficácia do **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 6º - O **CONSÓRCIO** após receber o relatório técnico, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar justificativas, que serão analisadas pela comissão de acompanhamento e fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias, emitindo-se o relatório conclusivo que será encaminhado a secretaria municipal de saúde.

§ 7º – Após ciência e aprovação do Parecer Final pela Secretaria Municipal de Saúde, o mesmo deverá ser encaminhado ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaiete para as providências cabíveis, ficando toda documentação disponível a qualquer tempo sempre que requisitada.

§ 8º - A Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará o relatório conclusivo no Portal da Prefeitura do Município de Conselheiro Lafaiete na internet.

§ 9º – A Secretaria Municipal de Saúde ou quem esta determinar, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, dará ciência ao Prefeito e ao Ministério Público, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

## **CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA – DOS BENS PÚBLICOS**

Juntamente à descentralização do serviço, estarão em permissão de uso da **CONTRATADA** todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, os demais bens públicos

vinculados à operação e manutenção da Unidade de Pronto Atendimento necessários ao cumprimento do **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 1º – O **CONSÓRCIO** e o **CONSORCIADO** farão vistoria dos bens cedidos, e anexarão, no prazo máximo de 30 dias da assinatura do termo de permissão de uso de bens móveis e semipermanentes, constante no Anexo II, inventário do patrimônio a ser cedido à **CONTRATADA**.

§ 2º – O **CONSÓRCIO** obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens disponibilizados durante toda a vigência deste instrumento, necessários ao bom desempenho do serviço nos termos previstos neste **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 3º – Os bens móveis e semipermanentes públicos permitidos poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, desde que previamente autorizado pelo **CONSORCIADO** e que tenha sido providenciada a respectiva avaliação, ficando condicionado à integração dos novos bens ao patrimônio do Município de Conselheiro Lafaiete.

§ 4º – Aqueles bens cujo uso não seja mais possível, serão devolvidos ao **CONSORCIADO** para que este adote as providências necessárias para a sua baixa no patrimônio da Administração e substituição por outro equipamento em condições de uso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – DA TRANSFERÊNCIA PARCIAL DE CONTROLE DO SISTEMA EXISTENTE**

A Unidade de Pronto Atendimento e todo o seu acervo patrimonial serão transferidos para a **CONSÓRCIO**, através do recebimento da **ORDEM DE INÍCIO**, tornando-se daí em diante, até a extinção deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, de responsabilidade compartilhada entre o **CONSORCIADO** e o **CONSÓRCIO** a prestação do serviço assistencial de saúde adequado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA -QUARTA – DA INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NO SERVIÇO TRANSFERIDO**

Na hipótese de risco quanto à continuidade dos serviços de saúde prestados à população pela **CONSÓRCIO**, o **CONSORCIADO** poderá assumir, imediatamente, a execução dos serviços objeto deste Contrato, bem como, a administração da unidade, qualquer que seja o estado de conservação que se encontre.

§ 1º – Ocorrendo o previsto no sub-item acima, o **CONSORCIADO** assumirá o gerenciamento da unidade com todas as instalações, equipamentos e recursos humanos necessários para regular o funcionamento, sejam pertencentes ao **CONSÓRCIO** e/ou cedidos pelo **CONSORCIADO**.

§ 2º – Acontecendo o previsto nos sub-itens anteriores, todas as despesas e custos decorrentes da intervenção passarão a ser de responsabilidade do **CONSORCIADO** até que a intervenção seja suspensa, quando a situação emergencial for superada e/ou regularizada, com a volta do próprio **CONSÓRCIO**, se for o caso, ou com a contratação de outra Instituição de Cooperação de Saúde que venha a substituí-la ou, ainda, com a assunção direta do gerenciamento da unidade pela próprio **CONSORCIADO** em caráter definitivo, se essa for a decisão governamental.

§ 3º – O Município possui a prerrogativa, por meio do Controle Interno do Município, de exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos financeiros pelo **CONSÓRCIO**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONSÓRCIO**

O **CONSÓRCIO** é responsável pela indenização de danos decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem aos usuários, aos órgãos do Sistema Único de Saúde e a terceiros a esses vinculados, bem como, aos bens públicos móveis, semipermanentes e imóveis elencados neste Instrumento, sem prejuízo da

aplicação das demais sanções cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - SEXTA – DAS PENALIDADES**

Aquele que inobservar os ditames de cláusula ou obrigação constante deste **CONTRATO DE PROGRAMA** e seus anexos, estará, garantida a plena defesa e o contraditório, passível de sofrer as seguintes sanções:

- I- Advertência;
- II - Multa;
- III – Rescisão de Contrato.

§ 1º – A imposição das penalidades previstas no item 1 será proporcional à gravidade do fato que a motivar, consideradas as circunstâncias objetivas do caso, e dela será notificada o **CONSORCIO**.

§ 2º – A multa, prevista no inciso II, do *caput* desta cláusula, será cobrada segundo os seguintes critérios:

I - Pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, que não diga respeito diretamente à execução do objeto, multa de 0,5% a 1% (de meio ponto percentual até um por cento) referente a média do valor mensal dos serviços contratados nos últimos 3 (três) meses;

II - Pela rescisão do contrato por culpa do **CONSORCIO**, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal dos serviços contratados;

III - O valor de eventual multa será descontado dos pagamentos devidos ao **CONSORCIO**.

§ 3º – As sanções previstas no inciso I poderá ser aplicada com a sanção prevista no inciso II.

§ 4º – Caberá recurso à Secretaria Municipal de Saúde em face de decisão que aplicar à **CONTRATADA** quaisquer das sanções indicadas nesta cláusula, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de publicação, na imprensa oficial, da decisão recorrida.

§ 5º – A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elide o direito do **CONSORCIADO** de exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do Sistema Único de Saúde, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal, civil e/ou ética do autor do fato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - SÉTIMA – DA RESCISÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL**

A rescisão do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** obedecerá às disposições contidas nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e alterações.

§ 1º – Verificada qualquer das hipóteses ensejadoras de rescisão contratual prevista no artigo 137, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, o Poder Executivo providenciará a revogação dos Termos de Permissão de Uso dos bens públicos e da cessão dos servidores efetivos à disposição do **CONSÓRCIO**, não cabendo o **CONSÓRCIO** direito à indenização sob qualquer forma, salvo na hipótese prevista no § 2º, do art. 138, da Lei supracitada.

§ 2º – A rescisão contratual se dará por ato da Secretaria Municipal de Saúde, após manifestação da Procuradoria Geral do Município de Conselheiro Lafaiete, em processo administrativo, no qual será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa do **CONSÓRCIO**.

§ 3º – Em caso de rescisão unilateral por parte do **CONSÓRCIO** que não decorra de má gestão, culpa ou dolo do **CONSÓRCIO**, deverá esta restituir eventual saldo remanescente, dos recursos repassados na forma da cláusula oitava, proporcional ao tempo de prestação de serviço creditado

e que não será executado, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados do administrativo definitivo que decidir pela rescisão.

§ 4º – Em caso de rescisão unilateral por parte do **CONSORCIADO**, deverá ser notificado ao **CONSÓRCIO** com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência da data pretendida para a rescisão, contados a partir do recebimento pelo **CONSÓRCIO** da notificação de rescisão.

§ 5º – Em caso de rescisão unilateral por parte da **CONSÓRCIO**, nas hipóteses dos incisos I a V, do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, esta se obriga a continuar executando as atividades e serviços de saúde ora contratados, salvo dispensa da obrigação por parte do **CONSORCIADO** por um prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento pelo **CONSORCIADO** da notificação de rescisão.

§ 6º – No caso do previsto nos parágrafos 3º e 4º e no caso de término de vigência, a Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete/Fundo Municipal de Saúde efetuará os repasses devidos até o término da execução do contrato, bem como o pagamento do custo da desmobilização, sem prejuízo da indenização a que o **CONSÓRCIO** faça jus por eventuais prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

§ 7º – Nos casos de rescisão, extinção ou término deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, o **CONSÓRCIO** deverá disponibilizar ao **CONSORCIADO** todas as informações analisadas e armazenadas no software de gestão, bem como, providenciar a transferência de titularidade da licença para o **CONSORCIADO**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Para atender ao disposto neste **CONTRATO DE PROGRAMA**, o **CONSÓRCIO** declara que:

I - Dispõe de suficiente nível técnico assistencial, capacidade e condições de prestação de serviços que permitam maior nível de qualidade nos serviços contratados conforme a especialidade e características da demanda, especificados nos Anexos que integram o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**.

II - Não está sujeita a nenhum tipo de restrição legal que incapacite seu representante legal de firmar este **CONTRATO DE PROGRAMA**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - NONA – DA PUBLICAÇÃO**

O **CONSORCIADO** providenciará a publicação do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** no Diário Oficial do Município e no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA VIGESIMA – DO FORO**

I - As partes elegem o Foro da Comarca de Conselheiro Lafaiete, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente Contrato, que não puder ser resolvida amigavelmente, renunciando, expressamente, a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem acordes, os representantes das partes assinam o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que alcancem os jurídicos e desejados efeitos, na presença das testemunhas abaixo.

Conselheiro Lafaiete, 01 de novembro de 2024.



\_\_\_\_\_  
**XXX**  
pelo Município de Conselheiro Lafaiete

\_\_\_\_\_  
**Eustáquio da Abadia Amaral**  
Pelo Consórcio Público - Instituição de  
Cooperação Intermunicipal do Médio  
Paraopeba - ICISMEP

Testemunha 01

Testemunha 02

Nome: \_\_\_\_\_

Nome: \_\_\_\_\_

Identidade: \_\_\_\_\_

Identidade: \_\_\_\_\_

**ANEXO I**  
**PLANO DE TRABALHO**

|   |                     |            |
|---|---------------------|------------|
| <b>Título do Projeto</b><br>Contrato de Programa para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24Hs no município de Conselheiro Lafaiete. | Período de Execução |            |
|   | 01/11/2024          | 31/10/2025 |

## IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO

Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento no município de Conselheiro Lafaiete.

### DETALHAMENTO DO OBJETO

Prestação de serviço compreendido em gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços desenvolvidos na Unidade de Pronto Atendimento UPA 24h, do município de Conselheiro Lafaiete/MG.

O serviço será executado em unidade própria do município, cedida para a prestação do serviço proposto na forma de gestão associada com o município de Conselheiro Lafaiete, na modalidade de Contrato de Programa, com atendimento de média complexidade, na atenção secundária da Rede de Atenção à Saúde, em conformidade com as normativas do Ministério da Saúde - MS, da Secretaria de Estado da Saúde – SES e Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, obedecendo as disposições do Sistema Único de Saúde – SUS.

Para a execução do gerenciamento da UPA 24h de Conselheiro Lafaiete, esta previsto equipe médica, equipe de enfermagem, equipe administrativa e demais necessárias aos atendimentos aos usuários do SUS de Conselheiro Lafaiete, bem como insumos e demais serviços necessários para garantir a prestação de serviço de forma adequada e satisfatória. A equipe deverá ser responsável pelo usuário a partir de sua chegada, devendo proporcionar um atendimento acolhedor e respeitoso, como modelo de atenção que contemple um conjunto de dispositivos de cuidados que garanta a segurança do paciente.

Serão realizados atendimentos de urgência e emergência compreendidos em acolhimento, classificação de risco, procedimentos médicos e de enfermagem: investigação diagnóstica, tratamento e processos assistenciais de enfermagem e ainda serviço de apoio e diagnóstico, bem como os insumos necessários para a prestação dos serviços.

A execução do serviço proposto será realizado em conformidade com o plano de trabalho e seu detalhamento exposto nos anexos deste instrumento.

Os benefícios pertinentes a este modelo de serviço referem-se à melhoria na oferta dos serviços aos usuários, resolução dos problemas enfrentados pelo município no âmbito do gerenciamento de estabelecimentos de saúde e à integralidade do funcionamento destes sem interrupções motivadas por falta de profissionais especializados, e por parte da mão de obra necessária no município e suas reposições.

**Responsáveis Técnico pelo Município de Conselheiro Lafaiete**

**Janice, Lysiane e Marcelo**

|  |   |   |
|--|---|---|
| <b>Endereço</b><br>Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira,<br>10 – Centro                   | <b>DDD/Telefone</b><br><a href="#">(31) 3764-9800</a> | <b>E-mail</b>   |
| <b>Autenticação</b><br>Data: 22/10/2024<br>Assinatura:                                 |   |   |
| <b>Responsável Técnico pelo Consórcio ICISMEP</b><br>Miriam Freitas Nogueira Anastácio |   |   |
| <b>Endereço</b><br>Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de                                  | <b>DDD/Telefone</b><br>(31) 2571-3026                 | <b>E-mail</b><br><a href="mailto:miriam.anastacio@icismep.mg.gov.br">miriam.anastacio@icismep.mg.gov.br</a> |

|                                   |  |  |
|-----------------------------------|--|--|
| Minas – São Joaquim de Bicas      |  |  |
| <b>Autenticação</b>               |  |  |
| Data: 22/10/2024      Assinatura: |  |  |

**ANEXO II**  
**INDICADORES DE QUALIDADE**

| Item | Indicador  | Método de aferição   | Meta física  | Unidade de medida | Frequência de Aferição | Documentos Comprobatórios   | Fonte  | Responsável pelo Envio   | Fórmula de Cálculo  |
|------|--|--|--|-------------------|------------------------|---|--|--------------------------|---|
| 1    | Registro e atualização dos profissionais no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES)                                 | Percentual de profissionais devidamente cadastrados CNES da competência                        | 100% dos profissionais ativos  | Porcentagem       | Mensal                 | Lista nominal dos profissionais ativos no contrato de programa e relatório do CNES  | Prestador de serviço e relatório de equipe do CNES | Prestador e/ou município | $\frac{\text{N}^\circ \text{ total de profissionais ativos no contrato de programa}}{\text{N}^\circ \text{ total de profissionais cadastrados no CNES}} \times 100$   |
| 2    | Taxa de evasão dos pacientes   | Proporção de pacientes evadidos anterior a consulta médica no serviço de urgência e emergência | $\leq 10\%$ de taxa de evasão  | Percentual        | Mensal                 | Relatório de pacientes recepcionados e relatório de pacientes com atendimento médico  | Sistema de prontuário eletrônico utilizado         | Prestador e/ou município | $\frac{\text{N}^\circ \text{ total de pacientes recepcionados} - (\text{Número total de pacientes com atendimento médico} + \text{pacientes classificados de branco})}{\text{N}^\circ \text{ total de pacientes recepcionados}} \times 100$ |
| 3    | Acolhimento com classificação de risco registrado no sistema de informação municipal nos termos do procedimento (03.01.06.011-8) | Tempo de espera para a classificação de risco  | 90% dos pacientes recepcionados com tempo igual ou menor que 10 minutos após a recepção e/ou senha | Percentual        | Mensal                 | Relatório do número de pacientes classificados e Relatório de número de pacientes recepcionados do sistema de prontuário eletrônico da UPA 24 horas | Sistema de prontuário eletrônico utilizado         | Prestador e/ou município | $\frac{\text{N}^\circ \text{ total de pacientes classificados igual ou menor de 10 minutos}}{\text{N}^\circ \text{ total de pacientes atendidos}} \times 100$   |
| 4    | Tempo de espera para classificação de risco  | Proporção de pacientes com de tempo de espera para classificação de risco                      | 70% dos pacientes recepcionados com tempo igual ou menor que                                       | Percentual        |                        | Relatório do sistema de prontuário eletrônico de tempo de espera dos  | Sistema de prontuário eletrônico                   | Prestador e/ou município | $\frac{\text{N}^\circ \text{ total de pacientes classificados igual ou menor de 10 minutos}}{\text{N}^\circ \text{ total de pacientes atendidos}} \times 100$   |

|   |  |  |  |                 |         |   |  |                          |  |
|---|--|--|--|-----------------|---------|---|--|--------------------------|--|
|   |  | igual ou menor que 10 minutos  | 10 minutos   |                 | Mensal  | receptionados para triagem  | utilizado  |                          | Nº total de pacientes atendidos  |
| 5 | Atendimento médico em unidade de urgência e emergência | Número total de atendimento médico realizado em unidade de urgência e emergência   | 6.750 atendimentos por mês   | Número Absoluto | Mensal  | Relatório do sistema de prontuário eletrônico utilizado contendo número de atendimento médico ou relatório do SIA com o quantitativo do código 03.01.06.009-6   | Sistema de prontuário eletrônico utilizado e SIA                               | Prestador e/ou município | Somatório das consulta médicas   |
| 6 | Tempo de espera pra coleta de exames laboratoriais     | Percentual de coletas de exames laboratoriais com tempo ≤ a 30 minutos nos atendimentos de urgência e emergência                                       | 70% dos exames laboratoriais com coleta de material sendo ≤ que 30 minutos | Porcentagem     | Mensal  | Relatório do sistema utilizado pelo laboratório contendo o tempo para coleta dos exames laboratoriais e relatório do sistema utilizado pelo laboratório contendo todos os exames realizados   | Sistema laboratorial utilizado   | Prestador e/ou município | Número de coletas realizadas em tempo ≤ 30 minutos<br>_____x100<br>Número total de coletas realizadas                                    |
| 7 | Auditoria nos carrinhos de emergência                  | Número de auditorias e conferências realizadas nos carrinhos de emergência para identificação de não conformidades no serviço de urgência e emergência | 01 ausitoria ao mês por carrinho   | Número Absoluto | Men sal | Check list do carrinho contendo: nome das medicações e suas respectivas datas de validade, quantidade de cada item, se a embalagem esta intacta ou com violação, se o carrinho contém lacre. Documento assinado e carimbado por quem realizou a conferência, com data e hora. | Check list carimbado e assinado pelo profissional responsável pela conferência | Prestador                | Número de check list do carrinho de emergência carimbados<br>_____x100<br>Número total de carrinhos de emergência na unidade de urgência |

**ANEXO III**  
**INDICADORES ASSISTENCIAIS**

| Item | Indicador   | Método de aferição   | Meta física                                | Unidade de medida | Frequência de Aferição | Documentos Comprobatórios   | Fonte                             | Responsável pelo Envio            | Fórmula de Cálculo   |
|------|---|--|--|-------------------|------------------------|---|-----------------------------------|-----------------------------------|--|
| 8    | Educação Permanente   | Realizar no mínimo 01 capacitação mensal para a equipe assistencial        | Percentual                                 | Número absoluto   | Mensal                 | Programação anual de reuniões e lista de presença assinada pelos participantes e/ou ata de reunião. | Prestador de serviço ou Município | Prestador de serviço ou Município | Programação mensal de reuniões e lista de presença assinada pelos participantes e/ou ata de reunião.   |
| 9    | Manutenção de no mínimo 11 leitos de observação e 03 leitos na sala de urgência (14 leitos) | Manter ativo leitos de observação e leitos de sala de urgência             | 100%                                       | Percentual        | Mensal                 | Comprovação da disponibilidade dos leitos com registros fotográficos e reatório mensal              | Prestador                         | Prestador                         | Comprovação da disponibilidade dos leitos com registros fotográficos e reatório mensal   |
| 10   | Escalas médicas completas   | Proporção de cobertura médica 24 horas no serviço de urgência e emergência | 100% do quadro de equipe médica preenchido | Percentual        | Mensal                 | Envio da escala mensal pelo prestador com validação (atesto da coordenação do município)            | Prestador e município             | Prestador                         | $\frac{\text{Número total de médicos contratados ou plantões realizados}}{\text{Número total de plantões necessário para cobertura de 24 horas}} \times 100$ |

| QUADRO DE PONTUAÇÕES |  |            |
|----------------------|--|------------|
| Item                 | Indicador  | Pontuação  |
| 1                    | Registro e atualização dos profissionais no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES)                                 | 10         |
| 2                    | Taxa de evasão dos pacientes   | 10         |
| 3                    | Acolhimento com classificação de risco registrado no sistema de informação municipal nos termos do procedimento (03.01.06.011-8) | 10         |
| 4                    | Tempo de espera para classificação de risco  | 10         |
| 5                    | Atendimento médico em unidade de urgência e emergência   | 10         |
| 6                    | Tempo de espera pra coleta de exames laboratoriais   | 10         |
| 7                    | Auditoria nos carrinhos de emergência  | 10         |
| 8                    | Educação Permanente  | 10         |
| 9                    | Manutenção de no mínimo 11 leitos de observação e 03 leitos na sala de urgência (14 leitos)                                      | 10         |
| 10                   | Escalas médicas completas  | 10         |
|                      | <b>TOTAL</b>   | <b>100</b> |

A pontuação MENSAL será apurada a partir do somatório da pontuação, em percentual, dos itens 1 a 10 (totalizando 100 pontos).

- Se o somatório final for entre 80% e 100% - O repasse será integral ao mês de referência;
- Se o somatório final for entre 50% e 79,9% - Haverá redução de 20% sobre o valor do repasse ao mês de referência;
- Se o somatório final for entre 30% e 49,9% - Haverá a redução de 50% sobre o valor do repasse ao mês de referência;
- Se o somatório final for abaixo de 30% - Haverá a redução de 70% sobre o valor do repasse ao mês de referência.

## ANEXO IV

### TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, POR **INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** E A **ICISMEP**, QUALIFICADA COMO **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SAÚDE**, COM O OBJETIVO DE **AUTORIZAR O USO DE BENS MÓVEIS NO GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE /MG.**

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, **CNPJ nº xxxxxx**, com sede na Av. Pref. Mario Rodrigues Pereira, 10 - Centro – na cidade de Conselheiro Lafaiete, neste ato representado por **xxx**, Prefeito Municipal, portador do **RG nº xxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxx** e **xxx**, Secretário Municipal de Saúde, portador **do RG nº xxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxx**, **PERMITENTE** e do outro lado o Consórcio Público **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, Sr. Eustáquio da Abadia Amaral, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, Considerando a legislação pertinente, e tendo em vista o disposto no Contrato de Programa **xxx/2024**, firmado entre o Município de Conselheiro Lafaiete e a ICISMEP cujo objeto é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE /MG**, as partes **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS**, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

**1.1.** O presente Instrumento tem por objeto ceder e permitir o uso, gratuito dos bens móveis, conforme inventário de bens disponível na sede da Secretaria Municipal de Saúde.

**1.2.** Este Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis é parte integrante do Contrato de Programa **xxx/2024**.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO E USO DOS BENS MÓVEIS

**2.1.** O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a utilizar os bens cedidos exclusivamente para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde- SUS.

**2.2.** O **PERMISSIONÁRIO** deverá guardar/manter os bens cedidos, na Unidade de Pronto Atendimento no qual estão inventariados.

**2.3.** O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a não emprestar, ceder, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosa, provisória ou permanentemente, os direitos de uso dos bens móveis cedidos, assim como seus acessórios, manuais ou quaisquer partes, exceto se houver o prévio e expresso consentimento da **PERMITENTE**.



### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### 3.1. A **PERMITENTE** se compromete a:

a) Por força do presente Instrumento, a **PERMITENTE** cede e permite o pleno uso de todos os bens móveis inventariados no anexo deste Instrumento.

#### 3.2. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a:

a) Vistoriar os bens ora cedidos, **no prazo máximo de 30 dias** após a assinatura do Contrato de Programa **xxxx/2024**, emitindo laudo de vistoria atestando seu bom estado de funcionamento.

b) Manter os bens cedidos em perfeito estado de higiene, conservação e funcionamento, bem como, a utilizá-los de acordo com o estabelecido neste Instrumento e no Contrato de Programa **xxxx/2024**.

c) Ficar responsável por todas e quaisquer despesas dos bens cedidos, quer decorrentes de assistência técnica preventiva e/ou corretiva de forma contínua, quer decorrentes da recuperação por danos, bem como pelo ressarcimento de qualquer prejuízo proveniente de uso inadequado.

d) Não realizar quaisquer modificações ou alterações nos bens cedidos, sem a prévia e expressa anuência da **PERMITENTE**.

e) Responsabilizar-se pelas despesas com impostos, taxas, multas e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre os bens cedidos, devendo encaminhar os respectivos comprovantes de recolhimento à **PERMITENTE**.

f) Informar imediatamente à **PERMITENTE** caso os bens objeto desta Permissão sofram qualquer turbção ou esbulho por terceiros.

g) Comunicar à **PERMITENTE**, no prazo máximo de 30 dias, todas as aquisições de bens móveis que forem realizadas posteriormente a assinatura deste Instrumento.

h) Em caso de demanda judicial que verse sobre os bens cedidos, sendo o **PERMISSIONÁRIO** citado em nome próprio, deverá, no prazo legal, nomear a **PERMITENTE** à autoria.

i) Apresentar Boletim de Ocorrência à **PERMITENTE**, devidamente registrado em unidade policial, caso ocorra furto ou roubo dos bens dados em permissão de uso.

j) Em caso de avaria provocada por terceiros, culposa ou dolosamente, deverá comunicar, imediatamente, à **PERMITENTE**, com a descrição pormenorizada do fato e identificação do agente causador do dano. Para o caso de dano provocado intencionalmente, deverá ser registrado Boletim de Ocorrência pelo crime de dano contra o autor do fato delituoso.

### CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO

O presente Instrumento vigorará enquanto vigor o Contrato de Programa **xxxx/2024**

4.1. A **PERMITENTE** fará publicação do extrato deste Instrumento, no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

### CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES

5.1. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, inclusive

para acréscimos ou supressões, por meio de termo aditivo, devidamente justificado, e em comum acordo entre as partes, anterior ao término da vigência do Contrato, devendo para tanto ser respeitado o interesse público, desde que satisfeitas as obrigações contratuais.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS BENFEITORIAS E VISTORIA**

**6.1.** As benfeitorias realizadas pelo **PERMISSIONÁRIO** serão incorporadas aos bens cedidos, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.

**6.2.** A **PERMITENTE** deverá proceder vistoria nos bens cedidos, a fim de constatar o cumprimento, pelo **PERMISSIONÁRIO**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO RESSARCIMENTO E DA PERMUTA**

**7.1.** Ocorrendo avaria em qualquer dos bens cedidos e sendo desaconselhável economicamente o seu conserto, ou a hipótese de desaparecimento por furto, roubo ou extravio dos mesmos, o **PERMISSIONÁRIO** deverá:

- a) Ressarcir a **PERMITENTE** no valor de mercado dos bens, em 30 dias, contados da ocorrência do fato.
- b) Adquirir outro bem, de igual valor e forma, para substituir o bem avariado, furtado ou roubado.

**7.2.** Os bens móveis permitidos em uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, que passam a integrar o patrimônio do Município de Pará de Minas, após prévia avaliação e expressa autorização da **PERMITENTE**, desde que satisfeitas às obrigações contratuais.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO E DA DEVOLUÇÃO**

**8.1.** O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a restituir a **PERMITENTE** todos os bens cedidos, no estado normal de uso, caso ocorra à rescisão ou a extinção deste Instrumento.

**8.2.** O **PERMISSIONÁRIO** poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, propor devolução de bens cujo uso lhe fora permitido, e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

#### **CLÁUSULA NONA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES**

O presente Instrumento tem fundamento **na Lei Municipal**, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente aos contratos administrativos, e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas neste Termo e Contrato de Programa **xxxx/2024**.

**9.1.** Os casos omissos ou excepcionais, assim como as dúvidas surgidas ou cláusulas não previstas neste termo, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes por meio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas regras e princípios do Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

**10.1.** Os interessados poderão rescindir o presente contrato de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de

60 dias, retornando os bens ao status que ante.

**10.2** Poderá ser rescindido unilateralmente, pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 60 dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutível.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

**11.1** Os partícipes elegem o foro de Igarapé como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

Conselheiro Lafaiete, 01 de novembro de 2024.

\_\_\_\_\_  
**xxx**  
pelo Município de Conselheiro Lafaiete

\_\_\_\_\_  
**Eustáquio da Abadia Amaral**  
Pelo Consórcio Público - Instituição  
de Cooperação Intermunicipal do  
Médio Paraopeba - ICISMEP

Testemunha 01  
  
Nome: \_\_\_\_\_  
  
Identidade: \_\_\_\_\_

Testemunha 02  
  
Nome: \_\_\_\_\_  
  
Identidade: \_\_\_\_\_

## TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, POR **INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE** E A **ICISMEP**, QUALIFICADA COMO **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SAÚDE**, COM O OBJETIVO DE **AUTORIZAR O USO DO IMÓVEL DENOMINADO UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG**.

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, **CNPJ nº xxxxx**, com sede na Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, 10 – Centro – na cidade de Conselheiro Lafaiete, neste ato representado por **xxx**, Prefeito Municipal, portador do **RG nº xxxxx e CPF nº xxxxx** e **xxx**, Secretário Municipal de Saúde, portador do **RG nº xxxxxxxx e CPF nº xxxxxxxx**, **PERMITENTE** e do outro lado o Consórcio Público **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Geral, Sr. Eustáquio da Abadia Amaral, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, Considerando a legislação pertinente, e tendo em vista o disposto no Contrato de Programa **xxxx/2024**, firmado entre o Município de Conselheiro Lafaiete e a ICISMEP cujo objeto é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE /MG**, as partes **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL**, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente instrumento tem por objeto a cessão e permissão de uso do imóvel, especificamente o espaço destinado aos serviços da Unidade de Pronto Atendimento.
- 1.2. Este Termo de Permissão de Uso é parte integrante do Contrato de Programa **xxxx/2024**.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO E USO DO IMÓVEL

- 2.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a utilizar o imóvel exclusivamente para atender ao Sistema Único de Saúde - SUS.
- 2.2. O **PERMISSIONÁRIO** não poderá dar qualquer outra destinação ao imóvel, que não seja o funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento, sob pena de responder administrativa, civil e penalmente, na forma da lei.

### CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

- 3.1. A **PERMITENTE** se compromete a:

a) Por força do presente Instrumento, dar em cedência e permitir o uso, a título gratuito, o imóvel descrito na Cláusula Primeira deste Instrumento.

- 3.2. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a:

- a) Vistoriar o imóvel, no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do Contrato de Programa **xxxx/2024**, emitindo Termo de Vistoria atestando seu bom estado de conservação.
- b) Conservar e zelar pelo perfeito estado do imóvel objeto deste Termo, utilizando-o como se lhe pertencesse, conservando-o e fazendo com que seu uso e gozo sejam pacíficos e harmônicos, principalmente com vizinhos, e utilizá-lo de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.
- c) No caso de rescisão ou extinção do Contrato de Programa **xxxx/2024**, restituir o imóvel cedido nas mesmas condições em que o recebeu, respeitada sua depreciação natural e o Termo de Vistoria.
- d) Não emprestar, ceder, locar ou de qualquer outra forma repassar a terceiros o imóvel objeto deste Termo, no todo ou em parte, sem o prévio e expresso consentimento da **PERMITENTE**.
- e) Declarar-se ciente de que este Termo se tornará nulo, independentemente de ato especial, sem que lhe seja devida qualquer indenização, caso haja necessidade e comprovado interesse público, de dar destinação diversa, da prevista neste Instrumento, ao imóvel ora cedido.
- f) É facultado a **PERMISSIONÁRIA** executar obras complementares no imóvel, ficando condicionada a apresentação de projeto para prévia análise e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÃO E PUBLICAÇÃO**

- 4.1. O presente Instrumento vigorará enquanto vigor o Contrato de Programa **xxxx/2024**.
- 4.2. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, por meio de termo aditivo, desde que devidamente justificado, e anterior ao término da vigência, devendo para tanto ser respeitados o interesse público e o objeto desta Permissão.
- 4.3. A **PERMITENTE** fará publicação do extrato deste Instrumento, no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E VISTORIA**

- 5.1. As benfeitorias realizadas pelo **PERMISSIONÁRIO** serão incorporadas ao imóvel, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.
- 5.2. A **PERMITENTE** deverá proceder à vistoria no imóvel cedido, a fim de constatar o cumprimento, pelo **PERMISSIONÁRIO**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES**

- 6.1. O presente Instrumento tem fundamento na Lei Municipal nº **xxxxxxx**, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente as normas que regem os contratos administrativos e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas neste Termo e no Contrato de Programa **xxxx/2024**.
- 6.2. O presente Termo, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes por meio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas regras e princípios do Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO**

- 7.1. Os interessados poderão rescindir de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das

obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 60 dias, retornando o bem ao status quo ante.

**7.2.** Poderá ser rescindido unilateralmente pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 60 dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutível.

**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

**8.1.** Os partícipes elegem o foro de Igarapé, como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

Conselheiro Lafaiete, 01 de novembro de 2024.

\_\_\_\_\_  
**xxx**  
pelo Município de Conselheiro Lafaiete

\_\_\_\_\_  
**Eustáquio da Abadia Amaral**  
Pelo Consórcio Público - Instituição de  
Cooperação Intermunicipal do Médio  
Paraopeba - ICISMEP

Testemunha 01

Nome: \_\_\_\_\_

Identidade: \_\_\_\_\_

Testemunha 02

Nome: \_\_\_\_\_

Identidade: \_\_\_\_\_

**ANEXO IV**  
**PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO MENSAL**

| <b>1. RECURSOS HUMANOS</b>  | <b>VALOR MENSAL ESTIMADO</b> |
|---|------------------------------|
| 1.1. SALÁRIOS, ENCARGOS, BENEFÍCIOS, UNIFORME, EPI, PPRA E PCMSO                      | R\$792.267,99                |
| <b>TOTAL DO ITEM</b>  | <b>R\$792.267,99</b>         |
| <b>2. MATERIAL/MEDICAMENTOS</b>   |                              |
| 2.1. MATERIAL MÉDICO  | R\$61.052,63                 |
| 2.2. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE FARMÁCIA   | R\$83.157,89                 |
| <b>TOTAL DO ITEM</b>  | <b>R\$144.210,52</b>         |
| <b>3. MATERIAL/GÊNEROS ALIMENTÍCIOS</b>   |                              |
| 3.1. ALIMENTAÇÃO (CAFÉ, LEITE, PÃO, ALMOÇO E JANTAR)                                  | R\$145.020,00                |
| <b>TOTAL DO ITEM</b>  | <b>R\$145.020,00</b>         |
| <b>4. OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO</b>   |                              |
| 4.1. HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEIS  | R\$24.105,26                 |
| 4.2. MATERIAL DE ESCRITÓRIO E GRÁFICA   | R\$8.750,00                  |
| 4.3. ESTIMATIVA DE FORNECIMENTO PARA COLABORADORES EFETIVOS                           | R\$10.078,93                 |
| <b>TOTAL DO ITEM</b>  | <b>R\$42.934,19</b>          |
| <b>5. MATERIAL DE MANUTENÇÃO</b>  |                              |
| 5.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (AR-CONDICIONADO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS)    | R\$6.947,37                  |
| 5.2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO GERADOR                                     | R\$2.107,87                  |
| 5.3. MANUTENÇÃO PREDIAL (PEQUENOS REPAROS, LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA)                   | R\$1.263,16                  |
| <b>TOTAL DO ITEM</b>  | <b>R\$10.318,40</b>          |
| <b>6.DEMAIS DESPESAS E SERVIÇOS</b>   |                              |
| 6.1. SERVIÇO DE LAVANDERIA (LOCAÇÃO E LAVAGEM DE ENXOVAL)                             | R\$36.842,10                 |
| 6.2. LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA ( 15 IMPRESSORAS)                         | R\$2.368,42                  |
| 6.3. ENGENHARIA CLÍNICA (MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS) | R\$11.894,73                 |
| 6.4. SERVIÇO DE SEGURANÇA NÃO ARMADA  | R\$ 29.473,68                |
| <b>TOTAL DO ITEM</b>  | <b>R\$80.578,93</b>          |
| <b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE GESTÃO</b>   | <b>R\$73.171,52</b>          |
| <b>VALOR TOTAL FIXO ESTIMADO MENSAL</b>   | <b>R\$1.288.501,55</b>       |

**PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO MENSAL VARIÁVEL**

| <b>PLANTÕES MÉDICOS</b>                         |                               |                         |                             |
|---|-------------------------------|-------------------------|-----------------------------|
| <b>DESCRIÇÃO</b>                                | <b>QUANT. ESTIMADO MENSAL</b> | <b>VALOR DO PLANTÃO</b> | <b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b> |
| MÉDICO CLÍNICO GERAL — PLANTÃO DIURNO/NOTURNO   | 235                           | R\$1.970,00             | R\$ 462.950,00              |
| MÉDICO CIRURGIÃO GERAL PLANTÃO DIURNO           | 31                            | R\$2.200,00             | R\$68.200,00                |
| <b>VALOR ESTIMADO MENSAL - PLANTÕES MÉDICOS</b> |                               |                         | <b>R\$ 531.150,00</b>       |

| <b>EXAMES LABORATORIAIS</b>   |                                     |                   |                             |
|---|-------------------------------------|-------------------|-----------------------------|
| <b>EXAME</b>  | <b>QUANTITATIVO ESTIMADO MENSAL</b> | <b>VALOR UNIT</b> | <b>VALOR TOTAL ESTIMADO</b> |
| DOSAGEM DE AMILASE  | 148                                 | R\$ 3,79          | R\$ 560,92                  |
| BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)                              | 6                                   | R\$ 7,08          | R\$ 42,48                   |
| DOSAGEM DE GONADOTROFINA CORIONICA HUMANA (HCG,BETA HCG)              | 92                                  | R\$ 13,23         | R\$ 1.217,16                |
| DOSAGEM DE BILIRRUBINA TOTAL E FRACOES                                | 249                                 | R\$ 3,39          | R\$ 844,11                  |
| DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)                                 | 229                                 | R\$ 6,20          | R\$ 1.419,80                |
| DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB                             | 310                                 | R\$ 6,94          | R\$ 2.151,40                |
| DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA) | 792                                 | R\$ 9,72          | R\$ 7.698,24                |

|  |      |           |                         |
|--|------|-----------|-------------------------|
| DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)             | 792  | R\$ 4,60  | R\$ 3.643,20            |
| DOSAGEM DE CREATININA  | 1421 | R\$ 3,12  | R\$ 4.433,52            |
| ANALISE DE CARACTERES FISICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA      | 923  | R\$ 6,24  | R\$ 5.759,52            |
| DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA                                      | 451  | R\$ 3,39  | R\$ 1.528,89            |
| DOSAGEM DE GAMA- GLUTAMIL-TRANSFERASE (GAMA GT)                    | 601  | R\$ 5,92  | R\$ 3.557,92            |
| DOSAGEM DE GLICOSE   | 167  | R\$ 3,12  | R\$ 521,04              |
| BACTERIOSCOPIA (GRAM)  | 768  | R\$ 4,72  | R\$ 3.624,96            |
| HEMOGRAMA COMPLETO   | 1914 | R\$ 6,93  | R\$ 13.264,02           |
| DOSAGEM DE CLORETO   | 167  | R\$ 3,12  | R\$ 521,04              |
| DOSAGEM DE LACTATO   | 152  | R\$ 6,20  | R\$ 942,40              |
| DOSAGEM DE LIPASE  | 185  | R\$ 3,79  | R\$ 701,15              |
| DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA                    | 1380 | R\$ 15,59 | R\$ 21.514,20           |
| CONTAGEM DE PLAQUETAS  | 37   | R\$ 4,60  | R\$ 170,20              |
| DOSAGEM DE POTASSIO  | 897  | R\$ 3,12  | R\$ 2.798,64            |
| DOSAGEM DE PROTEINAS TOTAIS E FRACOES                              | 16   | R\$ 3,12  | R\$ 49,92               |
| DOSAGEM DE SODIO   | 919  | R\$ 3,12  | R\$ 2.867,28            |
| DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACETICA (TGO)                | 1012 | R\$ 3,39  | R\$ 3.430,68            |
| DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)                   | 1007 | R\$ 3,39  | R\$ 3.413,73            |
| DOSAGEM DE TROPONINA   | 424  | R\$ 15,17 | R\$ 6.432,08            |
| DOSAGEM DE UREIA   | 1335 | R\$ 3,12  | R\$ 4.165,20            |
| DOSAGEM DE ALBUMINA  | 156  | R\$ 8,76  | R\$ 1.366,56            |
| D-DIMERO   | 89   | R\$ 98,00 | R\$ 8.722,00            |
| <b>VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL VARIÁVEL - EXAMES LABORATORIAIS</b> |      |           | <b>R\$ 107.362,26</b>   |
| <b>VALOR ESTIMADO MENSAL (FIXO E VARIÁVEL)</b>                     |      |           | <b>R\$ 1.927.013,81</b> |

#### ESTIMATIVA DE PARCELA ÚNICA

| DESPESA – PARCELA ÚNICA E SALDOS  |                |                 |                         |
|---|----------------|-----------------|-------------------------|
| DESCRIÇÃO   | VALOR UNITÁRIO | QUANT. ESTIMADO | VALOR TOTAL UNITÁRIO    |
| IDENTIFICAÇÃO VISUAL (PLOTAGEM, SENDO R\$ 90,00 O m²).  | R\$ 50.000,00  | 1               | R\$ 50.000,00           |
| SISTEMA DE SEGURANÇA – COM 16 CÂMARAS DE SEGURANÇA IP INTEBRAS – INCLUSO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, COLOCAÇÃO EM OPERAÇÃO, TÉCNICO POR 12 MESES – GARANTIA DE 12 MESES | R\$ 19.200,00  | 1               | R\$ 19.200,00           |
| AQUISIÇÃO DE CAMAS HOSPITALARES TIPO FAWLER MECÂNICA – ARTICULÁVEL ADULTO   | R\$ 5.825,00   | 20              | R\$ 116.500,00          |
| AQUISIÇÃO DE ITENS PERMANENTES (CONFORME PRÉVIA SOLICITAÇÃO)  | R\$ 39.000,00  | 1               | R\$ 39.000,00           |
| <b>VALOR TOTAL ESTIMADO PARCELA ÚNICA</b>   |                |                 | <b>R\$ 224.700,00</b>   |
| <b>VALOR MENSAL + PARCELA ÚNICA</b>   |                |                 | <b>R\$ 2.151.713,81</b> |

#### DETALHAMENTO DE RH

| DETALHAMENTO DE RH    |            |         |         |              |                                      |
|-----------------------|------------|---------|---------|--------------|--------------------------------------|
| CARGO                 | QTD. TRAB. | JORNADA | ESCALA  | SALÁRIO BASE | CUSTO MENSAL (ENCARGOS + BENEFÍCIOS) |
| ATENDENTE DE FARMÁCIA | 4          | 12X36   | DIA     | R\$1.799,00  | R\$13.985,85                         |
| ATENDENTE DE FARMÁCIA | 2          | 12X36   | NOTURNO | R\$1.799,00  | R\$7.681,14                          |
| AUX. DE LABORATÓRIO   | 2          | 12X36   | DIURNO  | R\$1.799,00  | R\$8.026,64                          |
| AUX. DE LABORATÓRIO   | 2          | 12X36   | NOTURNO | R\$1.799,00  | R\$9.015,97                          |



|  |    |         |                |             |                      |
|--|----|---------|----------------|-------------|----------------------|
| AUX. SERV.GERAIS   | 12 | 12X36   | DIURNO         | R\$1.415,00 | R\$46.232,30         |
| AUX. SERV.GERAIS   | 8  | 12X36   | NOTURNO        | R\$1.415,00 | R\$32.986,83         |
| AUX. ADMINISTRATIVO  | 6  | 40H/SEM | DIURNO         | R\$2.454,97 | R\$27.175,49         |
| AUX. DE ROUPARIA   | 1  | 40H/SEM | DIURNO         | R\$1.415,00 | R\$3.886,65          |
| AUXILIAR DE TI   | 1  | 40H/SEM | DIURNO         | R\$1.800,00 | R\$3.591,85          |
| BIOMÉDICO/BIOQUÍMICO<br>RT                                   | 1  | 40H/SEM | DIRUNO         | R\$4.000,00 | R\$7.163,46          |
| BIOMÉDICO/BIOMÉDICO  | 2  | 12X36   | DIRUNO         | R\$3.300,00 | R\$12.135,28         |
| BIOMÉDICO/BIOMÉDICO  | 2  | 12X36   | NOTURNO        | R\$3.300,00 | R\$13.397,73         |
| COORDENADOR DE<br>PROJETO                                    | 1  | 40H/SEM | DIURNO         | R\$7.000,00 | R\$11.167,65         |
| ENFERMEIRA (O) ADM   | 7  | 24H/SEM | DIURNO         | R\$4.364,40 | R\$53.563,65         |
| ENFERMEIRA (O)   | 23 | 24H/SEM | DIURNO/NOTURNO | R\$4.364,40 | R\$191.300,01        |
| FISIOTERAPEUTA   | 5  | 24H/SEM | DIURNO         | R\$4.364,40 | R\$36.145,19         |
| JARDINEIRO   | 1  | 40H/SEM | DIRUNO         | R\$1.415,00 | R\$3.886,65          |
| MAQUEIRO   | 2  | 12X36   | DIURNO         | R\$1.415,00 | R\$5.893,75          |
| MOTORISTA  | 3  | 12X36   | DIURNO         | R\$1.610,01 | R\$9.677,93          |
| MOTORISTA  | 2  | 12X36   | NOTURNO        | R\$1.610,01 | R\$7.067,89          |
| NUTRICIONISTA  | 1  | 40H/SEM | DIURNO         | R\$4.364,40 | R\$7.262,08          |
| RECEPCIONISTA  | 4  | 12X36   | DIURNO         | R\$1.863,00 | R\$16.043,88         |
| RECEPCIONISTA  | 4  | 12X36   | NOTURNO        | R\$1.863,00 | R\$17.469,28         |
| SUPERVISOR DE RH   | 1  | 40H/SEM | DIURNO         | R\$4.000,00 | R\$6.740,55          |
| TEC. DE ENFERMAGEM   | 45 | 30H/SEM | DIURNO         | R\$2.267,05 | R\$206.516,62        |
| TEC. DE SEGURANÇA DO<br>TRABALHO                             | 1  | 40H/SEM | DIRUNO         | R\$3.000,00 | R\$5.309,30          |
| TÉCNICO (A) PGRSS  | 1  | 40H/SEM | DIURNO         | R\$3.000,00 | R\$5.309,30          |
| TÉCNICO DE<br>LABORATÓRIO                                    | 4  | 12X36   | DIURNO         | R\$2.454,99 | R\$17.741,32         |
| VIGIA  | 2  | 12X36   | DIURNO         | R\$1.415,00 | R\$5.893,75          |
| <b>VALOR ESTIMADO MENSAL - RECURSOS HUMANOS COM ENCARGOS</b> |    |         |                |             | <b>R\$792.267,99</b> |



Conselheiro Lafaiete, 14 de março de 2025.

**OFÍCIO Nº 019/2025 - DPGS/SMS/PMCL**

**REF.:** Resposta Ofício nº 023/2025 – Solicitação de Informações

Ao Sr. Roberto Sant'Ana Lisboa Batista  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete/MG.

**CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE - MG**

**RECEBIDO EM:** 26 / 03 / 2025

**ASSINATURA:** Pedro Augusto de Almeida

Prezado,

Com os cordiais cumprimentos, servimo-nos do presente, em relação ao ofício nº 023/2025, de 06 de março de 2025, para apresentarmos os devidos esclarecimentos acerca de contratos firmados com ICISMEP para gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento - UPA, a saber:

1. O Contrato de Programa celebrado com ICISMEP para gestão compartilhada da nova UPA consta assinado conforme cópia anexa;
2. Anexo;
3. Não há demais contratos vigentes para prestação de serviços. Entretanto, cumpre-nos informar que o Contrato de Rateio Administração/Saúde, resultante do consorciamento ao ICISMEP, possibilita aos municípios consorciados a execução de 50% da parcela de contribuição mensal revertidas em contratação de serviços de saúde, conforme entendimento e necessidade;
4. Contrato Rateio Administração/Saúde, anexo.

Atenciosamente,

  
**JUNIOR MATEUS DIAS**  
Diretor de Planejamento e Gestão  
Conselheiro Lafaiete/MG

  
**CARLOS ALEXANDRE DE SOUZA BOMTEMPO**  
Secretário Municipal de Saúde  
Conselheiro Lafaiete/MG.





CONTRATO DE PROGRAMA Nº01/2025

PUBLICADO

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 179/2024  
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 22/2024

CONTRATO DE PROGRAMA PARA  
GERENCIAMENTO,  
OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS  
AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE  
DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE  
PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO  
MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE  
/MG.

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, por intermédio da **Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde**. CNPJ nº 19.718.360/0001-51, com sede na Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, 10 – Centro, neste ato representado por **Leandro Tadeu Murta dos Reis Chagas, Prefeito Municipal**, portador do CPF nº. XXX.156.426-XX e **Carlos Alexandre de Souza Bomtempo**, Secretário Municipal de Saúde, portador do CPF nº XXX.205.986-XX, tendo em vista o que dispõe as Leis Municipais nº **6327 de 27 de Junho de 2024 e 6.395 de 09 de Dezembro de 2024** e, em consonância com a Lei Federal nº 11.107 de 06 de abril de 2005 regulamentada pelo Decreto nº 6.107, de 17 de janeiro de 2007 e legislação complementar. **RESOLVE** celebrar **CONTRATO DE PROGRAMA** nos termos do art. 75, XI, da Lei 14.133/21 com a **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARA OPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica Interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Das Orquídeas, nº 489, bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representado pelo seu Diretor Institucional, Sr. Eustáquio da Abadia Amaral, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, no âmbito municipal, para o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG** para atendimento à Secretaria Municipal de Saúde, mediante as seguintes cláusulas e condições:





### CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** tem por objeto o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDOS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG** pela **CONTRATADA**, conforme cláusulas a seguir, as quais passam a integrar o presente contrato, independentemente de transcrição.

§ 1º – O objeto contratual executado deverá atingir o fim a que se destina, com eficácia, qualidade e resultados esperados, conforme definidos nos anexos deste instrumento.

§ 2º – A execução material do objeto poderá ser efetivada por contratação de terceiros, com credibilidade e idoneidade, mantidas as responsabilidades inerentes à Instituição de Cooperação.

§ 3º – Fazem parte integrante deste **CONTRATO**, os seguintes anexos:

- Anexo I – Plano de Trabalho;
- Anexo II – Indicadores e Metas;
- Anexo III - Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis;
- Anexo IV - Termo de Permissão de Uso de Bem Imóvel;
- Anexo V - Planilha de Estimativa de Custos.

### CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DO CONSÓRCIO

I – Na área de gestão:

a) Assegurar a organização, administração e gerenciamento compartilhado da Unidade que é objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, por meio do desenvolvimento de técnicas modernas e adequadas que permitam o desenvolvimento da estrutura funcional e a manutenção física da referida Unidade e de seus equipamentos, além do provimento dos insumos necessários à garantia do seu pleno funcionamento, conforme previsto na planilha de custo;

b) Manter através de gestão compartilhada com o Município de Conselheiro Lafaiete a Unidade de Pronto Atendimento, bem como todos os seus serviços, conforme definido no objeto do **CONTRATO DE PROGRAMA**, atendendo às obrigações constantes das especificações técnicas previstas nos Anexos que integram este e daquelas estabelecidas na legislação referente ao Sistema Único de Saúde – SUS, bem como, nos demais diplomas federal e municipal que regem a presente contratação;

c) Cumprir as condições estabelecidas neste projeto durante todo o prazo de vigência do **CONTRATO DE PROGRAMA**;

d) Contratar pessoal nos casos de demanda comprovada, após o aproveitamento dos recursos humanos disponíveis, mediante processo seletivo simplificado, com critérios objetivos, sendo a ampliação de pessoal objeto de reajuste de valor contratual;

e) Executar o objeto do contrato conforme especificado, responsabilizando-se exclusiva e integralmente pelo pessoal contratado utilizado, incluindo os encargos trabalhistas, previdenciários, tributários, sociais, fiscais e comerciais, resultantes de vínculo empregatício, e, inclusive de acidente de trabalho relativo à mão de obra utilizada, sem nenhuma transferência de responsabilidade para o **CONSORCIADO**;

f) Assumir os riscos inerentes a atividade, bem como todos e quaisquer ônus relativos a impostos, taxas, obrigações trabalhistas e aqueles pertinentes a Seguridade Social;

g) Manter a capacitação permanente dos profissionais que prestam os serviços relacionados ao presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;

h) Implantar serviço de logística de suprimentos, a fim de garantir adequado fornecimento de materiais, equipamentos e medicamentos à unidade de saúde que compõem o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**;





- i) Elaborar proposta de regimento interno, protocolo de funcionamento, ou instrumento do gênero, da Unidade de Pronto Atendimento, a qual deverá ser submetida ao crivo da Administração Municipal para aprovação. Após a aprovação o mesmo deverá ser implantado.
- j) Gerar e fornecer para os órgãos fiscalizadores e reguladores relatórios estatísticos e gerenciais de acordo com o interesse do gestor municipal;
- k) Assumir solução rápida e efetiva de problemas gerados na realização dos procedimentos ou atrasos junto ao paciente, servidores e Secretaria Municipal de Conselheiro Lafaiete, sendo as deliberações tomadas em conjuntos com os Diretores/Servidores da UPA;
- l) As respostas do SADT (Serviço de Apoio Diagnóstico Terapêutico) para a população serão de responsabilidade do contratado, exclusivamente em relação aos exames contemplados neste contrato;
- m) Implementar o organograma previsto em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde para a unidade no prazo de 60 (sessenta) dias do início do Contrato, sendo que, qualquer alteração do mesmo deverá ser submetida e aprovada pela Secretaria Municipal de Saúde.

## **II – Na área de Assistencial:**

- a) Atender exclusivamente aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS na unidade objeto do contrato e garantir:
  - A universalidade de acesso aos serviços de saúde prestados;
  - A integralidade da assistência dentro da sua capacidade instalada;
  - A implementação da Política Nacional de Humanização no atendimento aos usuários do Sistema Único de Saúde - SUS, contemplando o Acolhimento com Classificação de Risco;
  - A resolubilidade e a qualidade do serviço ofertado aos usuários do SUS;
  - Condições para manutenção e obtenção de novas habilitações para as unidades objeto deste contrato perante o Ministério da Saúde (MS).
- b) Atuar de forma a atingir elevados índices de satisfação, conforme indicadores de qualidade dos serviços;
- c) Implementar protocolos assistenciais, que visem melhorar a qualidade da assistência prestada ao paciente.

## **III – Na execução do serviço:**

- a) Responsabilizar-se pelo custeio da Unidade no que se refere a materiais de consumo, manutenção predial, manutenção preventiva e corretiva de equipamentos e demais despesas, conforme previsto na planilha de custos do contrato, que são inerentes a operacionalização e funcionalidade dos serviços, sendo de responsabilidade do contratado a aquisição dos referidos insumos;
- b) Disponibilizar alimentação, compreendida em pão e marmitex, aos usuários e profissionais da unidade objeto deste Contrato de Programa;
- c) Quando houver manifestação de interesse por parte do município, o consórcio Contratado poderá realizar a reforma e/ou ampliação da unidade objeto deste contrato. Para tanto será celebrado entre as partes termo aditivo ao contrato para a inclusão da respectiva rubrica com precificação deste serviço, com definição da planilha que será observada a necessidade de planejamento com o plano de trabalho da expansão a ser realizada avaliada pelo conselho de saúde, priorizando a economicidade, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012;
- d) Responsabilizar-se por todas as ações e medidas necessárias a emissão e manutenção dos alvarás de funcionamento e sanitário junto às repartições competentes, necessários à execução dos serviços



objeto do presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, exceto de adequação física e estrutural da unidade;  
e) Manter atualizado o prontuário dos pacientes, assim como registro e arquivo dos procedimentos realizados, conforme determinação dos Conselhos Regionais ou Órgãos que fiscalizam o exercício profissional (data, avaliação ou impressão de procedimentos realizados, diagnóstico, conduta, carimbo e assinatura do profissional responsável), sendo que o lançamento da produção no sistema, ficará sob responsabilidade do Consórcio;

f) Manter registro atualizado de todos os atendimentos efetuados na Unidade, no Sistema de Informações Ambulatoriais do SUS, disponibilizando, a qualquer momento, ao **CONSORCIADO** e às auditorias do SUS, as fichas e prontuários dos usuários, em meio físico ou eletrônico certificado, assim como os demais documentos que comprovem a confiabilidade e segurança dos serviços prestados;

g) Observar todos os direitos dos usuários, inerentes aos serviços de saúde, como:

- Não utilizar nem permitir que terceiros utilizem o paciente para fins de experimentação;
- Justificar ao paciente ou responsável, por escrito, as razões técnicas alegadas quando da decisão de não realização de qualquer ato previsto neste contrato, encaminhando cópia da correspondência à Secretaria Municipal de Saúde;
- Atender os pacientes com dignidade e respeito, de modo universal e igualitário mantendo sempre a qualidade na prestação de serviço;
- Garantir o fornecimento do serviço a qualquer pessoa, sem discriminar ou estabelecer diferenças de tratamento entre usuários, nos termos previstos na legislação aplicável e no **CONTRATO DE PROGRAMA**;
- Formalizar a justificativa das razões técnicas da não realização de qualquer ato profissional quando requerido pelo paciente ou por seu responsável;
- Esclarecer aos usuários sobre seus direitos e assuntos pertinentes aos serviços oferecidos;
- Respeitar a decisão do usuário ao consentir ou recusar prestação de serviços de saúde, desde que firmado termo de responsabilidade, salvo nos casos de iminente perigo de morte ou obrigação legal;
- Garantir a confidencialidade dos dados e informações relativas aos usuários;
- Assegurar a presença de um acompanhante às consultas de crianças, gestantes e idosos;
- Garantir atendimento igualitário aos usuários, exceto nos casos previstos em lei.

h) Assistir de forma abrangente aos usuários e alimentar, fidedignamente, o Sistema de Informações utilizado pelo município, segundo os critérios do **CONSORCIADO**, de acordo com as normas do Ministério de Saúde - MS;

i) Manter quadro de recursos humanos qualificados e compatíveis com o porte da Unidade e com os serviços prestados, conforme estabelecido nas normas sanitárias, para funcionamento adequado e ininterrupto e outras normas detalhadas neste Instrumento;

j) Informar a Relação Nominal dos Profissionais em exercício, com número do registro junto aos Conselhos Regionais/Federal ou órgão que fiscaliza o exercício do profissional compatível com o objeto deste;

k) Incluir, na implantação da imagem corporativa dos uniformes dos trabalhadores **CONTRATADOS**, a programação visual padronizada das unidades de saúde do SUS, disposta na Portaria n.º 2838/MS, de 01/12/2011, e disposto no Manual de Identidade Visual (Versão 1.0) de abril de 2012, além do logotipo da Unidade e ou da Gestão Municipal e da **CONSÓRCIO**, quando possível;

l) Arcar com todo e qualquer dano ou prejuízo, de qualquer natureza, causados ao **CONSORCIADO**, usuários e/ou a terceiros por sua culpa, em consequência de erro, negligência ou imperícia, própria ou de auxiliares e profissionais que estejam sob sua responsabilidade na execução





dos serviços contratados;

- m) Manter durante toda a execução do Contrato a compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, bem como todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na época da contratação;
- n) Em nenhuma hipótese cobrar direta ou indiretamente do paciente por serviços médicos ou outros complementares referente à assistência a ele prestada pelo profissional médico;
- o) Responsabilizar-se por cobrança indevida feita ao paciente ou a seu representante, por profissional que esteja sob sua responsabilidade ou preposto, em razão da execução deste Contrato, garantido ao **CONSÓRCIO** o direito de regresso em face do profissional que efetivou a cobrança;
- p) Dispor da informação oportuna dos usuários atendidos ou que lhe sejam referenciados para atendimento, registrando seus dados contendo no mínimo: nome, documento de identificação com foto, cartão SUS e endereço completo de sua residência, por razões de planejamento das atividades assistenciais.
- q) Implantar em conjunto com a Secretaria Municipal de Saúde manuais de rotinas que busquem padronizar as atividades administrativas, tais como faturamento, gerência de almoxarifado e patrimônio, dentre outros;
- r) Enviar à SMS, até o dia 20 do mês subsequente ao das atividades desenvolvidas ou no dia útil que lhe for imediatamente posterior, todas as informações sobre as atividades desenvolvidas nas Unidades, bem como sobre relatório assistencial demonstrando o cumprimento de metas e indicadores.
- s) Anexar, juntamente a Demonstração de Execução, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos federais, municipais, estaduais, trabalhistas e de fundo de garantia por tempo de serviço – FGTS. Em caso de atraso nos pagamentos, a empresa será notificada e terá 15 (quinze) dias para regularizar a situação. Em caso de não resolução ou justificativa devidamente fundamentada e comprovada, serão tomadas as providências legais;

### III – Na melhoria do serviço:

- a) Incentivar o uso seguro de medicamentos, procedendo-se a notificação de suspeita de reações adversas, por meio de formulários e sistemáticas do **CONSORCIADO**;
- b) Realizar seguimento, análise e adoção de medidas de melhoria diante das sugestões, queixas e reclamações que receber com respostas aos usuários, no prazo máximo de 30 dias;
- c) Toda interpelação acerca do serviço público prestado pelo **CONSÓRCIO**, feita por autoridade ou por pessoa do povo, deve ser prontamente respondida, observada as disposições da Lei nº 12.527/11;
- d) Garantir que toda medida de mudanças de oferta de serviços, nos fluxos de atenção consolidados, na estrutura física da Unidade tenha a prévia ciência e aprovação do **CONTRATANTE**;
- e) Comunicar, ao **CONSORCIADO** e ao Serviço de Patrimônio, todas as aquisições e obsolescência de bens móveis que forem realizadas, no prazo máximo de 30 dias após sua ocorrência, quando estas estiverem diretamente relacionadas ao objeto deste ajuste ou tenham sido realizadas para auxiliar no cumprimento das obrigações previstas neste contrato;
- f) Permitir o livre acesso das Comissões instituídas pelo **CONSORCIADO**, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;
- g) Permitir o livre acesso do Departamento de Controle, Avaliação e Auditoria e das Comissões instituídas pelo **CONSORCIADO**, do Sistema Nacional de Auditoria do SUS e da Vigilância Sanitária, em qualquer tempo e lugar, a todos os atos e fatos relacionados direta ou indiretamente com





este Instrumento, quando em missão de fiscalização, avaliação ou auditoria;

h) Cumprir, dentro dos prazos estabelecidos, as obrigações expressamente previstas no **CONTRATO DE PROGRAMA** e de outras decorrentes da natureza dos serviços a serem prestados.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONSORCIADO**

Para o cumprimento das atividades decorrentes deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, a Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, se obriga a:

- 1) Fiscalizar e acompanhar através do Controle, Avaliação e Auditoria ou outro a quem a Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete determinar, a prestação de serviços pelo **CONSÓRCIO**;
- 2) Fiscalizar periodicamente ou quando solicitado, através dos órgãos de Controle Sanitário, a conformidade do funcionamento do **CONSÓRCIO** nos termos da legislação em vigor;
- 3) Exercer o controle, avaliação e regulação dos serviços a serem prestados, autorizando todos os procedimentos a serem realizados que envolvam a assistência ambulatorial ao paciente. A existência de serviço de controle e avaliação municipal não eximirá o **CONSÓRCIO** de nenhuma responsabilidade técnica;
- 4) Rejeitar com a devida justificativa, qualquer serviço que tenha sido executado fora das especificações do Contrato;
- 5) Notificar o **CONSÓRCIO** por escrito, fixando-lhe prazo para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do contrato;
- 6) Prestar esclarecimentos e informações ao **CONSÓRCIO** que visem orientá-lo na correta prestação dos serviços e metas pactuadas, dirimindo as questões omissas neste Instrumento;
- 7) O registro das atividades desenvolvidas na unidade, bem como sobre o relatório assistencial de demonstração de cumprimento das metas em indicadores, deverão ser devidamente registradas no RDQA (Relatório Detalhado do quadrimestre Anterior) e o RAG (Relatório Anual de Gestão) e atualizadas conforme as orientações e requisitos estabelecidos pelo contratado, sendo de responsabilidade da parte contratada a integridade e a precisão dessas informações;
- 8) O transporte de pacientes referenciados a outros atendimentos será de responsabilidade do município, sendo o fluxo de atendimentos vinculado ao **POA (Plano Operativo Anual)**, o qual regerá as condições, prazos e responsabilidades do transporte, garantindo a conformidade com os protocolos estabelecidos;
- 9) Disponibilizar ao **CONSÓRCIO** estrutura física existente para funcionamento da unidade de saúde objeto desse contrato, recursos financeiros, matérias permanentes, equipamentos e instrumentos para a organização, administração e gerenciamento das unidades, compreendendo energia elétrica, abastecimento de água, telefonia fixa e rede de dados. Em relação ao transporte de pacientes, a obrigação será vinculada no POA;
- 10) Prover o **CONSÓRCIO** dos recursos financeiros necessários ao fiel cumprimento da execução deste Contrato, conforme valores previamente estipulados no orçamento anual e orçamentos dos exercícios subsequentes;
- 11) Realizar o acompanhamento e a fiscalização, mensalmente, por meio de Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do **CONTRATO DE PROGRAMA**, a qual observará, *IN-LOC'O* e nos relatórios apresentados, o desenvolvimento e cumprimento das atividades de assistência prestada pelo **CONSÓRCIO** aos usuários da unidade;
- 12) A supervisão e avaliação da prestação de serviço estará a cargo do serviço de Controle, Avaliação e Auditoria ou outro a quem a Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete determinar, a qual poderá:

- determinar que sejam refeitos os serviços já executados que não tiverem sido satisfatórios, sem ônus para SMS;





- determinar o reforço de equipamento ou pessoal caso avalie que os disponibilizados não sejam suficientes para execução dos exames no prazo e qualidade determinados;
- solicitar alteração nos fluxos de atendimento e agendamento visando melhoria do atendimento prestado;
- aplicar as sanções e penalidades previstas neste **CONTRATO DE PROGRAMA** e concomitantemente com as previstas no Regulamento Técnico do Controle, Avaliação e Auditoria do Componente Municipal do Sistema Nacional de Auditoria de Conselheiro Lafaiete ou outro documento que vier a substituí-lo.

#### CLÁUSULA QUARTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O prazo de vigência do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** será por 12 meses, iniciando-se a partir de 01/03/2025 e encerrando-se em 28/02/2026, podendo ser prorrogado nos termos da Lei 14.133/21, após demonstrada e justificada a necessidade do serviço prestado para a consecução dos objetivos estratégicos do SUS/Conselheiro Lafaiete.

#### CLÁUSULA QUINTA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

1. O presente **CONTRATO DE PROGRAMA** poderá ser alterado a qualquer momento, de comum acordo entre as partes, por meio de Termo Aditivo, precedido de justificativa escrita e autorização da Secretaria Municipal de Saúde, após análise e deliberação do Conselho de Saúde que terá prazo máximo de 60 (sessenta) dias para manifestar.
2. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
3. O **CONSÓRCIO** é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
4. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
5. Qualquer alteração nos itens 03 e 04 deverá ser precedido de apresentação de impacto financeiro e de resultado.

#### CLÁUSULA SEXTA – DOS RECURSOS FINANCEIROS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros para a execução do objeto deste Contrato serão alocados para o **CONSÓRCIO** mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pelo **CONSÓRCIO**, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo.

**Parágrafo único** – Para a execução do objeto deste Instrumento, o **CONSÓRCIADO** repassará o recurso financeiro ao **CONSÓRCIO** mensalmente, no prazo e condições constantes deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, conforme Nota de empenho respectiva, e os recursos necessários à contratação correrão à conta da seguinte dotação orçamentária:

26.001.10.302.8.2038.3.3.93.39 Ficha 836 Fonte 1.500.000.1002  
26.001.10.302.8.2040.3.3.93.39 Ficha 828 Fonte 2.621.000.0000

#### CLÁUSULA SÉTIMA – DO VALOR ESTIMADO DO CONTRATO DE PROGRAMA

O valor total estimado do contrato é de **R\$ 24.388.148,81** (vinte e quatro milhões e trezentos e oitenta e oito mil e cento e quarenta e oito reais e oitenta e um centavos) previstos inicialmente para a sua vigência. Com estimativa mensal de **R\$ 2.022.600,12** (dois milhões e vinte e dois mil e seiscentos reais e doze



centavos). Será ainda previsto um valor de **R\$ 116.947,37** (cento e dezesseis mil e novecentos e quarenta e sete reais e trinta e sete centavos) referente a despesas em parcela única.

§ 1º – O valor mensal estimado será composto de 01 (uma) parcela fixa, correspondente a 2/3 (dois terços) do valor estabelecido + 50% da estimativa de exames laboratoriais, e de 03 (três) parcelas variáveis, uma correspondente a 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, estando o repasse desta condicionado ao cumprimento de metas em indicadores definidos no ANEXO I, outra parcela variável referente a prestação de serviços médicos mediante execução atestada pelo município, e outra parcela variável referente ao restante dos serviços de laboratório.

§ 2º – Quaisquer recursos financeiros oriundos do Sistema Único de Saúde - SUS, de custeio e/ou investimento, que exijam complementação pelo **CONSORCIADO** além do valor estabelecido no caput desta cláusula, deverão ser objeto de análise prévia pelo **CONSORCIADO** e aplicados pelo **CONSÓRCIO** respeitando as regras de financiamento, gestão e gerência do Sistema Único de Saúde – SUS.

| CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO ESTIMADO  |                  |                    |                    |
|--|------------------|--------------------|--------------------|
| DESCRIÇÃO DO SERVIÇO   | VALOR DA PARCELA | DATA EMISSÃO DA NF | DATA DE PAGAMENTO  |
| FIXA (2/3 DO VALOR DAS DESPESAS FIXAS MENSAL ESTIMADO + 50% DO VALOR ESTIMADO PARA EXAMES LABORATORIAIS) | R\$ 930.572,42   | DIA 20 DE CADA MÊS | DIA 30 DE CADA MÊS |
| PARCELA VARIÁVEL (1/3 DO DO VALOR FIXO MENSAL ESTIMADO)  | R\$ 442.214,73   | DIA 15 DE CADA MÊS | DIA 20 DE CADA MÊS |
| PARCELA VARIÁVEL 50% SERVIÇOS LABORATORIAIS  | R\$ 46.142,97    | DIA 10 DE CADA MÊS | DIA 15 DE CADA MÊS |
| PARCELA VARIÁVEL - SERVIÇOS MÉDICOS  | R\$ 603.670,00   | DIA 05 DE CADA MÊS | DIA 10 DE CADA MÊS |
| PARCELA ÚNICA  | R\$ 116.947,37   | -                  | -                  |
| VALOR TOTAL MENSAL ESTIMADO + PARCELA ÚNICA  |                  | R\$ 2.139.547,49   |                    |

§ 3º- Os elementos de precificação deste instrumento contratual foram estabelecidos considerando objetos comuns à composição de custos de cada rubrica. Quando da execução dos serviços, a **CONTRATANTE** deverá se ater ao que estiver delimitado financeiramente nas previsões de cada rubrica e à sua essência, ou seja, itens da mesma natureza, e não deverá considerar necessariamente cada item, objeto ou material de forma nominal, possibilitando a flexibilidade pertencente à essência do contrato ora pactuado, cujo cerne é o cumprimento de metas/indicadores.

§ 4º – O **CONSORCIADO** e o **CONSÓRCIO** poderão acordar a execução de intervenções de aumento de capacidade ou melhoria, investimentos em tecnologias, como instalação de software e mídias, entre outros bem como o reequilíbrio financeiro com as devidas justificativas, as quais incorporarão ao **CONTRATO DE PROGRAMA** e serão objeto de termo aditivo e/ou recomposição do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, desde que prévia e devidamente justificada e precedida de autorização pela Secretaria Municipal de Saúde, nos termos da Lei Complementar nº 141/2012.

§ 5º – Os repasses referentes aos investimentos previstos no parágrafo anterior serão efetuados pelo **CONSORCIADO** mediante termo aditivo e/ou processo administrativo específico, onde serão descritos as justificativas e o detalhamento do aporte financeiro a ser realizado, podendo o repasse ser de valor total ou complementar ao investimento que será realizado pela próprio **CONSÓRCIO** nos



termos da Lei Complementar nº 141/2012.

#### CLÁUSULA OITAVA – DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O pagamento referente a esse contrato se divide em dois formatos, sendo compostos por um valor fixo mensal correspondente a 2/3 do valor mensal estimado e por um valor variável mensal correspondente a 1/3 do valor mensal, excetuando o valor dos serviços médicos e exames laboratoriais, que também serão faturados como parcela variável, de acordo com a produção.

##### 1. Parcela fixa:

A) O valor da parcela fixa será o valor correspondente a 2/3 da despesa fixa mensal e 50% do valor estimado para a realização dos exames laboratoriais, mediante crédito bancário, em moeda corrente, em conta corrente mantida junto ao banco indicado pela CONTRATADA, valendo o respectivo aviso de crédito emitido pelo banco pagador como recibo.

##### 2. Parcela Variável:

A) No tocante à parte variável, esta será quitada em 03 (três) parcelas, devendo a primeira, referente aos serviços médicos, ser paga até o dia 10 (dez) mês subsequente, de acordo com o número de plantões médicos realizados no mês anterior. A segunda correspondente ao 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, excetuando os serviços médicos, que deverá ocorrer até o dia 20 (vinte) do mês subsequente. Já a terceira correspondente ao serviço de laboratório, que deverá pago 50% (cinquenta por cento) do valor estimado mensal junto a parcela fixa, e os outros 50%, deverá ser quitada até o dia 15 (quinze) do mês subsequente de acordo com a apuração da produção mensal;

B) O valor da primeira parcela variável, afetos à prestação de serviços médicos, será apurado de acordo com o relatório de plantões médicos realizados no mês anterior, e atestado pelo município, devendo todos os relatórios de execução dos serviços estar anexados aos documentos de cobranças/notas fiscais emitidas pelo CONSÓRCIO;

C) O valor da segunda parcela variável, 1/3 (um terço) do valor estimado mensal, estará condicionada a cumprimento de metas em indicadores estabelecidos, passível de eventuais glosas apuradas no mês de referência, pela Comissão de Avaliação através do Relatório Assistencial com a demonstração de execução mensal;

D) O valor da terceira parcela variável, referente à produção laboratorial, será apurado através de relatório de produção mensal, atestado pelo município, devendo todos os relatórios de execução estar anexados aos documentos de cobranças/notas fiscais emitidas pelo CONSÓRCIO;

E) As Metas e os Indicadores poderão ser revistos a qualquer tempo, devendo constar no plano de trabalho, de comum acordo entre as partes, quando o interesse público e o equilíbrio contratual o exigir, ou havendo Portarias normatizadoras definindo novas metas e/ou indicadores;

F) O desconto previsto no item C será aplicado à partir do 3º mês do início do Contrato, em função da necessidade de assegurar ao CONSÓRCIO o período necessário para iniciar a prestação de serviços, bem como adequar as operações da entidade aos seus parâmetros funcionais, visando a sustentabilidade do serviço, bem como a continuidade da prestação de serviços pela contratada;

§ 1º. O CONSORCIADO deverá efetuar o pagamento da Nota Fiscal em até 10 (dez) dias úteis, casos não haja inconsistências, respeitado o mesmo período de pagamento no caso de ocorrerem correções nesta;



§ 2º - Ficará a cargo do **CONSORCIADO** o pagamento referente a vencimentos e encargos sociais dos servidores efetivos cedidos pela Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete;

§ 3º - O valor mensal para o Gerenciamento objeto desse Contrato, bem como seus detalhamentos e divisões por serviços, constará na **TABELA DE GERENCIAMENTO DE SERVIÇOS - SAÚDE**, e referente às **UNIDADES E SERVIÇOS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**;

§ 4º - Do valor mensal indicado neste instrumento, destaca que o percentual de 5% do total referente à cobertura tributária (PASEP 1%) e aos custos operacionais afetos à gestão do **CONSÓRCIO**;

§ 5º - Os valores afetos à prestação de serviços médicos plantonistas, exames laboratoriais serão pagos mediante a apresentação de relatórios comprobatório de plantões realizados e de relatório de produção de exames laboratoriais, atestados pelo município;

§ 6º - Os valores afetos às parcelas únicas serão faturados junto a parcela variável do mês de comprovação de aquisição dos itens ou da execução das prestações de serviços.

G) A liberação de parcelas de repasse nas datas avençadas no presente contrato é a condição essencial para assegurar ao **CONSÓRCIO** as condições necessárias para a prestação do serviço assistencial de saúde aos usuários, atendendo às condições mínimas constantes no Quadro de Indicadores de Desempenho.

#### **CLÁUSULA NONA – DO REAJUSTE, DA REPACTUAÇÃO E DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

§ 1º - Deverá ser reajustado o valor deste contrato, ocorrendo alteração no valor dos serviços constantes nos Anexos, em decorrência de inclusão de novo serviço/atividade profissional, alteração de pisos ou majoração de valor devidamente justificada;

§ 2º - Deverá haver reequilíbrio econômico-financeiro do instrumento contratual na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual;

- Considerando que o cerne da contratação é a gestão associada de serviços de saúde executados nas Unidade de Pronto Atendimento, inclusive com contratação de pessoal com dedicação exclusiva de mão-de-obra, será devida a repactuação de preços, como espécie de reajuste contratual, sendo imprescindível, para tanto, a demonstração analítica de alteração dos custos por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços, bem como do novo acordo, convenção ou dissídio coletivo que fundamenta a repactuação, devendo ser formalizado por mera apostila.

- Para tanto, serão observadas, por analogia, as disposições constantes na Instrução Normativa nº05, de 26 de maio de 2017, do Ministério do Planejamento, desenvolvimento e gestão/Secretaria de Gestão, que dispõe sobre as regras e diretrizes do procedimento de contratação dos serviços sob regime de execução indireta no âmbito da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, no que couber.





#### CLÁUSULA DÉCIMA – DA DEMONSTRAÇÃO DE EXECUÇÃO

A CONTRATADA ficará responsável pela apresentação da demonstração da execução mensalmente, até o dia 20 (vinte) do mês subsequente por meio de relatório pertinente a execução mensal deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, contendo demonstrativos de cumprimento de metas e indicadores, os comprovantes de recolhimento dos encargos sociais e previdenciários relativos ao mês anterior, acompanhada das certidões negativas de débitos, federal, estadual e municipal, trabalhistas e de FGTS – Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

#### CLÁUSULA DÉCIMA – PRIMEIRA - DO ACOMPANHAMENTO, FISCALIZAÇÃO E AVALIAÇÃO PELA CONTRATANTE

O CONSORCIADO instituirá mecanismos de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, envolvendo as áreas correlacionadas, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a assinatura do Contrato.

**Gestor do Contrato:** Marcelo Barbosa

**Fiscal:** Aline Valente Pires

**Fiscal:** Graciele Aparecida de Almeida Romão

**Fiscal:** Ana Paula Amorin

**Fiscal:** Stella Costa Silva

**Fiscal:** Giuliano Rubatino Nogueira

**Fiscal:** Jaqueline Lúcia Canuto dos Santos

§ 1º – A Comissão de Acompanhamento e Fiscalização do cumprimento das metas e indicadores deste **CONTRATO DE PROGRAMA** será executado pela Secretaria Municipal de Saúde, sendo composta por:

I – 04 (quatro) membros indicados dois pela Secretaria Municipal da Saúde, e dois indicados pelo Conselho de Saúde, sendo no mínimo um integrante profissional de saúde.

II – 01 gestor de contrato nomeado pelo Secretário de Saúde.

§ 2º – A Secretaria Municipal de Saúde ou quem está determinar, deverá analisar a documentação, com respectiva documentação comprobatória apresentadas pela Contratada e emitir Relatório de Conclusão informando o alcance das metas contratuais dentro do mês de referência em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento destes relativos a:

- a) Grau de atingimento das metas acordadas;
- b) Padrão de qualidade na execução dos serviços;
- c) Satisfação do usuário e outros aspectos que entender necessários.

§ 3º – A execução do presente instrumento será acompanhada pelo gestor e fiscal acima especificados, por meio dos dispostos nesse contrato, seus anexos e instrumentos definidos pelo **CONSORCIADO**.

§ 4º – A análise da documentação comprobatória do cumprimento das metas dos indicadores contratuais e a emissão de relatório de Conclusão após o envio da demonstração de execução ao **CONSORCIADO** pelo **CONSORCIO** será realizada pela Comissão instituída pela Secretaria Municipal de Saúde.

§ 5º – O relatório conclusivo deverá ser objeto de criteriosa análise pela Secretaria Municipal de Saúde, que determinará, ao **CONSORCIO**, as correções, que eventualmente se fizerem necessárias, para garantir a plena eficácia do **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 6º – O **CONSORCIO** após receber o relatório técnico, terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentar justificativas, que serão analisadas pela comissão de acompanhamento e fiscalização no prazo de 5 (cinco) dias, emitindo-se o relatório conclusivo que será encaminhado a secretaria



municipal de saúde.

§ 7º – Após ciência e aprovação do Parecer Final pela Secretaria Municipal de Saúde, o mesmo deverá ser encaminhado ao Controle Interno da Prefeitura Municipal de Conselheiro Lafaite para as providências cabíveis, ficando toda documentação disponível a qualquer tempo sempre que requisitada.

§ 8º – A Secretaria Municipal de Saúde disponibilizará o relatório conclusivo no Portal da Prefeitura do Município de Conselheiro Lafaite na internet.

§ 9º – A Secretaria Municipal de Saúde ou quem está determinar, ao tomar conhecimento de qualquer irregularidade na utilização de recursos ou bens de origem pública, dará ciência ao Prefeito e ao Ministério Público, para as providências cabíveis, sob pena de responsabilidade solidária.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - SEGUNDA – DOS BENS PÚBLICOS**

Juntamente à descentralização do serviço, estarão em permissão de uso da **CONTRATADA** todos os equipamentos, máquinas, aparelhos, acessórios e, de modo geral, os demais bens públicos vinculados à operação e manutenção da Unidade de Pronto Atendimento necessários ao cumprimento do **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 1º – O **CONSÓRCIO** e o **CONSORCIADO** farão vistoria dos bens cedidos, e anexarão, no prazo máximo de 30 dias da assinatura do termo de permissão de uso de bens móveis e semipermanentes, constante no Anexo II, inventário do patrimônio a ser cedido à **CONTRATADA**.

§ 2º – O **CONSÓRCIO** obriga-se a manter em bom estado de funcionamento, conservação e segurança os bens disponibilizados durante toda a vigência deste instrumento, necessários ao bom desempenho do serviço nos termos previstos neste **CONTRATO DE PROGRAMA**.

§ 3º – Os bens móveis e semipermanentes públicos permitidos poderão ser substituídos por outros de igual ou maior valor, desde que previamente autorizado pelo **CONSORCIADO** e que tenha sido providenciada a respectiva avaliação, ficando condicionado à integração dos novos bens ao patrimônio do Município de Conselheiro Lafaite.

§ 4º – Aqueles bens cujo uso não seja mais possível, serão devolvidos ao **CONSORCIADO** para que este adote as providências necessárias para a sua baixa no patrimônio da Administração e substituição por outro equipamento em condições de uso.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - TERCEIRA – DA TRANSFERÊNCIA PARCIAL DE CONTROLE DO SISTEMA EXISTENTE**

A Unidade de Pronto Atendimento e todo o seu acervo patrimonial serão transferidos para a **CONSÓRCIO**, através do recebimento da **ORDEM DE INÍCIO**, tornando-se daí em diante, até a extinção deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, de responsabilidade compartilhada entre o **CONSORCIADO** e o **CONSÓRCIO** a prestação do serviço assistencial de saúde adequado.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA -QUARTA – DA INTERVENÇÃO DO MUNICÍPIO NO SERVIÇO TRANSFERIDO**

Na hipótese de risco quanto à continuidade dos serviços de saúde prestados à população pela **CONSÓRCIO**, o **CONSORCIADO** poderá assumir, imediatamente, a execução dos serviços objeto deste Contrato, bem como, a administração da unidade, qualquer que seja o estado de conservação que se encontre.

§ 1º – Ocorrendo o previsto no sub-item acima, o **CONSORCIADO** assumirá o gerenciamento da unidade com todas as instalações, equipamentos e recursos humanos necessários para regular o funcionamento, sejam pertencentes ao **CONSÓRCIO** e/ou cedidos pelo **CONSORCIADO**.

§ 2º – Acontecendo o previsto nos sub-ítems anteriores, todas as despesas e custos decorrentes da

12/36

Rua Comendador Baeta Neves, nº 68– Centro, CEP. 36.400-000

Tel. (31) 3764-9800 Conselheiro Lafaite - MG

e-mail: depjuridico1@conselhoirlafaite.mg.gov.br





intervenção passarão a ser de responsabilidade do **CONSORCIADO** até que a intervenção seja suspensa, quando a situação emergencial for superada e/ou regularizada, com a volta do próprio **CONSÓRCIO**, se for o caso, ou com a contratação de outra Instituição de Cooperação de Saúde que venha a substituí-la ou, ainda, com a assunção direta do gerenciamento da unidade pelo próprio **CONSORCIADO** em caráter definitivo, se essa for a decisão governamental.

§ 3º – O Município possui a prerrogativa, por meio do Controle Interno do Município, de exercer a fiscalização sobre a execução e aplicação dos recursos financeiros pelo **CONSÓRCIO**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - QUINTA – DA RESPONSABILIDADE CIVIL DO CONSÓRCIO**

O **CONSÓRCIO** é responsável pela indenização de danos decorrentes de ação ou omissão voluntária, ou de negligência, imperícia ou imprudência, que seus agentes, nessa qualidade, causarem aos usuários, aos órgãos do Sistema Único de Saúde e a terceiros a esses vinculados, bem como, aos bens públicos móveis, semipermanentes e imóveis elencados neste Instrumento, sem prejuízo da aplicação das demais sanções cabíveis.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS PENALIDADES**

Aquele que inobservar os ditames de cláusula ou obrigação constante deste **CONTRATO DE PROGRAMA** e seus anexos, estará garantida a plena defesa e o contraditório, passível de sofrer as seguintes sanções:

- I- Advertência;
- II - Multa;
- III – Rescisão de Contrato.

§ 1º – A imposição das penalidades previstas no item I será proporcional à gravidade do fato que a motivar, consideradas as circunstâncias objetivas do caso, e dela será notificada o **CONSORCIO**.

§ 2º – A multa, prevista no inciso II, do caput desta cláusula, será cobrada segundo os seguintes critérios:

- I – Pelo descumprimento de qualquer cláusula do contrato, que não diga respeito diretamente à execução do objeto, multa de 0,5% a 1% (de meio ponto percentual até um por cento) referente a média do valor mensal dos serviços contratados nos últimos 3 (três) meses;
- II – Pela rescisão do contrato por culpa do **CONSORCIO**, multa de 10% (dez por cento) sobre o valor mensal dos serviços contratados;
- III – O valor de eventual multa será descontado dos pagamentos devidos ao **CONSORCIO**.

§ 3º – As sanções previstas no inciso I poderá ser aplicada com a sanção prevista no inciso II.

§ 4º – Caberá recurso à Secretaria Municipal de Saúde em face de decisão que aplicar à **CONTRATADA** quaisquer das sanções indicadas nesta cláusula, no prazo de 05 (cinco) dias, contados a partir da data de publicação, na imprensa oficial, da decisão recorrida.

§ 5º – A imposição de qualquer das sanções estipuladas nesta cláusula não elide o direito do **CONSORCIADO** de exigir indenização integral dos prejuízos que o fato gerador da penalidade acarretar para os órgãos gestores do Sistema Único de Saúde, seus usuários e terceiros, independentemente das responsabilidades criminal, civil e/ou ética do autor do fato.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - SÉTIMA – DA RESCISÃO E ENCERRAMENTO CONTRATUAL**

A rescisão do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** obedecerá às disposições contidas nos artigos 137 a 139 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, e alterações.

§ 1º – Verificada qualquer das hipóteses ensejadoras de rescisão contratual prevista no artigo 137, da





Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, o Poder Executivo providenciará a revogação dos Termos de Permissão de Uso dos bens públicos e da cessão dos servidores efetivos à disposição do **CONSÓRCIO**, não cabendo o **CONSÓRCIO** direito à indenização sob qualquer forma, salvo na hipótese prevista no § 2º, do art. 138, da Lei supracitada.

§ 2º – A rescisão contratual se dará por ato da Secretaria Municipal de Saúde, após manifestação da Procuradoria Geral do Município de Conselheiro Lafaiete, em processo administrativo, no qual será assegurado o direito ao contraditório e ampla defesa do **CONSÓRCIO**.

§ 3º – Em caso de rescisão unilateral por parte do **CONSÓRCIO** que não decorra de má gestão, culpa ou dolo do **CONSÓRCIO**, deverá este restituir eventual saldo remanescente, dos recursos repassados na forma da cláusula oitava, proporcional ao tempo de prestação de serviço creditado e que não será executado, no prazo de até 5 (cinco) dias, contados do administrativo definitivo que decidir pela rescisão.

§ 4º – Em caso de rescisão unilateral por parte do **CONSORCIADO**, deverá ser notificado ao **CONSÓRCIO** com no mínimo 60 (sessenta) dias de antecedência da data pretendida para a rescisão, contados a partir do recebimento pelo **CONSÓRCIO** da notificação de rescisão.

§ 5º – Em caso de rescisão unilateral por parte da **CONSÓRCIO**, nas hipóteses dos incisos I a V, do artigo 137, da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, está se obriga a continuar executando as atividades e serviços de saúde ora contratados, salvo dispensa da obrigação por parte do **CONSORCIADO** por um prazo mínimo de 60 (sessenta) dias, contados a partir do recebimento pelo **CONSORCIADO** da notificação de rescisão.

§ 6º – No caso do previsto nos parágrafos 3º e 4º e no caso de término de vigência, a Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete/Fundo Municipal de Saúde efetuará os repasses devidos até o término da execução do contrato, bem como o pagamento do custo da desmobilização, sem prejuízo da indenização a que o **CONSÓRCIO** faça jus por eventuais prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido.

§ 7º – Nos casos de rescisão, extinção ou término deste **CONTRATO DE PROGRAMA**, o **CONSÓRCIO** deverá disponibilizar ao **CONSORCIADO** todas as informações analisadas e armazenadas no software de gestão, bem como, providenciar a transferência de titularidade da licença para o **CONSORCIADO**.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - OITAVA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Para atender ao disposto neste **CONTRATO DE PROGRAMA**, o **CONSÓRCIO** declara que:

I – Dispõe de suficiente nível técnico assistencial, capacidade e condições de prestação de serviços que permitam maior nível de qualidade nos serviços contratados conforme a especialidade e características da demanda, especificados nos Anexos que integram o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**.

II – Não está sujeita a nenhum tipo de restrição legal que incapacite seu representante legal de firmar este **CONTRATO DE PROGRAMA**.





**ANEXO I**  
**PLANO DE TRABALHO**

|   |  |  |
|---|--|--|
| <b>Título do Projeto</b><br>Contrato de Programa para o gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24hs no município de Conselheiro Lafaiete.   | <b>Período de Execução</b><br><br>01/03/2025<br>28/02/2026 |  |
| <b>IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO</b><br><br>Gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços de saúde desenvolvidas na Unidade de Pronto Atendimento no município de Conselheiro Lafaiete.<br><br><b>DETALHAMENTO DO OBJETO</b><br><br>Prestação de serviço compreendido em gerenciamento, operacionalização e execução das ações e serviços desenvolvidos na Unidade de Pronto Atendimento UPA 24h, do município de Conselheiro Lafaiete/MG.<br><br>O serviço será executado em unidade própria do município, cedida para a prestação do serviço proposto na forma de gestão associada com o município de Conselheiro Lafaiete, na modalidade de Contrato de Programa, com atendimento de média complexidade, na atenção secundária da Rede de Atenção à Saúde, em conformidade com as normativas do Ministério da Saúde - MS, da Secretaria de Estado da Saúde – SES e Secretaria Municipal de Saúde de Conselheiro Lafaiete, obedecendo as disposições do Sistema único de Saúde – SUS.<br><br>Para a execução do gerenciamento da UPA 24h de Conselheiro Lafaiete, está previsto equipe médica, equipe de enfermagem, equipe administrativa e demais necessárias aos atendimentos aos usuários do SUS de Conselheiro Lafaiete, bem como insumos e demais serviços necessários para garantir a prestação de serviço de forma adequada e satisfatória. A equipe deverá ser responsável pelo usuário a partir de sua chegada, devendo proporcionar um atendimento acolhedor e respeitoso, como modelo de atenção que contemple um conjunto de dispositivos de cuidados que garanta a segurança do paciente.<br><br>Serão realizados atendimentos de urgência e emergência compreendidos em acolhimento, classificação de risco, procedimentos médicos e de enfermagem: investigação diagnóstica, tratamento e processos assistenciais de enfermagem e ainda serviço de apoio e diagnóstico, bem como os insumos necessários para a prestação dos serviços.<br><br>A execução do serviço proposto será realizada em conformidade com o plano de trabalho e seu detalhamento exposto nos anexos deste instrumento.<br><br>Os benefícios pertinentes a este modelo de serviço referem-se à melhoria na oferta dos serviços aos usuários, resolução dos problemas enfrentados pelo município no âmbito do gerenciamento de estabelecimentos de saúde e à integralidade do funcionamento destes sem interrupções motivadas por falta de profissionais especializados, e por parte da mão de obra necessária no município e suas reposições. |  |  |
| <b>Responsáveis Técnico pelo Município de Conselheiro Lafaiete</b><br>Carlos Alexandre de Souza Bomtempo, Lysiane de Andrade Neto Amorim e Marcelo Barbosa  |  |  |

**CLÁUSULA DÉCIMA - NONA - DA PUBLICAÇÃO**

O **CONSORCIADO** providenciará a publicação do presente **CONTRATO DE PROGRAMA** no Diário Oficial do Município e no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

**CLÁUSULA VIGESIMA - DO FORO**

1 - As partes elegem o Foro da Comarca de Conselheiro Lafaiete, como competente para dirimir toda e qualquer controvérsia resultante do presente Contrato, que não puder ser resolvida amigavelmente, renunciando, expressamente, a outro qualquer, por mais privilegiado que se configure.

E, por estarem acordes, os representantes das partes assinam o presente **CONTRATO DE PROGRAMA**, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que alcancem os jurídicos e desejados efeitos, na presença das testemunhas abaixo.

Conselheiro Lafaiete, 01 de março de 2025.

EUSTÁQUIO DA  
ABADIA  
AMARAL 05350688620

**Eustáquio da Abadia Amaral**  
Pelo Consórcio Público -- Instituição de  
Cooperação do Médio Paraopeba – ICISMEP


**Carlos Alexandre de Souza Bomtempo**  
Secretário Municipal de Saúde e Presidente  
do Fundo Municipal de Saúde

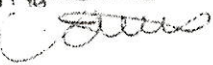
Documento assinado digitalmente

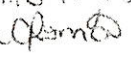
MIRIAM FREITAS NOGUEIRA ANASTACIO  
Data: 27/02/2025 11:06:58-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>


CPF: 000.000.000-00  
NOME: MIRIAM FREITAS NOGUEIRA ANASTACIO  
DATA: 27/02/2025 11:06:58-0300  
VERIFICAR: <https://validar.iti.gov.br>


**Leandro Tadeu Murta dos Reis Chagas**  
Prefeito Municipal de Conselheiro Lafaiete


Gestor do Contrato: Marcelo Barbosa  
Identidade: **MG 66679882**  
Assinatura: 

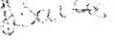
Fiscal do Contrato: Aline Valente Pires  
Identidade: **MG 12025407**  
Assinatura: 

Fiscal do Contrato: Graciele Aparecida de Almeida Romão  
Identidade: **MG 11830280**  
Assinatura: 

Fiscal do Contrato: Ana Paula Amorim  
Identidade: **MG 14729295**  
Assinatura: 

Fiscal do Contrato: Stella Costa Silva  
Identidade: **MG 11291143**  
Assinatura: 

Fiscal do Contrato: Giuliano Rubatino Nogueira  
Identidade: **MG 8807977**  
Assinatura: 

Fiscal do Contrato: Jaqueline Lúcia Canuto dos Santos  
Identidade: **MG 8324323**  
Assinatura: 

15/36





SECRETARIA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE  
Secretaria Municipal

ANEXO II  
INDICADORES DE QUALIDADE

| Indicador  | Método de aferição   | Meta física                   | Unidade de medida | Frequência de Atuação | Documentos Comprobatórios  | Fonte  | Responsável pelo Envio   | Fórmula de Cálculo  |
|--|--|-------------------------------|-------------------|-----------------------|--|--|--------------------------|---|
| Registro e atualização dos profissionais no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNEs) | Percentual de profissionais devidamente cadastrados CNEs de competência                        | 100% dos profissionais ativos | Porcentagem       | Mensal                | Lista nominal dos profissionais ativos no contrato de programa e relatório do CNEs   | Prestador de serviço e relatório de equipe do CNEs | Prestador e/ou município | $\frac{\text{N}^{\circ} \text{ total de profissionais ativos no contrato de programa}}{\text{N}^{\circ} \text{ total de profissionais cadastrados no CNEs}} \times 100$   |
| Taxa de evasão dos pacientes   | Proporção de pacientes evadidos anterior a consulta médica no serviço de urgência e emergência | ≤ 10% de taxa de evasão       | Percentual        | Mensal                | Relatório de pacientes recepcionados e relatório de pacientes com atendimento médico | Sistema de prontuário eletrônico utilizado         | Prestador e/ou município | $\frac{\text{N}^{\circ} \text{ total de pacientes recepcionados} - (\text{Número total de pacientes com atendimento médico} + \text{pacientes classificados de branco})}{\text{N}^{\circ} \text{ total de pacientes recepcionados}} \times 100$ |

*[Handwritten signatures and notes]*



|  |                                       |   |
|--|---------------------------------------|---|
| <b>Endereço</b><br>Av. Pref. Mário Rodrigues<br>Pereira, 10 – Centro                   | <b>DDD/Telefone</b><br>(31) 3764-9800 | <b>E-mail</b><br>depjuridico1@conselho Lafaiete.mg.gov.br |
| <b>Autenticação</b><br>Data: 13/02/2025                      Assinatura:               |                                       |   |
| <b>Responsável Técnico pelo Consórcio ICISMEP</b><br>Miriam Freitas Nogueira Anastácio |                                       |   |
| <b>Endereço</b><br>Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de<br>Minas – São Joaquim de Bicas  | <b>DDD/Telefone</b><br>(31) 2571-3026 | <b>E-mail</b><br>miriam.anastacio@icismep.mg.gov.br       |
| <b>Autenticação</b><br><br>Data: 13/02/2025                      Assinatura:           |                                       |   |

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Secretaria Municipal



CONSELHEIRO LAFAIETE

|  |  |  |                 |        |   |  |                          |  |
|--|--|--|-----------------|--------|---|--|--------------------------|--|
| Tempo de espera para classificação de risco            | Proporção de pacientes com o tempo de espera para classificação de risco igual ou menor que 10 minutos           | 70% dos pacientes recepcionados com tempo igual ou menor que 10 minutos    | Percentual      | Mensal | Relatório do sistema de prontuário eletrônico de tempo de espera dos recepcionados para triagem   | Sistema de prontuário eletrônico utilizado       | Prestador e/ou município | Nº total de pacientes classificados igual ou menor de 10 minutos<br>100<br>X                     |
| Atendimento médico em unidade de urgência e emergência | Número total de atendimento médico realizado em unidade de urgência e emergência                                 | 6.750 atendimentos por mês   | Número Absoluto | Mensal | Relatório do sistema de prontuário eletrônico utilizado contendo número de atendimento médico ou relatório do SIA com o quantitativo do código 03.01.06.009-6                               | Sistema de prontuário eletrônico utilizado e SIA | Prestador e/ou município | Seratório das consultas médicas  |
| Tempo de espera para coleta de exames laboratoriais    | Percentual de coletas de exames laboratoriais com tempo ≤ a 30 minutos nos atendimentos de urgência e emergência | 70% dos exames laboratoriais com coleta de material sendo ≤ que 30 minutos | Porcentagem     | Mensal | Relatório do sistema utilizado pelo laboratório contendo o tempo para coleta dos exames laboratoriais e relatório do sistema utilizado pelo laboratório contendo todos os exames realizados | Sistema laboratorial utilizado                   | Prestador e/ou município | Número de coletas realizadas em tempo ≤ 30 minutos<br>X100<br>Número total de coletas realizadas |

20/06

Rua Comendador Bista Neves, nº 68 - Centro, CEP: 36.400-000

Tel: (31) 3764-9890 Conselheiro Lafaiete - MG

e-mail: detjuridico@conselheirlafaiete.mg.gov.br



| 2 | Acolhimento com classificação de risco registrado no sistema de informação municipal nos termos do procedimento (03.01.06.011-8) | Tempo de espera para a classificação de risco | 90% dos pacientes recepcionados com tempo igual ou menor que 10 minutos após a recepção e/ou senha | Percentual | Mensal | Relatório do número de pacientes classificados e Relatório de número de pacientes recepcionados do sistema de prontuário eletrônico da UPA 24 horas | Sistema de prontuário eletrônico utilizado | Prestador e/ou município | Nº total de pacientes classificados igual ou menor de 10 minutos<br>_____<br>100<br>X<br>Nº total de pacientes atendidos |
|---|--|---|--|------------|--------|---|--|--------------------------|--|
|---|--|---|--|------------|--------|---|--|--------------------------|--|

Rua Comendador Bacia Neves, nº 68 Centro, CEP. 36.400-000  
 Tel. (51) 3764-9800 Conselheiro Lafaiete  
 e-mail: depjudiceia@conselhoirlafaiete.mg





ANEXO III  
INDICADORES ASSISTENCIAIS

| Indicador   | Método de aferição   | Meta física                                | Unidade de medida | Frequência de Aferição | Documentos Comprobatórios   | Fonte                             | Responsável pelo Envio            | Fórmula de Cálculo  |
|---|--|--|-------------------|------------------------|---|-----------------------------------|-----------------------------------|---|
| Educação Permanente   | Realizar no mínimo 01 capacitação mensal para a equipe assistencial        | Percentual                                 | Número absoluto   | Mensal                 | Programação anual de reuniões e lista de presença assinada pelos participantes e/ou ata de reunião. | Prestador de serviço ou Município | Prestador de serviço ou Município | Programação mensal de reuniões e lista de presença assinada pelos participantes e/ou ata de reunião.  |
| Manutenção de no mínimo 11 leitos de observação e 03 leitos na sala de urgência (14 leitos) | Manter ativo leitos de observação e leitos de sala de urgência             | 100%                                       | Percentual        | Mensal                 | Comprovação da disponibilidade dos leitos com registros fotográficos e relatório mensal             | Prestador                         | Prestador                         | Comprovação da disponibilidade dos leitos com registros fotográficos e relatório mensal   |
| Escalas médicas completas   | Proporção de cobertura médica 24 horas no serviço de urgência e emergência | 100% do quadro de equipe médica preenchido | Percentual        | Mensal                 | Envio da escala mensal pelo prestador em validação (atesto de coordenação do município)             | Prestador e município             | Prestador                         | $\frac{\text{Número total de médicos contratados ou plantões realizados}}{\text{Número total de plantões necessários para cobertura de 24 horas}} \times 100$ |





|   |                                       |  |                                  |                 |        |   |  |           |   |
|---|---------------------------------------|--|----------------------------------|-----------------|--------|---|--|-----------|---|
| 7 | Auditoria nos carrinhos de emergência | Número de auditorias e conferências realizadas nos carrinhos de emergência para identificação de não conformidades no serviço de urgência e emergência | 01 auditoria ao mês por carrinho | Número Absoluto | Mensal | Check list ao carrinho contendo: nome das medicações e suas respectivas datas de validade, quantidade de cada item, se a embalagem está intacta ou com violação, se o carrinho contém lacre. Documento assinado e carimbado por quem realizou a conferência, com data e hora. | Check list carimbado e assinado pelo profissional responsável pela conferência | Prestador | Número de check list do carrinho de emergência carimbados<br>x100<br>Número total de carrinhos de emergência na unidade de urgência |
|---|---------------------------------------|--|----------------------------------|-----------------|--------|---|--|-----------|---|

Rua Comendador Baeta Neves, nº 68 - Centro, CEP. 36.400-000  
Tel. (31) 3764-9800 Conselheiro Lafaiete  
e-mail: depjuridico@conselheirolafaiete.mg



ANEXO IV

**TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS**

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ICISMEP, QUALIFICADA COMO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SAÚDE, COM O OBJETIVO DE AUTORIZAR O USO DE BENS MÓVEIS NO GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE /MG.

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde, CNPJ nº 19.718.360/0001-51, com sede na Av. Prof. Mario Rodrigues Pereira, 10 - Centro – na cidade de Conselheiro Lafaiete, neste ato representado por **Leandro Tadeu Murta dos Reis Chagas, Prefeito Municipal**, portador do XXX.156.426-XX e **Carlos Alexandre de Souza Bomtempo**, Secretário Municipal de Saúde, portador do CPF nº XXX.205.986-XX, **PERMITENTE** e do outro lado o Consórcio Público **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Institucional, Sr. Eustáquio do Abadia Amaral, inscrito no CPF sob o nº xxx.xxx.xxx-xx, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, Considerando a legislação pertinente, e tendo em vista o disposto no Contrato de Programa 001/2025, firmado entre o Município de Conselheiro Lafaiete e a ICISMEP cujo objeto é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE /MG**, as partes **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BENS MÓVEIS**, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:



| QUADRO DE PONTUAÇÕES |  |            |
|----------------------|--|------------|
| Item                 | Indicador  | Pontuação  |
| 1                    | Registro e atualização dos profissionais no Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde (CNES)                                 | 10         |
| 2                    | Taxa de evasão dos pacientes   | 10         |
| 3                    | Acolhimento com classificação de risco registrado no sistema de informação municipal nos termos do procedimento (03.01.06.011-8) | 10         |
| 4                    | Tempo de espera para classificação de risco  | 10         |
| 5                    | Atendimento médico em unidade de urgência e emergência   | 10         |
| 6                    | Tempo de espera pra coleta de exames laboratoriais   | 10         |
| 7                    | Auditoria nos carrinhos de emergência  | 10         |
| 8                    | Educação Permanente  | 10         |
| 9                    | Manutenção de no mínimo 11 leitos de observação e 03 leitos na sala de urgência (14 leitos)                                      | 10         |
| 10                   | Escalas médicas completas  | 10         |
|                      | <b>TOTAL</b>   | <b>100</b> |

A pontuação MENSAL será apurada a partir do somatório da pontuação, em percentual, dos itens 1 a 10 (totalizando 100 pontos).

- Se o somatório final for entre 80% e 100% - O repasse será integral ao mês de referência;
- Se o somatório final for entre 50% e 79,9% - Haverá redução de 20% sobre o valor do repasse ao mês de referência;
- Se o somatório final for entre 30% e 49,9% - Haverá a redução de 50% sobre o valor do repasse ao mês de referência;
- Se o somatório final for abaixo de 30% - Haverá a redução de 70% sobre o valor do repasse ao mês de referência.



- f) Informar imediatamente à **PERMITENTE** caso os bens objeto desta Permissão sofram qualquer turbacão ou esbulho por terceiros.
- g) Comunicar à **PERMITENTE**, no prazo máximo de 30 dias, todas as aquisicões de bens míveis que forem realizadas posteriormente a assinatura deste Instrumento.
- h) Em caso de demanda judicial que verse sobre os bens cedidos, sendo o **PERMISSIONÁRIO** citado em nome próprio, deverá, no prazo legal, nomear a **PERMITENTE** à autoria.
- i) Apresentar Boletim de Ocorrência à **PERMITENTE**, devidamente registrado em unidade policial, caso ocorra furto ou roubo dos bens dados em permissão de uso.
- j) Em caso de avaria provocada por terceiros, culposa ou dolosamente, deverá comunicar, imediatamente, à **PERMITENTE**, com a descrição pormenorizada do fato e identificacão do agente causador do dano. Para o caso de dano provocado intencionalmente, deverá ser registrado Boletim de Ocorrência pelo crime de dano contra o autor do fato delituoso.

#### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA E PUBLICAÇÃO**

O presente Instrumento vigorará enquanto viger o Contrato de Programa 001/2025.

4.1. A **PERMITENTE** fará publicacão do extrato deste Instrumento, no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

#### **CLÁUSULA QUINTA - DAS ALTERAÇÕES**

5.1. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, inclusive para acréscimos ou supressões, por meio de termo aditivo, devidamente justificado, e em comum acordo entre as partes, anterior ao término da vigência do Contrato, devendo para tanto ser respeitado o interesse público, desde que satisfeitas as obrigações contratuais.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS BENFEITORIAS E VISTORIA**

6.1. As benfeitorias realizadas pelo **PERMISSIONÁRIO** serão incorporadas aos bens cedidos, sem que lhe assista o direito de indenizacão ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.

6.2. A **PERMITENTE** deverá proceder vistoria nos bens cedidos, a fim de constatar o cumprimento, pelo **PERMISSIONÁRIO**, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificacão.

#### **CLÁUSULA SÉTIMA - DO RESSARCIMENTO E DA PERMUTA**

7.1. Ocorrendo avaria em qualquer dos bens cedidos e sendo desaconselhável economicamente o seu conserto, ou a hipótese de desaparecimento por furto, roubo ou extravio dos mesmos, o **PERMISSIONÁRIO** deverá:

- a) Ressarcir a **PERMITENTE** no valor de mercado dos bens, em 30 dias, contados da ocorrência do fato.



### **CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente Instrumento tem por objeto ceder e permitir o uso, gratuito dos bens móveis, conforme inventário de bens disponível na sede da Secretaria Municipal de Saúde.

1.2. Este Termo de Permissão de Uso de Bens Móveis é parte integrante do Contrato de Programa 001/2025.

### **CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO E USO DOS BENS MÓVEIS**

1.3. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a utilizar os bens cedidos exclusivamente para atender aos usuários do Sistema Único de Saúde- SUS.

1.4. O **PERMISSIONÁRIO** deverá guardar/manter os bens cedidos, na Unidade de Pronto Atendimento no qual estão inventariados.

1.5. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a não emprestar, ceder, dar em locação ou em garantia, doar, alienar de qualquer forma, transferir total ou parcialmente, sob quaisquer modalidades, gratuita ou onerosa, provisória ou permanentemente, os direitos de uso dos bens móveis cedidos, assim como seus acessórios, manuais ou quaisquer partes, exceto se houver o prévio e expresso consentimento da **PERMITENTE**.

### **CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

3.1. A **PERMITENTE** se compromete a:

a) Por força do presente Instrumento, a **PERMITENTE** cede e permite o pleno uso de todos os bens móveis inventariados no anexo deste Instrumento.

3.2. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a:

a) Vistoriar os bens ora cedidos, no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do Contrato de Programa 001/2025, emitindo laudo de vistoria atestando seu bom estado de funcionamento.

b) Manter os bens cedidos em perfeito estado de higiene, conservação e funcionamento, bem como, a utilizá-los de acordo com o estabelecido neste Instrumento e no Contrato de Programa 001/2025.

c) Ficar responsável por todas e quaisquer despesas dos bens cedidos, quer decorrentes de assistência técnica preventiva e/ou corretiva de forma contínua, quer decorrentes da recuperação por danos, bem como pelo ressarcimento de qualquer prejuízo proveniente de uso inadequado.

d) Não realizar quaisquer modificações ou alterações nos bens cedidos, sem a prévia e expressa anuência da **PERMITENTE**.

e) Responsabilizar-se pelas despesas com impostos, taxas, multas e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir sobre os bens cedidos, devendo encaminhar os respectivos comprovantes de recolhimento à **PERMITENTE**.



#### CLÁUSULA QUARTA – DA VIGÊNCIA, ALTERAÇÃO E PUBLICAÇÃO

4.1. O presente Instrumento vigorará enquanto vigor o Contrato de Programa 001/2025.

4.2. Este Instrumento poderá ser alterado, nos casos previstos no ordenamento jurídico vigente, por meio de termo aditivo, desde que devidamente justificado, e anterior ao término da vigência, devendo para tanto ser respeitados o interesse público e o objeto desta Permissão.

4.3. A PERMITENTE fará publicação do extrato deste instrumento, no site oficial do Município de Conselheiro Lafaiete, no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

#### CLÁUSULA QUINTA - DAS BENFEITORIAS E VISTORIA

5.1. As benfeitorias realizadas pelo PERMISSIONÁRIO serão incorporadas ao imóvel, sem que lhe assista o direito de indenização ou de retenção, salvo acordo formal em contrário.

5.2. A PERMITENTE deverá proceder à vistoria no imóvel cedido, a fim de constatar o cumprimento, pelo PERMISSIONÁRIO, das obrigações assumidas neste Instrumento independentemente de aviso prévio, consulta ou notificação.

#### CLÁUSULA SEXTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES

6.1. O presente Instrumento tem fundamento nas Leis Municipais nº 6327 de 27 de Junho de 2024 e 6.395 de 09 de Dezembro de 2024, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente as normas que regem os contratos administrativos e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas neste Termo e no Contrato de Programa 001/2025.

6.2. O presente Termo, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes por meio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas regras e princípios do Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

#### CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO

7.1. Os interessados poderão rescindir de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 60 dias, retornando o bem ao status quo ante.

7.2. Poderá ser rescindido unilateralmente pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 60 dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.



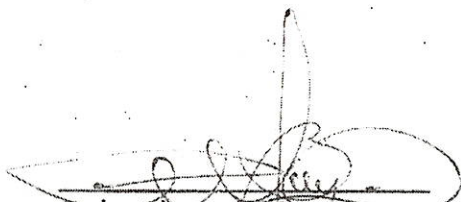


**CLÁUSULA OITAVA - DO FORO**

8.1. Os partícipes elegem o foro de Igarapé, como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento, em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

Conselheiro Lafaiete, 01 de março de 2025.

  
**Carlos Alexandre Bomtempo**  
Secretário Municipal de Saúde  
Presidente do Fundo Municipal  
De Saúde

EUSTAQUIO DA ABADIA  
AMARAL:05550688620


**Eustáquio da Abadia Amaral**  
Pelo Consórcio Público Instituição  
de Cooperação Intermunicipal do  
Médio Paraopeba – ICISMEP


CAROLINA MORAIS  
GUINCAVALDES DE  
ALENCAR:10277023093

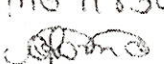


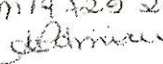
Documento assinado digitalmente  
**MIRIAM FREITAS NOGUEIRA ANASTACIO**  
Data: 27/02/2025 11:21:22-0300  
Verifique em: <https://validar.tr.gov.br>

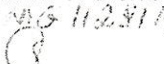
  
**Leandro Tadeu Murta dos Reis Chagas**  
Prefeito Municipal

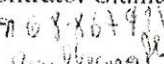
Gestor do Contrato: Marcelo Barbosa  
Identidade: **MG 6679882**  
Assinatura: 


Fiscal do Contrato: Aline Valente Pires  
Identidade: **MG 12025104**  
Assinatura: 

Fiscal do Contrato: Graciele Aparecida de Almeida Romão  
Identidade: **MG 11830380**  
Assinatura: 

Fiscal do Contrato: Ana Paula Amorin  
Identidade: **MG 14329236**  
Assinatura: 

Fiscal do Contrato: Stella Costa Silva  
Identidade: **MG 11231193**  
Assinatura: 

Fiscal do Contrato: Giulliano Rubatino Nogueira  
Identidade: **MG 70867971**  
Assinatura: 

Fiscal do Contrato: Jaqueline Lúcia Canuto dos Santos  
Identidade: **MG 8994333**  
Assinatura: 



ANEXO V

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL

TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE, POR INTERMÉDIO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E A ICISMEP, QUALIFICADA COMO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO DE SAÚDE, COM O OBJETIVO DE AUTORIZAR O USO DO IMÓVEL DENOMINADO UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG.

Por este instrumento de contrato, o **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE**, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde/Fundo Municipal de Saúde CNPJ nº 19.718.360/0001-51, com sede na Av. Pref. Mário Rodrigues Pereira, 10 – Centro, neste ato representado por **Leandro Tadeu Murta dos Reis Chagas**, Prefeito Municipal, portador do XXX.156.426-XX e **Carlos Alexandre de Souza Bomtempo**, Secretário Municipal de Saúde, portador do CPF nº XXX.205.986-XX, **PERMITENTE** e do outro lado o Consórcio Público **INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAÓPEBA – ICISMEP**, consórcio público de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede na Rua Orquídeas, 489, Bairro Flor de Minas, São Joaquim de Bicas/MG, neste ato representada pelo seu Diretor Institucional, Sr. **Eustáquio da Abadia Amaral**, inscrito no CPF sob o nº 055.506.886-20, doravante denominada **PERMISSIONÁRIO**, Considerando a legislação pertinente, e tendo em vista o disposto no Contrato de Programa 001/2025, firmado entre o Município de Conselheiro Lafaiete e a ICISMEP cujo objeto é o **GERENCIAMENTO, OPERACIONALIZAÇÃO E EXECUÇÃO DAS AÇÕES E SERVIÇOS DE SAÚDE DESENVOLVIDAS NA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24HS NO MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE /MG**, as partes **RESOLVEM** firmar o presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO DE BEM IMÓVEL**, nos termos das normas disciplinares previstas no ordenamento jurídico vigente, mediante as cláusulas e condições a seguir expostas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1. O presente instrumento tem por objeto a cessão e permissão de uso do imóvel, especificamente o espaço destinado aos serviços da Unidade de Pronto Atendimento.

Este Termo de Permissão de Uso é parte integrante do Contrato de Programa 001/2025.



## CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESTINAÇÃO E USO DO IMÓVEL

2.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a utilizar o imóvel exclusivamente para atender ao Sistema Único de Saúde - SUS.

2.2. O **PERMISSIONÁRIO** não poderá dar qualquer outra destinação ao imóvel, que não seja o funcionamento da Unidade de Pronto Atendimento, sob pena de responder administrativa, civil e penalmente, na forma da lei.

## CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

3.1. A **PERMITENTE** se compromete a:

a) Por força do presente Instrumento, dar em cedência e permitir o uso, a título gratuito, o imóvel descrito na Cláusula Primeira deste Instrumento.

3.2. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a:

a) Vistoriar o imóvel, no prazo máximo de 30 dias após a assinatura do Contrato de Programa 001/2025, emitindo Termo de Vistoria atestando seu bom estado de conservação.

b) Conservar e zelar pelo perfeito estado do imóvel objeto deste Termo, utilizando-o como se lhe pertencesse, conservando-o e fazendo com que seu uso e gozo sejam pacíficos e harmônicos, principalmente com vizinhos, e utilizá-lo de acordo com o estabelecido na Cláusula Segunda.

c) No caso de rescisão ou extinção do Contrato de Programa 001/2025, restituir o imóvel cedido nas mesmas condições em que o recebeu, respeitada sua depreciação natural e o Termo de Vistoria.

d) Não emprestar, ceder, locar ou de qualquer outra forma repassar a terceiros o imóvel objeto deste Termo, no todo ou em parte, sem o prévio e expresse consentimento da **PERMITENTE**.

e) Declarar-se ciente de que este Termo se tornará nulo, independentemente de ato especial, sem que lhe seja devida qualquer indenização, caso haja necessidade e comprovado interesse público, de dar destinação diversa, da prevista neste Instrumento, ao imóvel ora cedido.

f) É facultado a **PERMISSIONÁRIA** executar obras complementares no imóvel, ficando condicionada a apresentação de projeto para prévia análise e aprovação da Secretaria Municipal de Saúde.



b) Adquirir outro bem, de igual valor e forma, para substituir o bem avariado, furtado ou roubado.

7.2. Os bens móveis permitidos em uso poderão ser permutados por outros de igual ou maior valor, que passam a integrar o patrimônio do Município de Conselheiro Lafaiete, após prévia avaliação e expressa autorização da **PERMITENTE**, desde que satisfeitas às obrigações contratuais.

#### **CLÁUSULA OITAVA – DA RESTITUIÇÃO E DA DEVOLUÇÃO**

G.1. O **PERMISSIONÁRIO** se compromete a restituir a **PERMITENTE** todos os bens cedidos, no estado normal de uso, caso ocorra à rescisão ou a extinção deste Instrumento.

G.2. O **PERMISSIONÁRIO** poderá, a qualquer tempo e mediante justificativa, propor devolução de bens cujo uso lhe fora permitido, e que não mais sejam necessários ao cumprimento das metas avençadas.

#### **CLÁUSULA NONA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E DAS OMISSÕES**

O presente Instrumento tem fundamento na **Lei Municipal**, regendo-se pelas disposições de Direito Civil, em especial as concernentes ao direito real de uso, aplicado supletivamente aos contratos administrativos, e, ainda, pelas cláusulas e condições estipuladas neste Termo e Contrato de Programa 001/2025.

9.1. Os casos omissos ou excepcionais, assim como as dúvidas surgidas ou cláusulas não previstas neste termo, em decorrência de sua execução, serão dirimidas mediante acordo entre as partes por meio da Secretaria Municipal de Saúde, bem como pelas regras e princípios do Direito Público e em última instância pela autoridade judiciária competente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA - DA RESCISÃO**

10.1. Os interessados poderão rescindir o presente contrato de comum acordo, sendo-lhes imputadas as responsabilidades das obrigações no prazo que tenha vigido e creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período, necessitando, porém, de notificação prévia com antecedência mínima de 60 dias, retornando os bens ao status que ante.

10.2 Poderá ser rescindido unilateralmente, pelas partes, por descumprimento de quaisquer cláusulas ou condições, mediante notificação prévia de 60 dias, ou pela superveniência de norma legal que o torne formal ou materialmente inexecutável.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO**

11.1 Os partícipes elegem o foro de Conselheiro Lafaiete como competente para dirimir quaisquer divergências relacionadas ao presente **TERMO DE PERMISSÃO DE USO**, que não puderem ser resolvidas amigavelmente pela via administrativa, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.





E por estarem de acordo, as partes firmam o presente Instrumento, em 04 (quatro) vias de igual teor e forma, para que surtam os efeitos legais, às quais, depois de lidas, serão assinadas pelas testemunhas in fine indicadas.

Conselheiro Lafaiete, 01 de março de 2025.

**Carlos Alexandre Bomtempo**  
Secretário Municipal de Saúde  
Presidente do Fundo Municipal  
De Saúde

EUSTAQUIO DA ABADIA  
AMARAL:05550688620  
Assinado eletronicamente por  
EUSTAQUIO DA ABADIA  
AMARAL:05550688620  
Data: 2025.02.28 16:13:56 -03:00

**Eustáquio da Abadia Amaral**  
Pelo Consórcio Público Instituição  
de Cooperação Intermunicipal do  
Médio Paraopeba – ICISMEP

CINIDURIA MORAIS  
GONCALVES  
055550688620  
Assinado eletronicamente por  
CINIDURIA MORAIS  
GONCALVES  
055550688620  
Data: 2025.02.28 16:13:56 -03:00

Documento assinado digitalmente

**MIZIAM FREITAS NOGUEIRA ANASTACIO**  
Data: 27/02/2025 11:13:58-03:00  
Verifique em <https://validar.dig.gov.br>

**Leandro Tadeu Murta dos Reis Chagas**  
Prefeito Municipal

Gestor do Contrato: Marcelo Barbosa  
Identidade: **MG 6679882**  
Assinatura:

Fiscal do Contrato: Aline Valente Pires  
Identidade: **MG 14729236**  
Assinatura:

Fiscal do Contrato: Graciele Aparecida de Almeida Romão  
Identidade: **MG 11.830.980**  
Assinatura:

Fiscal do Contrato: Ana Paula Amorin  
Identidade: **MG 12025408**  
Assinatura:

Fiscal do Contrato: Stella Costa Silva  
Identidade: **MG 11291143**  
Assinatura:

Fiscal do Contrato: Giuliano Rubatino Nogueira  
Identidade: **MG 8.864971**  
Assinatura:

Fiscal do Contrato: Jaqueline Lúcia Canuto dos Santos  
Identidade: **MG 6934223**  
Assinatura:

*Kate m... de Conselheiro Lafaiete*  
*27/02/2025*  
*ICISMEP*



ANEXO VI  
PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO MENSAL

| 1. RECURSOS HUMANOS   | VALOR MENSAL<br>ESTIMADO |
|---|--------------------------|
| 1.1. SALÁRIOS, ENCARGOS, BENEFÍCIOS, UNIFORME, EPI, PPRA E PCMSO                      | R\$ 847.185,92           |
| <b>TOTAL DO ITEM</b>  | <b>R\$ 847.185,92</b>    |
| <b>2. MATERIAL/MEDICAMENTOS</b>   |                          |
| 2.1. MATERIAL MÉDICO  | R\$ 61.052,63            |
| 2.2. MEDICAMENTOS E MATERIAIS DE FARMÁCIA   | R\$ 83.157,89            |
| <b>TOTAL DO ITEM</b>  | <b>R\$ 144.210,52</b>    |
| <b>3. MATERIAL/GÊNEROS ALIMENTÍCIOS</b>   |                          |
| 3.1. ALIMENTAÇÃO (CAFÉ, LEITE, PÃO, ALMOÇO E JANTAR)                                  | R\$ 145.020,00           |
| <b>TOTAL DO ITEM</b>  | <b>R\$ 145.020,00</b>    |
| <b>4. OUTROS MATERIAIS DE CONSUMO</b>   |                          |
| 4.1. HIGIENE, LIMPEZA E DESCARTÁVEIS  | R\$ 24.105,26            |
| 4.2. MATERIAL DE ESCRITÓRIO E GRÁFICA   | R\$ 8.750,00             |
| 4.3. ESTIMATIVA DE FORNECIMENTO PARA COLABORADORES EFETIVOS                           | R\$ 10.078,93            |
| <b>TOTAL DO ITEM</b>  | <b>R\$ 42.934,19</b>     |
| <b>5. MATERIAL DE MANUTENÇÃO</b>  |                          |
| 5.1. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA (AR-CONDICIONADO COM FORNECIMENTO DE PEÇAS)    | R\$ 6.947,37             |
| 5.2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DO GERADOR                                     | R\$ 2.107,87             |
| 5.3. MANUTENÇÃO PREDIAL (PEQUENOS REPAROS, LIMPEZA DE CAIXA D'ÁGUA)                   | R\$ 5.682,63             |
| <b>TOTAL DO ITEM</b>  | <b>R\$ 14.737,87</b>     |
| <b>6. DEMAIS DESPESAS E SERVIÇOS</b>  |                          |
| 6.1. SERVIÇO DE LAVANDERIA (LOCAÇÃO E LAVAGEM DE ENXOVAL)                             | R\$ 36.842,30            |
| 6.2. LOCAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA ( 15 IMPRESSORAS)                         | R\$ 2.368,42             |
| 6.3. ENGENHARIA CLÍNICA (MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA COM FORNECIMENTO DE PEÇAS) | R\$ 11.894,73            |
| 6.4. SERVIÇO DE SEGURANÇA NÃO ARMADA  | R\$ 29.473,58            |
| <b>TOTAL DO ITEM</b>  | <b>R\$ 30.578,93</b>     |
| <b>DESPESAS ADMINISTRATIVAS DE GESTÃO</b>   | <b>R\$ 51.976,75</b>     |
| <b>VALOR TOTAL FIXO ESTIMADO MENSAL</b>   | <b>R\$ 1.325.641,11</b>  |



PLANILHA DE ESTIMATIVA DE CUSTO MENSAL VARIÁVEL

| PLANTÕES MÉDICOS                              |                              |                     |                         |
|---|------------------------------|---------------------|-------------------------|
| DESCRIÇÃO                                     | QUANT.<br>ESTIMADO<br>MENSAL | VALOR DO<br>PLANTÃO | VALOR TOTAL<br>ESTIMADO |
| MÉDICO CLÍNICO GERAL — PLANTÃO DIURNO/NOTURNO | 265                          | R\$2.278,00         | R\$ 603.670,00          |
| VALOR ESTIMADO MENSAL - PLANTÕES MÉDICOS      |                              |                     | R\$ 603.670,00          |

| EXAMES LABORATORIAIS  |                                    |            |                         |
|---|------------------------------------|------------|-------------------------|
| EXAME   | QUANTITATIVO<br>ESTIMADO<br>MENSAL | VALOR UNIT | VALOR TOTAL<br>ESTIMADO |
| DOSAGEM DE AMILASE  | 140                                | R\$ 3,79   | R\$ 530,00              |
| BACILOSCOPIA DIRETA P/ BAAR (HANSENIASE)                              | 6                                  | R\$ 7,08   | R\$ 42,51               |
| DOSAGEM DE GONADOTROPINA CORIONICA HUMANA (HCG, BETA HCG)             | 90                                 | R\$ 13,23  | R\$ 1.190,84            |
| DOSAGEM DE BILIRUBINA TOTAL E FRACOES                                 | 201                                | R\$ 3,39   | R\$ 681,28              |
| DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE (CPK)                                 | 200                                | R\$ 6,20   | R\$ 1.240,00            |
| DOSAGEM DE CREATINOFOSFOQUINASE FRACAO MB                             | 300                                | R\$ 6,94   | R\$ 2.081,05            |
| DETERMINAÇÃO DE TEMPO DE TROMBOPLASTINA PARCIAL ATIVADA (TTP ATIVADA) | 600                                | R\$ 9,72   | R\$ 5.829,47            |
| DETERMINAÇÃO DE TEMPO E ATIVIDADE DA PROTROMBINA (TAP)                | 700                                | R\$ 4,60   | R\$ 3.220,00            |
| DOSAGEM DE CREATININA   | 1299                               | R\$ 3,12   | R\$ 4.047,41            |
| ANÁLISE DE CARACTERES FÍSICOS, ELEMENTOS E SEDIMENTO DA URINA         | 923                                | R\$ 6,24   | R\$ 5.761,46            |
| DOSAGEM DE FOSFATASE ALCALINA   | 130                                | R\$ 3,39   | R\$ 440,63              |
| DOSAGEM DE GAMA- GLUTAMÍL-TRANSFERASE (GAMA GT)                       | 601                                | R\$ 5,92   | R\$ 3.555,39            |
| DOSAGEM DE GLICOSE  | 170                                | R\$ 3,12   | R\$ 529,68              |
| BACTERIOSCOPIA (GRAM)   | 769                                | R\$ 4,72   | R\$ 3.626,00            |
| HEMOGRAMA COMPLETO  | 1200                               | R\$ 6,93   | R\$ 8.311,00            |
| DOSAGEM DE CLORETO  | 200                                | R\$ 3,12   | R\$ 623,16              |
| DOSAGEM DE LACTATO  | 152                                | R\$ 6,20   | R\$ 942,40              |
| DOSAGEM DE LIPASE   | 200                                | R\$ 3,79   | R\$ 757,89              |
| DETERMINAÇÃO QUANTITATIVA DE PROTEÍNA C REATIVA                       | 1160                               | R\$ 15,59  | R\$ 18.083,79           |
| CONTAGEM DE PLAQUETAS   | 40                                 | R\$ 4,60   | R\$ 184,00              |
| DOSAGEM DE POTASSIO   | 700                                | R\$ 3,12   | R\$ 2.181,05            |
| DOSAGEM DE PROTEÍNAS TOTAIS E FRACOES                                 | 16                                 | R\$ 3,12   | R\$ 49,85               |
| DOSAGEM DE SÓDIO  | 899                                | R\$ 3,12   | R\$ 2.801,09            |
| DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-OXALACÉTICA (TGO)                   | 1000                               | R\$ 3,39   | R\$ 3.389,47            |
| DOSAGEM DE TRANSAMINASE GLUTAMICO-PIRUVICA (TGP)                      | 1000                               | R\$ 3,39   | R\$ 3.389,47            |
| DOSAGEM DE TROPONINA  | 501                                | R\$ 15,17  | R\$ 7.599,38            |
| DOSAGEM DE UREIA  | 1000                               | R\$ 3,12   | R\$ 3.115,79            |

34/36

Rua Comendador Bâeta Neves, nº 68— Centro, CEP. 36.400-000

Tel. (31) 3764-9800 Conselheiro Lafaiete - MG

e-mail: depjuridico1@conselhoirlafaiete.mg.gov.br





|  |     |           |                         |
|--|-----|-----------|-------------------------|
| DOSAGEM DE ALBUMINA  | 154 | R\$ 8,76  | R\$ 1.348,72            |
| D-DIMERO   | 50  | R\$ 98,00 | R\$ 4.900,00            |
| GASOMETRIA   | 60  | R\$ 30,53 | R\$ 1.831,58            |
| <b>VALOR TOTAL ESTIMADO MENSAL VARIÁVEL - EXAMES LABORATORIAIS</b> |     |           | <b>R\$ 92.285,94</b>    |
| <b>VALOR ESTIMADO MENSAL (FIXO E VARIÁVEL)</b>                     |     |           | <b>R\$ 2.022.600,12</b> |

DESPESAS EM PARCELAS ÚNICAS

| PARCELA ÚNICA   | VALOR                 |
|---|-----------------------|
| IDENTIFICAÇÃO VISUAL (PLOTAGEM, SENDO R\$ 90,00 O m²).  | R\$ 50.526,32         |
| INSTALAÇÃO AUTOCLAVE  | R\$ 12.631,58         |
| INSTALAÇÃO ELÉTRICA PARA 2 APARELHOS DE AR CONDICIONADO – MODELO SPLIT  | R\$ 6.315,79          |
| INSTALAÇÃO FOCO CIRURGICO   | R\$ 15.789,47         |
| SISTEMA DE SEGURANÇA – COM 16 CÂMARAS DE SEGURANÇA IP INTEBRAS – INCLUSO FORNECIMENTO, INSTALAÇÃO, COLOCAÇÃO EM OPERAÇÃO, TÉCNICO POR 12 MESES – GARANTIA DE 12 MESES | R\$ 21.052,63         |
| DESPESA ADMINISTRATIVA  | R\$ 10.631,58         |
| <b>TOTAL DO ITEM</b>  | <b>R\$ 116.947,37</b> |

DETALHAMENTO DO RECURSOS HUMANOS

| DETALHAMENTO DE RH            |            |         |         |              |                                      |
|-------------------------------|------------|---------|---------|--------------|--------------------------------------|
| CARGO                         | QTD. TRAB. | JORNADA | ESCALA  | SALÁRIO BASE | CUSTO MENSAL (ENCARGOS + BENEFÍCIOS) |
| AUX. SERV.GERAIS              | 12         | 12X36   | DIURNO  | R\$ 1.533,18 | R\$ 39.570,89                        |
| AUX. SERV.GERAIS NOT          | 8          | 12X36   | NOTURNO | R\$ 1.533,18 | R\$ 26.380,59                        |
| AUX. DE ROUPARIA              | 1          | 40H/SEM | DIURNO  | R\$ 1.533,18 | R\$ 3.297,57                         |
| JARDINEIRO                    | 1          | 40H/SEM | DIURNO  | R\$ 1.533,18 | R\$ 3.297,57                         |
| MAQUEIRO                      | 2          | 12X36   | DIURNO  | R\$ 1.533,18 | R\$ 6.595,15                         |
| VIGIA                         | 2          | 12X36   | DIURNO  | R\$ 1.533,18 | R\$ 6.595,15                         |
| MOTORISTA                     | 3          | 12X36   | DIURNO  | R\$ 1.610,01 | R\$ 10.388,46                        |
| MOTORISTA NOT                 | 2          | 12X36   | NOTURNO | R\$ 1.610,01 | R\$ 6.925,64                         |
| ATENDENTE DE FARMÁCIA         | 2          | 12X36   | NOTURNO | R\$ 1.799,00 | R\$ 7.738,60                         |
| ATENDENTE DE FARMÁCIA         | 4          | 12X36   | DIURNO  | R\$ 1.799,00 | R\$ 15.477,21                        |
| AUX. DE LABORATÓRIO           | 2          | 12X36   | DIURNO  | R\$ 1.799,00 | R\$ 7.738,60                         |
| AUX. DE LABORATÓRIO NOT       | 2          | 12X36   | NOTURNO | R\$ 1.799,00 | R\$ 7.738,60                         |
| AUXILIAR DE TI                | 1          | 40H/SEM | DIURNO  | R\$ 1.800,00 | R\$ 3.871,15                         |
| RECEPCIONISTA                 | 4          | 12X36   | DIURNO  | R\$ 1.863,00 | R\$ 16.027,81                        |
| RECEPCIONISTA NOT             | 4          | 12X36   | NOTURNO | R\$ 1.863,00 | R\$ 16.027,81                        |
| TEC. DE ENFERMAGEM            | 45         | 30H/SEM | DIURNO  | R\$ 2.267,05 | R\$ 219.419,39                       |
| AUX. ADMINISTRATIVO           | 6          | 40H/SEM | DIURNO  | R\$ 2.454,97 | R\$ 31.681,00                        |
| TÉCNICO DE LABORATÓRIO        | 4          | 12X36   | DIURNO  | R\$ 2.454,99 | R\$ 21.120,84                        |
| TEC. DE SEGURANÇA DO TRABALHO | 1          | 40H/SEM | DIURNO  | R\$ 3.000,00 | R\$ 6.452,42                         |
| TÉCNICO (A) PGRSS             | 1          | 40H/SEM | DIURNO  | R\$ 3.000,00 | R\$ 6.452,42                         |

|   |    |         |         |              |                |
|---|----|---------|---------|--------------|----------------|
| BIOMEDICO   | 1  | 12X36   | DIURNO  | R\$ 3.300,00 | R\$ 7.097,66   |
| BIOMÉDICO NOT   | 1  | 12X36   | NOTURNO | R\$ 3.300,00 | R\$ 7.097,66   |
| BIOMÉDICO/BIOQUÍMICO<br>RT                            | 1  | 40H/SEM | DIURNO  | R\$ 4.000,00 | R\$ 8.603,23   |
| SUPERVISOR DE RH                                      | 1  | 40H/SEM | DIURNO  | R\$ 4.000,00 | R\$ 8.603,23   |
| ENFERMEIRA (O) ADM                                    | 7  | 24H/SEM | DIURNO  | R\$ 4.364,40 | R\$ 65.708,87  |
| ENFERMEIRA (O)  | 12 | 24H/SEM | DIURNO  | R\$ 4.364,40 | R\$ 112.643,77 |
| ENFERMEIRA (O) NOT                                    | 11 | 24H/SEM | NOTURNO | R\$ 4.364,40 | R\$ 103.256,79 |
| FISIOTERAPEUTA  | 5  | 24H/SEM | DIURNO  | R\$ 4.364,40 | R\$ 46.934,90  |
| NUTRICIONISTA   | 1  | 40H/SEM | DIURNO  | R\$ 4.364,40 | R\$ 9.386,98   |
| COORDENADOR DE<br>PROJETO                             | 1  | 40H/SEM | DIURNO  | R\$ 7.000,00 | R\$ 15.055,65  |
| VALOR ESTIMADO MENSAL - RECURSOS HUMANOS COM ENCARGOS |    |         |         |              | R\$ 847.185,92 |



**CONTRATO DE RATEIO Nº 001 /2025**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG**

**CONTRATO DE RATEIO QUE FORMALIZAM  
ENTRE SI O CONSÓRCIO PÚBLICO INSTITUIÇÃO  
DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO  
PARAOPEBA – ICISMEP – E O MUNICÍPIO DE  
CONSELHEIRO LAFAIETE/MG.**

O **CONSÓRCIO PÚBLICO INSTITUIÇÃO DE COOPERAÇÃO INTERMUNICIPAL DO MÉDIO PARAOPEBA – ICISMEP**, pessoa jurídica de direito público, na forma de Associação Pública, de natureza autárquica interfederativa, inscrita no CNPJ sob o nº 05.802.877/0001-10, com sede administrativa na Rua Orquídeas, nº 489, Bairro Flor de Minas, na cidade de São Joaquim de Bicas/MG, CEP 32.920-000, neste ato representado por seu Presidente, **ARNALDO DE OLIVEIRA CHAVES**, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 538.xxx.xxx/06, residente e domiciliado no município de Igarapé/MG, e o **MUNICÍPIO DE CONSELHEIRO LAFAIETE/MG**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº 19.718.360/0001-51, neste ato representado por seu Exmo. Prefeito, Sr. **LEANDRO TADEU MURTA DOS REIS CHAGAS**, brasileiro, inscrito no CPF sob o nº 101.xxx.xxx-13, residente e domiciliado no município de Conselheiro Lafaiete/MG, formalizam o presente Contrato de Rateio, que reger-se-á pela Lei Federal nº 11.107/05, pelo Decreto Regulamentador nº 6.017/07, bem como pelos demais dispositivos correlatos e mediante as cláusulas e condições seguintes:

**1. DO OBJETO** O presente contrato tem por objeto o rateio dos recursos financeiros necessários à realização das despesas de custeio do ICISMEP, englobando as despesas de pessoal civil, obrigações patronais, materiais de consumo, materiais permanentes e outros serviços de terceiros - pessoas física e jurídica -, assim como outras despesas de manutenção da estrutura administrativa do Consórcio.

**1.1.** É vedado ao Consórcio utilizar-se dos recursos recebidos por meio deste instrumento para realização de despesas em que a execução orçamentária se faça com modalidade de aplicação indefinida (despesas genéricas).

**2. DAS ESPECIFICAÇÕES** – O valor estipulado neste contrato, que representa parcela obtida através do rateio entre todos os demais entes consorciados, é suficiente para cobrir os custos operacionais orçados e projetados do ICISMEP para o exercício financeiro de 2025; sendo que as



demais despesas serão custeadas pelas receitas decorrentes de prestação de serviços aos entes consorciados, ao Sistema Único de Saúde e por outras fontes de receita própria.

**3. DO VALOR DO CONTRATO** – O valor global deste Contrato de Rateio é no montante de **R\$119.158,21 (cento e dezenove mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte um centavos)** conforme detalhamento contido na Cláusula 7.

**4. DA COMPOSIÇÃO DO VALOR DO CONTRATO** – O valor global especificado no item 3 é composto de duas partes, a saber:

**4.1. DO VALOR DE REPASSE** – O valor referente aos repasses financeiros a serem efetivados pelo Município ao Consórcio perfaz o montante global de **R\$ 63.000,00 (Sessenta e três mil reais)**, sendo:

Rateio Administração: R\$ 31.500,00 Rateio Saúde: R\$ 31.500,00

**4.2. DA ESTIMATIVA DE APROPRIAÇÃO RELATIVA AO IRRF** – O valor global estimado da apropriação das receitas obtidas com a retenção de Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos pelo Consórcio, é no limite de **R\$ 56.158,21 (cinquenta e seis mil, cento e cinquenta e oito reais e vinte e um centavos)**, sendo:

Rateio Administração: R\$ 43.023,26 Rateio Saúde: R\$ 13.134,95

**5. DA FORMA DE PAGAMENTO** – O valor global relativo ao subitem 4.1 deste contrato será pago em 12 (doze) repasses mensais, no valor de **R\$ 5.250,00 (cinco mil, duzentos e cinquenta reais)** cada um, através da ferramenta administrativa do *débito em conta* ou *transferência automática*, a ser devidamente autorizada pelo município consorciado junto à instituição financeira indicada pelo ICISMEP, atendidas as exigências dos estágios da despesa aplicáveis elencados na Lei nº 4.320/64. Este valor mensal refere-se à:

Rateio Administração: R\$ 2.625,00 Rateio Saúde: R\$ 2.625,00

**5.1. DOS VENCIMENTOS** – Os repasses mensais indicados na cláusula anterior serão debitados das contas indicadas pelo Município ou, em caso de qualquer impossibilidade, transferidos pelo mesmo, até o quinto dia útil de cada mês.

**5.2. DA ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA** – Havendo atraso por parte do ente consorciado nos repasses das parcelas aqui ajustadas, o valor devido sofrerá a incidência de atualização monetária, tendo como termo inicial de incidência o dia previsto para o repasse e, como termo final, a data do efetivo repasse. Essa atualização se fará pelo número de dias em atraso (*pro rata temporis*) e pelo INPC, divulgado pelo IBGE ou, em sua falta, por outro índice legal de atualização aplicável e vigente na data do pagamento.



**8. DA VIGÊNCIA** – O presente Contrato de Rateio é firmado para vigorar durante todo o exercício financeiro do ano de 2025, iniciando-se a partir de **01 de Janeiro de 2025** e encerrando-se em **31 de dezembro, do exercício/2025**.

**8.1. DA PRORROGAÇÃO** – O presente Contrato de Rateio não comporta prorrogação, devendo ser formalizado em cada exercício financeiro, observadas as normas orçamentárias e financeiras pertinentes.

**9. DA MANUTENÇÃO DO CONTRATO** – O município consorciado, por meio do Contrato de Consórcio Público, se compromete na manutenção do ICISMEP em conjunto com os demais municípios subscritores, devendo zelar pela continuidade do mesmo e pela pontualidade dos repasses. Assim, em caso de desligamento injustificado do Município, o mesmo deverá arcar com a integralidade das responsabilidades assumidas neste Contrato para o corrente exercício financeiro, como forma de manutenção do equilíbrio econômico e da cooperação pactuada.

**9.1.** Casos excepcionais poderão ser apreciados e decididos pela Assembleia Geral, inclusive quanto às responsabilidades aqui firmadas.

#### **10. DA PROTEÇÃO DE DADOS:**

**10.1.** As partes declaram estar cientes das disposições da Lei no 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD), e se comprometem a continuar a cumpri-la integralmente em todas as etapas de execução do contrato e seus termos aditivos.

**10.2.** As partes deverão manter, e assegurar que seus colaboradores mantenham, total sigilo sobre os dados, informações e documentos fornecidos pelo contratante, sendo vedada qualquer reprodução ou divulgação, salvo mediante solicitação expressa do contratante, comprometendo-se também a adotar todas as medidas técnicas e organizacionais adequadas para proteger os dados contra acessos não autorizados, incidentes de segurança, ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, obrigando-se ao cumprimento dessa cláusula inclusive após o término de vigência contratual, abrangendo os efeitos decorrentes do presente termo aditivo.

#### **11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS:**

**11.1.** Nos termos do art. 35, §4º da 15ª Alteração Consolidada do Contrato de Consórcio, os recursos financeiros deste Contrato serão debitados automaticamente da conta do Ente Consorciado e creditados em conta específica do Consórcio na data especificada na Cláusula 5.1.

**11.2.** Para cumprir com o estabelecido na Cláusula 11.1 e no art. 35, §5º da 15ª Alteração Consolidada do Contrato de Consórcio, o Ente Consorciado deverá autorizar a Instituição Financeira onde possui a conta onde será debitado o valor do rateio a transferir os recursos financeiros automaticamente para o Consórcio.





**6. DO IMPOSTO DE RENDA RETIDO NA FONTE PELO CONSÓRCIO** – Até o limite indicado no subitem 4.2, o produto da arrecadação do Imposto sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos pelo ICISMEP, será apropriado pelo Consórcio.

6.1. Com base na autonomia dos entes federativos, os valores relativos à apropriação citada no item anterior e estimada no subitem 4.2, serão incorporados, através deste instrumento, como fonte de recursos repassados ao Consórcio, conforme previsão no artigo 35, § 6º, da 15ª Alteração do Contrato de Consórcio Público.

6.2. Para atendimento do disposto no art. 17 do Decreto Federal nº 6.017/2007 o Consórcio deverá prestar todas as informações financeiras respectivas a todos os entes consorciados, para fins de consolidação em suas contas dos valores relativos ao IRRF integralizados como receita de repasse ao Consórcio.

**7. DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS** – As despesas decorrentes deste Contrato de Rateio correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

Função: 04 – Administração

Subfunção: 122 – Administração Geral

Atividade: Rateio - Contrato de Rateio - Gestão do ICISMEP

31.71.70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público **R\$ 52.166,28**

33.71.70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público **R\$ 22.356,98**

**Total: R\$ 74.523,26**

Função: 10 - Saúde

Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial Atividade:

Contrato de Rateio da ICISMEP

31.71.70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público **R\$ 7.141,10**

33.71.70 - Rateio pela Participação em Consórcio Público **R\$ 37.493,85**

**Total: R\$ 44.634,95**

7.1. Conforme previsão legal, constitui ato de improbidade administrativa, nos termos do disposto no art. 10, inciso XV, da Lei no 8.429, de 2 de junho de 1992, celebrar contrato de rateio sem suficiente e prévia dotação orçamentária, ou sem observar as formalidades previstas em Lei.

11.3. Aplicam-se ao presente contrato e tem-se como base de interpretação do mesmo, os dispositivos da Lei nº 11.107/2005 e do seu Decreto Regulamentador nº 6.017/2007, aplicando-se, na ausência de previsão legal, as normas e princípios de direito público, da teoria geral dos contratos e, supletivamente, as normas e princípios de direito privado.

11.4. Conforme definição do Objeto deste Contrato de Rateio, o mesmo contempla os custos operacionais e investimentos no Consórcio, custos estes que se justificam por possibilitar aos municípios consorciados: ganhos de escala; melhoria da capacidade técnica, gerencial e financeira; aumento na capacidade de realização; maior eficiência do uso dos recursos públicos, maior poder de negociação; realização de ações inacessíveis a um único município, isoladamente; ampliação do poder de diálogo; aumento da transparência das decisões públicas com maior facilidade de participação da sociedade local; tudo em consonância com o preceito constitucional esculpido no art. 241 da Carta Republicana.

11.5. Todas as partes envolvidas na relação contratual deverão assinar o Contrato utilizando-se do mesmo meio de assinatura (digital ou manual), vedada a modalidade híbrida (quando há mescla de assinaturas digitais e manuais).

11.6. Para todos os fins, em caso de assinatura digital, a data do contrato será a mesma data da última assinatura realizada.

12. DO FORO Para a solução de eventual litígio, fica eleito o Foro da Comarca de Conselheiro Lafaiete - MG, renunciando as partes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.


Por se acharem assim justas e acordadas, as partes assinam o presente contrato em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que se produzam os seus efeitos legais.

Conselheiro Lafaiete/MG, 1º de janeiro de 2025.



**ARNALDO DE OLIVEIRA CHAVES**

Presidente do Consórcio Público Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba –  
ICISMEP



**LEANDRO TADEU MURTA DOS REIS CHAGAS**  
Município de Conselheiro Lafaiete/MG



Priscilla Roselli Pena  
ICISMEP - Contadora  
CRC 115063/O-0

5.5





EXMO. SR.

LEANDRO TADEU MURTA DOS REIS CHAGAS

PREFEITO MUNICIPAL DE CONSELHEIRO LAFAIETE

**ASSUNTO: REPASSE MENSAL DO RATEIO**

Prezado Prefeito,

De acordo com o Contrato de constituição desta Instituição de Cooperação e a legislação vigente, o repasse dos municípios consorciados tem valor mensal fixo, podendo ser alterado ao fim de cada exercício financeiro correspondente a 04 (quatro) meses. Este repasse deve ser realizado dentro do mês referente competência).

Sendo assim, solicitamos a esse Município que efetue a liquidação do valor de rateio mensal abaixo discriminado:

| REFERÊNCIA           | CAIXA<br>ECONÔMICA<br>FEDERAL<br><br>AGÊNCIA - C/C | VALOR        | MÊS       | VENCIMENTO |
|----------------------|--|--------------|-----------|------------|
| Rateio Saúde         | 3527-0/ 71029-9                                    | R\$ 2.625,00 | JANEIRO   | 10/03/2025 |
| Rateio Administração | 3527-0/ 71030-2                                    | R\$ 2.625,00 |           |            |
| Rateio Saúde         | 3527-0/ 71029-9                                    | R\$ 2.625,00 | FEVEREIRO | 10/03/2025 |
| Rateio Administração | 3527-0/ 71030-2                                    | R\$ 2.625,00 |           |            |
| Rateio Saúde         | 3527-0/ 71029-9                                    | R\$ 2.625,00 | MARÇO     | 10/03/2025 |
| Rateio Administração | 3527-0/ 71030-2                                    | R\$ 2.625,00 |           |            |
| Rateio Saúde         | 3527-0/ 71029-9                                    | R\$ 2.625,00 | ABRIL     | 07/04/2025 |
| Rateio Administração | 3527-0/ 71030-2                                    | R\$ 2.625,00 |           |            |
| Rateio Saúde         | 3527-0/ 71029-9                                    | R\$ 2.625,00 | MAIO      | 08/05/2025 |
| Rateio Administração | 3527-0/ 71030-2                                    | R\$ 2.625,00 |           |            |

**ICISMEP - Solução em serviços públicos.**

www.icisnep.mg.gov.br  
288 icisnep@icisnep.mg.gov.br

Q Sede administrativa  
Rua Orquídeas, 489.  
Bairro Flor de Minas  
CEP: 32.920-000  
São Joaquim de Bicas/MG

Q Hospital ICISMEP 272 Joias  
Rua Maurício Guimarães, 420  
Bairro Madre Liliâne  
CEP: 32.900-000  
Igarapé/MG





**ICISMEP**

|                      |                 |              |                 |            |
|----------------------|-----------------|--------------|-----------------|------------|
| Rateio Saúde         | 3527-0/ 71029-9 | R\$ 2.625,00 | <b>JUNHO</b>    | 06/06/2025 |
| Rateio Administração | 3527-0/ 71030-2 | R\$ 2.625,00 |                 |            |
| Rateio Saúde         | 3527-0/ 71029-9 | R\$ 2.625,00 | <b>JULHO</b>    | 07/07/2025 |
| Rateio Administração | 3527-0/ 71030-2 | R\$ 2.625,00 |                 |            |
| Rateio Saúde         | 3527-0/ 71029-9 | R\$ 2.625,00 | <b>AGOSTO</b>   | 07/08/2025 |
| Rateio Administração | 3527-0/ 71030-2 | R\$ 2.625,00 |                 |            |
| Rateio Saúde         | 3527-0/ 71029-9 | R\$ 2.625,00 | <b>SETEMBRO</b> | 05/09/2025 |
| Rateio Administração | 3527-0/ 71030-2 | R\$ 2.625,00 |                 |            |
| Rateio Saúde         | 3527-0/ 71029-9 | R\$ 2.625,00 | <b>OUTUBRO</b>  | 07/10/2025 |
| Rateio Administração | 3527-0/ 71030-2 | R\$ 2.625,00 |                 |            |
| Rateio Saúde         | 3527-0/ 71029-9 | R\$ 2.625,00 | <b>NOVEMBRO</b> | 07/11/2025 |
| Rateio Administração | 3527-0/ 71030-2 | R\$ 2.625,00 |                 |            |
| Rateio Saúde         | 3527-0/ 71029-9 | R\$ 2.625,00 | <b>DEZEMBRO</b> | 05/12/2025 |
| Rateio Administração | 3527-0/ 71030-2 | R\$ 2.625,00 |                 |            |

O repasse supracitado deverá ser debitado automaticamente da conta do Ente consorciado e creditado em conta específica do Consórcio Público Icismep. O Ente consorciado deverá autorizar a Instituição financeira onde possui a conta que será debitado o valor do rateio a transferir o repasse automaticamente para o Consórcio Público Icismep.

Os repasses mensais serão debitados das contas indicadas pelo Município ou, em caso de qualquer impossibilidade, transferidos pelo mesmo, até o quinto dia útil de cada mês.

Colocamo-nos à disposição para eventuais esclarecimentos pelo endereço eletrônico: [darlan.silva@icismep.mg.gov.br](mailto:darlan.silva@icismep.mg.gov.br) ou pelo telefone (31) 9 8205-6045.

Cordialmente,

  
Darlan Augusto  
Financeiro - Icismep

**ICISMEP - Solução em serviços públicos.**

www.icismep.mg.gov.br  
icismep@icismep.mg.gov.br

Sede administrativa  
Rua Orquídeas, 489,  
Bairro Flor de Minas  
CEP: 32.920-000  
São Joaquim de Bicas/MG

Hospital ICISMEP 272 Joias  
Rua Maurício Guimarães, 420  
Bairro Madre Liliane  
CEP: 32.900-000  
Igarapé/MG







---

## **4. SOLICITAÇÕES**



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE  
Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

**OFÍCIO Nº 086/2025/CMSCL**

Conselheiro Lafaiete, 24 de abril de 2025.

À Ilma. Sra.

**Danielle Willia Santhiago Caixeta**

Secretária Municipal de Saúde

Conselheiro Lafaiete – MG

**REF.: Solicitação de Complementação de informações Ofício n.º 019/2025/DGPS/SMS/PMCL.**

Prezada Senhora,

Cumprimentando-a cordialmente, o Conselho Municipal de Saúde, no uso de suas atribuições legais e com base no acompanhamento e fiscalização da execução dos contratos firmados, vem por meio deste solicitar esclarecimentos e informações complementares acerca do contrato de Programa celebrado entre o Município e o ICISMEP para a gestão compartilhada da nova Unidade de Pronto Atendimento (UPA), conforme encaminhado no Ofício nº **019/2025/DGPS/SMS/PMCL**.

### **1. Valor Final do Contrato**

Solicitamos esclarecimentos sobre o valor final do contrato, assinado em 1º de março de 2025, no montante de R\$ 24.388.148,81, considerando que na minuta de contrato aprovada por este Conselho em janeiro de 2025, o valor total estimado era de R\$ 23.348.865,72. Em razão disso, solicitamos uma justificativa detalhada para o aumento do valor inicialmente previsto.

### **2. Serviços de SADT**

Outro ponto de interesse refere-se à inclusão dos serviços de SADT (Serviço de Apoio Diagnóstico e Terapêutico) no contrato. Observamos que o contrato assinado estipula que os serviços de SADT serão limitados aos exames laboratoriais especificados no anexo, o que diverge da minuta aprovada por este Conselho, na qual se previa que as respostas do SADT para a população seriam de responsabilidade exclusiva do contratado, sem especificação restritiva. Ressaltamos que essa questão é de extrema importância, uma vez que a necessidade de outros serviços de SADT pode implicar em acréscimos no valor do contrato e impactar a execução orçamentária da UPA.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE  
Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

---

### **3. Quadro de Pessoal da UPA 24h**

No parecer aprovado por este Conselho, foi recomendado que a gestão municipal realizasse um estudo detalhado sobre o quadro de pessoal da UPA 24h, considerando os princípios da economicidade e da eficiência, especialmente no que tange à contratação de pessoal via consórcio e o impacto da manutenção dos servidores efetivos. Até o presente momento, não obtivemos retorno sobre o estudo solicitado e tampouco informações acerca do planejamento da gestão municipal em relação a essa questão.

### **4. Contratação de Biomédicos**

Em 27 de março de 2025, foi informado pela Secretaria de Saúde, por meio do Ofício nº 077/2025/UPA/SMS/PMCL, sobre a ampliação do quadro de biomédicos para atuar na unidade, embora já estivessem previstas a contratação de três biomédicos no contrato com o consórcio. Solicitamos esclarecimentos quanto à necessidade desta nova contratação e sua compatibilidade com o que foi inicialmente pactuado.

### **5. Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação**

Requeremos informações sobre a constituição da Comissão de Acompanhamento, Fiscalização e Avaliação do Contrato de Programa, conforme estipulado no contrato celebrado entre o Município e o ICISMEP. O Conselho Municipal de Saúde já encaminhou os nomes de seus representantes, e é imprescindível que nos sejam fornecidas as datas de reuniões dessa comissão, a fim de garantir o acompanhamento adequado da execução do contrato.

### **6. Transposição de Recursos e Especificação dos Serviços Contratados**

Solicitamos, também, um posicionamento sobre a solicitação encaminhada por meio do Ofício nº 048/2025, em que tratamos da transposição de recursos previstos na Lei Complementar nº 171/2023. A Secretaria de Saúde, por meio do referido ofício, não especificou que o valor de R\$ 2.971.248,11 seria destinado ao contrato em questão. Com base no Projeto de Lei Complementar nº 031-E-2025, solicitamos a especificação dos serviços a serem contratados com o ICISMEP, de forma a justificar a suplementação do referido valor. Estas informações são necessárias para esclarecer ao controle social sobre a destinação e a correta aplicação desses recursos, seja dentro do valor previamente estabelecido ou por meio de aditivo contratual, indicando novos serviços a serem incluídos.

### **7. Acompanhamento das Questões Orçamentárias e Planejamento da Saúde**

Finalizamos este ofício destacando a relevância do acompanhamento contínuo das questões mencionadas, especialmente no que tange às alterações orçamentárias que impactam os valores previamente planejados.

Na Programação Anual de Saúde aprovada por este Conselho, foi prevista a alocação de R\$ 36.727.378,90 para a nova UPA, sendo que o valor total estimado do contrato com o ICISMEP era de R\$ 23.348.865,72. Contudo, conforme exposto, as alterações no contrato já impactam esses valores.



CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE

CONSELHEIRO LAFAIETE

Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

-----

Adicionalmente, o Relatório Anual de Gestão – RAG 2023 aponta que 39,13% das despesas da saúde foram destinadas ao pagamento de pessoal, evidenciando o elevado dispêndio com a folha de pagamento. Em contrapartida, é fundamental que se amplie o investimento em Atenção Básica, buscando equilíbrio na alocação de recursos. A contratação do consórcio tem como objetivo promover eficiência e economicidade, e por isso, a revisão e o acompanhamento detalhado deste contrato são essenciais para garantir a qualidade da gestão pública.

Aguardamos as informações solicitadas e nos colocamos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

**Roberto Sant'Ana Lisboa Batista**

Presidente do Conselho Municipal de Saúde





CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE  
CONSELHEIRO LAFAIETE  
Lei n.º 4858, de 06 de junho de 2006.

OFÍCIO Nº 100/2025/CMSCL

Conselheiro Lafaiete, 04 de junho de 2025.

Ilmo. Sr.

**Danilo Vinícius Barros**

Secretário Municipal de Saúde

Conselheiro Lafaiete – MG

**REF.: Reiteração de Solicitação de Informações – Ofícios nº 086/2025/CMSCL e nº 058/2025/CMSCL.**

Prezado Secretário,

Cumprimentando-o respeitosamente, servimo-nos do presente para **reiterar as solicitações de informações** já formalizadas por meio dos **Ofícios nº 086/2025/CMSCL e nº 058/2025/CMSCL**, até o momento **não atendidas** por essa Secretaria.

Ressaltamos a importância e a urgência das informações requeridas, indispensáveis ao pleno exercício das atribuições legais e regimentais deste Conselho Municipal de Saúde, bem como ao adequado acompanhamento, fiscalização e deliberação sobre as políticas públicas de saúde em nosso município.

Desta forma, solicitamos a gentileza de que as informações pendentes sejam encaminhadas no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar do recebimento deste ofício, a fim de evitar prejuízos aos processos de controle social e às atividades deste colegiado.

Renovamos nossos protestos de elevada consideração e colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Atenciosamente,

**Roberto Sant'Ana Lisboa Batista**  
Presidente do Conselho Municipal de Saúde

---

**5. LOA 2025**

**X**

**LOA 2026**